

MARIA DA CONCEIÇÃO FREIRE DE BRITO PEREIRA

**ACÇÃO E PATRIMÓNIO
DA JUNTA NACIONAL DO VINHO
(1937-1986)**



UNIVERSIDADE ABERTA
Lisboa – 2007

MARIA DA CONCEIÇÃO FREIRE DE BRITO PEREIRA

**ACÇÃO E PATRIMÓNIO
DA JUNTA NACIONAL DO VINHO
(1937-1986)**



Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património.

Orientadora:
Professora Doutora MARIA ISABEL JOÃO

UNIVERSIDADE ABERTA
Lisboa – 2007

AGRADECIMENTOS

Com a conclusão deste trabalho encerra-se um ciclo iniciado em Janeiro de 2005, quando começaram as aulas referentes à parte curricular do I Mestrado em Estudos do Património.

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha Orientadora da Dissertação de Mestrado, Professora Doutora Isabel João, por todas as pertinentes sugestões, críticas e orientações dadas no presente trabalho. Quero ainda frisar a acessibilidade, a paciência, e a simpatia que a Professora sempre me demonstrou. O meu grande Bem-haja.

Em segundo lugar, agradecer a todos os professores e colegas pela aprendizagem, convívio e camaradagem ao longo deste percurso, que ficará para sempre na minha memória.

Dentro do Instituto da Vinha e do Vinho, agradeço à Eng.^a Maria João Fernão-Pires, pelo voto de confiança, e por todo o apoio prestado. Ao Eng.º António Gonçalves, pela boa disposição e alguma brejeirice, mas sempre disposto a ajudar.

À minha colega e amiga Dr.^a Maria José Cruz, pelo incentivo, disponibilidade e apoio dados para a concretização deste projecto, mas também, pelas minhas ausências durante os últimos dois anos.

Sem querer ser ingrata em relação a outros colegas, um agradecimento especial à Alda Neves e à Natália Santos, pela boa vontade e ajuda preciosa na feitura desta obra.

Finalmente, ao Nuno e ao João Pedro, que nem sempre compreenderam a razão para esta empreitada, mas que acabaram por dar todo o apoio e compreender alguma indisponibilidade surgida, principalmente nos últimos tempos.

RESUMO

A história recente da vitivinicultura em Portugal, passa pelos documentos, objectos e edifícios deixados pela Junta Nacional do Vinho, pois este organismo de coordenação económica conduziu o sector vitivinícola, durante décadas (1937-1986). Quando foi extinta, a JNV deixou um extenso património herdado pelo Instituto da Vinha e do Vinho que urge salvaguardar. Com esse objectivo foi elaborado o presente estudo, abordando as seguintes questões:

A justificação para a criação da Junta Nacional do Vinho, cuja função principal era a regularização de mercado, remonta ao início do século XX quando surgiram os problemas no sector vitivinícola, devido ao excesso de produção de vinho, a falta de escoamento e de qualidade do produto, bem como a desorganização de mercados.

A acção da JNV desenvolveu-se no âmbito dos vinhos comuns em torno destas vertentes. Ao longo da sua actividade contribuiu para a modernização e organização do sector, para a divulgação e conhecimentos em torno do vinho e para o fomento de adegas cooperativas vitivinícolas, em termos nacionais.

Os vestígios das actividades desenvolvidas pela JNV, durante o período de quase meio século, representam o testemunho histórico da actividade vitivinícola durante o Estado Novo, permitindo justificar o interesse na preservação do seu património, constituído, respectivamente pelo espólio museológico e bibliográfico, e pelos edifícios, devidamente apetrechados com equipamento tecnológico representativo da época, dispersos de Norte a Sul do País.

Por fim foram sugeridas hipóteses para a salvaguarda deste património permitindo a conservação dos registos e das memórias de um passado recente para as gerações vindouras.

Palavras-chave: sector vitivinícola, organismos de coordenação económica, corporativismo, Estado Novo, cooperativas, propaganda, museu, património.

ABSTRACT/SUMMARY:

The recent portuguese history of vine and wine sector must pass by documents, objects and buildings left by “Junta Nacional do Vinho” , because it conducted the wine sector during decades (1937-1986).

On this work, we proceeded to the analysis of the vine and wine sector in Portugal, with a particular distinction to the “common wine”, to the action of the “Junta Nacional do Vinho” whereas an economic co-ordination authority and its respective patrimony.

In this context, a research was made to identify the causes of the production excess during the XX century, and the enlargement of the vine plantation contributing for the lack of flowing of the Portuguese wine, as well as for the production surplus crisis and the sector disorganisation.

In this historical course, we analysed the implementation of the vine and wine economic co-ordination authority, with a special prominence to the actions of the “Junta Nacional do Vinho (JNV)”, whose main mission consisted in the regularisation of the wine sector and its own market. The JNV fulfilled these functions from 1937 till 1986, being replaced by the “Instituto da Vinha e do Vinho (IVV)”, and due to the Portuguese adhesion to the European Economic Community (CEE).

Finally, we made a survey of the movable and immovable property, the historic inherited by the IVV, mainly consisting in the museum collect and bibliographic assets, and the warehouses sparse all over the country, from North to South. We also tried to analyse the conditions and motivations for the preservation of this patrimony and formulate hypothesis for its re-utilisation, permitting keep this registrations for future generations.

Key words: corporation, corporative, wine sector, “Estado Novo”, economic co-ordination, museum, patrimony.

Lista de Abreviaturas

ACAP – Associação de Agricultura das Caldas da Rainha
ACEVA – Associação do Centro Histórico Vitivinícola Nacional de Almeirim
ACP – Associação Comercial do Porto
CEE – Comunidade Económica Europeia
CVR – Comissão Vitivinícola Regional
CVRVV – Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes
DGEMN - Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGFE – Direcção Geral de Fiscalização Económica
DGIE – Direcção Geral de Inspeção Económica
FCV – Fundo Corporativo da Vinicultura
FVCSP – Federação dos Viticultores do Centro e Sul de Portugal
GAV – Grémio de Armazenistas de Vinhos
GCEV – Grémio do Comércio e Exportadores de Vinhos
GEVP – Grémio de Exportadores do Vinho do Porto
IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
IGICA – Inspeção-geral das Indústrias e Comércio Agrícolas
IQA – Instituto da Qualidade Alimentar
ISA – Instituto Superior de Agronomia
IVP – Instituto do Vinho do Porto
JNV – Junta Nacional do Vinho
OAC – Observatório das Actividades Culturais
OCE – Organismos de Coordenação Económica
OCM – Organização Comum de Mercado
OIV – Office International du Vin
PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
RACAP – Real Associação Central da Agricultura Portuguesa
UVD – União Vinícola do Dão

ÍNDICE DOS QUADROS

Capítulo I

Quadro nº 1 – Estimativa da Plantação de Vinha no Continente	7
Quadro nº 2 – Produção Vinícola Nacional	10
Quadro nº 3 – Evolução do comércio vinícola nacional	20

Capítulo II

Quadro nº 4 – Produção Vinícola Nacional na vigência da JNV (1937-1986)	40
---	----

Capítulo III

Quadro nº 5 – Evolução das produções /Volumes e valores das intervenções	46
Quadro nº 6 – Evolução da capacidade de armazenagem da JNV	47
Quadro nº 7 – Plantio da vinha em Portugal continental (estimativa)	48
Quadro nº 8 – Adeças Cooperativas em 1979:Área da JNV	56
Quadro nº 9 – Actividade efectuada pelas Brigadas de Lisboa, Porto e Coimbra, do serviço de Fiscalização da JNV, no ano de 1950	64
Quadro nº 10 – Capacidade por tipo de depósito	91

Capítulo IV

Quadro nº 11 – Delegações e Armazéns da JNV em 1985	101
---	-----

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I – O sector vitivinícola no início do século XX

1 – A expansão da vinha e as crises do excesso de produção.	6
1.1 – Início da organização do sector vitivinícola	12
1.2 – A política vitivinícola 1907-1930	13
1.2.1 – Regiões demarcadas	14
1.2.2 – O condicionamento da vinha	17

CAPÍTULO II – Política vitivinícola no Estado Novo

1 – Contexto político e económico	22
1.1 – Introdução ao corporativismo	23
1.2 – Organismos de coordenação económica	26
1.3 - Aplicação do corporativismo à vitivinicultura	27
2 – Criação da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal (FVCSP)	29
2.1 – Principais atribuições da FVCSP	32
3 – Criação da Junta Nacional do Vinho (JNV)	34
3.1 – Área de Influência da JNV	35
3.2 – Principais atribuições da JNV	36

CAPÍTULO III – Acção da Junta Nacional do Vinho

1 – Intervenção no mercado	42
1.1 – Regularização de preços	42
1.2 – Financiamento à produção	48
1.3 – Compra de vinhos e destilação	51
2 – Política de Qualidade	52
2.1 – Cadastro de vinhos	52
2.2 – Fomento de adegas cooperativa	53
2.3 – Assistência técnica à vinicultura	59
2.4 – A fiscalização	62
3 – Informação e Propaganda	66
3.1 – Os cartazes de propaganda da JNV	71
3.2 – Vinho e Saúde	74
3.2.1 – Os benefícios do vinho	76
3.3. – Outras formas de propaganda	80
3.3.1 – Feiras e Congressos	80
3.3.2 – Concursos de vinhos –	83
4 – Aquisição de Infra-estruturas Regionais	86
4.1 – Construção de armazéns e depósitos	86
4.1.1 – Fase de implantação	87
4.1.2 – Fase da expansão	88
4.1.3 – Fase da concentração	89
4.1.4 – Os depósitos	89
4.2 – Os armazéns	90
4.2.1 – Instalações sociais	92
4.2.2 – Tanoarias	93
4.3 – Os laboratórios	94
4.4 – As destilarias e o processo de destilação	95

5 – A extinção da Junta Nacional do Vinho	97
CAPÍTULO IV - O Património da Junta Nacional do Vinho	100
1 – O património móvel e imóvel	100
1.1 – Os arquivos da Junta Nacional do Vinho	103
1.2 – O arquivo e o Instituto da Vinha e do Vinho	104
1.3 – As primeiras tentativas do tratamento arquivístico	104
1.3.1– Proposta de metodologia de trabalho	107
1.3.2 – Resultados finais	108
1.4 – Diagnóstico actual dos arquivos	109
2 – A Biblioteca	111
2.1 – A informatização bibliográfica	115
2.2 – Utilizadores e situação actual	116
3 – O Museu do Vinho	117
3.1 – As primeiras tentativas para a criação de um Museu	117
3.2 – A criação do Museu Nacional do Vinho	125
3.3 – Os edifícios também são património	131
3.4 – Espólio e futuro do Museu	132
4 – O Património edificado	134
4.1 – Hipóteses de requalificação e reutilização	135
4.2 – Centro Histórico Vitivinícola Nacional de Almeirim	136
4.3 – Justificação do projecto de Almeirim	137
5 – Sugestões finais	140
CONCLUSÃO	144

ÍNDICE DOS ANEXOS

ANEXOS:

- Anexo I – Propaganda
- Anexo II – Património Edificado
- Anexo III – Biblioteca e Arquivo Fotográfico
- Anexo IV – Museu
- Anexo V – Arquivos
- Anexo VI – Recortes de Jornais

FONTES E BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

A vinha e o vinho ocupam desde há milhares de anos um lugar muito especial na história da humanidade. Ao longo dos séculos, o vinho afirmou-se como elemento de sociabilização, fazendo parte dos rituais religiosos, de convívio e de comunicação entre os homens. A sua influência na vida dos povos transformou-o num símbolo da cultura cristã adquirindo uma dimensão imaterial, face aos rituais da igreja.

Em Portugal e como parte integrante da civilização ocidental, o vinho assumiu, igualmente, extrema importância quer ao nível económico e político, quer ao social e religioso. Ao nível económico e político, temos os diversos tratados económicos ao longo da história e a inovação na demarcação da região do Douro.

Do ponto de vista social, a cultura da vinha muito exigente em mão-de-obra e, tradicionalmente ligada a solos de fraca aptidão, contribuiu para a humanização da paisagem, conseguida através de um processo multissecular de adaptação de técnicas e saberes.

Por essa razão, a paisagem vitícola é, actualmente, um testemunho cultural notável, evolutivo e vivo de uma tradição ancestral, pois resulta da acção do homem combinada com a natureza em permanente adaptação.

Neste sentido, o vinho assume um carácter multifacetado e gerador de relações complexas que justificam as regras e os condicionalismos em torno da produção e

comércio de vinhos, desde as épocas mais remotas. Ao mesmo tempo, o vinho é também gerador de um património histórico valioso, tais como as paisagens vitícolas, (algumas já consideradas património da humanidade como são os casos das paisagens do Douro e das vinhas da ilha do Pico), os solares, as quintas, os museus do vinho, os artefactos, a documentação, etc.

Portugal, como país tradicionalmente produtor de vinho, tem um extenso património histórico, nem sempre encarado como tal, pelo que alguns espólios não foram salvaguardados e desapareceram.

Apesar de se ter verificado uma maior consciencialização geral para as questões patrimoniais nas últimas décadas, persiste ainda muito desleixo. Neste contexto, existem ainda espólios fundamentais para a história e o património da vitivinicultura do século XX que estão risco de desaparecer, como são o caso dos documentos, objectos e edifícios gerados no contexto da acção da Junta Nacional do Vinho e herdados pelo Instituto da Vinha e do Vinho.

E esta pode ser uma realidade muito próxima, pois constata-se que o organismo herdeiro deste valioso espólio não lhe reconheceu o valor e, durante anos votou-o ao abandono e à incúria.

O desaparecimento deste património implicará autênticos “buracos negros” na história recente da vitivinicultura nacional pois existe a possibilidade, muito real, da desagregação do conjunto de provas de uma actividade e de um sector económico extremamente importante, como é o sector vitivinícola.

Neste contexto, faz todo o sentido que se procure preservar a memória e o património da Junta Nacional do Vinho através deste trabalho, pois como património histórico que é, devia ser salvaguardado para as gerações vindouras.

Assim, este estudo aborda a acção da Junta Nacional do Vinho (JNV), organismo de coordenação económica, e respectivo património, procurando alertar e denunciar situações que podem contribuir para a sua perda, bem como a apresentação de algumas propostas para a sua salvaguarda.

Neste contexto, e embora o vinho tenha servido de tema a muitos trabalhos de investigação em diversas áreas, um trabalho de conjunto, do ponto de vista da instituição e do seu património (Junta Nacional do Vinho), encontrava-se ainda por fazer.

Apesar da acção da JNV ter um limite temporal bem definido, (1937 a 1986), a presente investigação efectuou-se a partir do início do século XX. Este recuo ficou a dever-se ao facto de permitir contextualizar e compreender melhor os problemas do sector vitivinícola durante o século.

No âmbito deste trabalho pretendeu-se alcançar alguns objectivos, designadamente, contribuir para a história da instituição e do seu património, de forma a preservar a sua memória. Ao mesmo tempo, e com essa finalidade procurou-se compreender o papel desempenhado pela JNV e as razões que a levaram a edificar e a produzir um valioso património histórico que importa salvaguardar.

Neste sentido, ao longo deste trabalho foram pesquisadas as respostas para as seguintes questões:

1. Em que contexto e qual a justificação para a criação da Junta Nacional do Vinho?
2. Quais as suas funções e em que áreas?
3. Como é que a Junta Nacional do Vinho desempenhou as suas funções?
4. Como implementou as suas acções?
5. Que problemas e soluções foram encontrados ao longo da sua actuação?
6. Que inovações e contributos trouxe para o sector?

7. Que património deixou a Junta Nacional do Vinho?
8. Como foi encarado e preservado esse património?
9. Quais as hipóteses para a classificação e reutilização desse património?

As principais fontes utilizadas para fundamentar este estudo foram as existentes no Arquivo e na Biblioteca do Instituto da Vinha e do Vinho. Para além destas foram também consultados os manuais, estudos e trabalhos de investigação considerados de interesse para o tema em análise.

Como metodologia de trabalho, e tendo em conta os objectivos específicos que foram propostos, o estudo foi dividido, exceptuando a Introdução e Conclusão, ao longo de quatro capítulos estruturados como a seguir se explica, mas tendo em atenção o seguinte:

Sendo a história da viticultura em Portugal uma sucessão de ciclos de prosperidade e de recessão, de acordos e de conflitos, cujas soluções e compromissos foram acrescentando novos factores na lenta construção do edifício que é hoje o sector vitivinícola, constata-se que a organização contemporânea não é uma simples adaptação às condições naturais e técnicas de produção, mas o resultado de um processo económico e social histórico.

Relativamente à organização e hierarquização da viticultura contemporânea, pode-se considerar que as principais condicionantes foram estabelecidas durante o Estado Novo, através dos Organismos de Coordenação Económica. No entanto, a base dessa organização, bem como as origens de muitos dos problemas desse período, principalmente os que se relacionam com o excesso de produção e falta de qualidade do produto (vinho) são muito anteriores à sua criação.

Nesta perspectiva, e para uma melhor percepção da organização e dos problemas do sector vitivinícola que a acção da Junta Nacional do Vinho tentou enfrentar, faz

sentido iniciar o primeiro capítulo deste trabalho pelos problemas causados por produções vinícolas muito acima da média e consequentes dificuldades no escoamento do produto, ocorridas no início do século XX.

No segundo capítulo, foram objecto de análise a implementação dos organismos de coordenação económica do sector vitivinícola, com especial destaque para os organismos relacionados com o vinho comum: a Federação dos Vitivinicultores do Centro e Sul de Portugal (FVCSP) e a Junta Nacional do Vinho (JNV).

No terceiro capítulo, procedeu-se à descrição das acções da JNV desenvolvidas ao longo de quase 50 anos (1937-1986),¹ cuja principal missão consistiu na regularização do sector e do respectivo mercado. Deste modo, analisaram-se as funções desempenhadas no âmbito da política de qualidade e no fomento das adegas cooperativas, bem como no âmbito da informação e propaganda e organização do sector, bem como as razões para a constituição de um valioso património vitivinícola.

Face à adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), a JNV foi extinta em 1986 e substituída pelo Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) que herdou todo o seu património.

Assim, no quarto capítulo, procedemos ao levantamento do património móvel e imóvel herdado pelo IVV, constituído, respectivamente, pelo espólio museológico e bibliográfico, pelos arquivos (documentação histórica) e edifícios dispersos por todo o país. Neste percurso, procedeu-se à análise das condições de conservação e possíveis motivações para a preservação deste conjunto patrimonial, bem como à formulação de hipóteses para a sua salvaguarda e reutilização.

¹ Mais, se tivermos em conta a acção do organismo antecessor: a FVCSP (1933-1937).

CAPÍTULO I – O sector vitivinícola no início do século XX

1 – Expansão da vinha e as crises do excesso de produção

O século XX iniciou-se com uma grave crise no sector vitivinícola. As crises vinícolas do «virar do século» tinham como pano de fundo as colheitas abundantes e a falta de escoamento do produto, devido à conjuntura desfavorável dos mercados externos.

Depois das vicissitudes ocorridas na segunda metade do século XIX, o sector tinha-se expandido, quer em área de vinha, quer em produção de vinho. O desenvolvimento do sector do vinho (comum)² verificou-se, principalmente a partir do período em que uma série de pragas atacaram as vinhas europeias. Em Portugal, este ciclo de doenças da vinha foi iniciado pelo oídio, por volta dos anos de 1850-51, seguindo-se-lhe a maromba, a antracnose, a anguílula, a filoxera e o míldio.

Apesar da devastação ocorrida nos vinhedos portugueses, consideramos este período fundamental para o desenvolvimento da viticultura, visto que a necessidade de reconstituição das plantações devido ao ataque das pragas (principalmente ao da filoxera)³ “originaram uma transformação quase radical da cultura da vinha.”⁴ Neste

² O vinho do Porto constitui uma excepção pois era um produto reconhecido internacionalmente quer em termos de mercado quer de qualidade.

³ A filoxera é um insecto que ataca as raízes da videira, cuja planta consiste no seu único alimento. Antes desta doença aparecer a enxertia era pouco praticada. Depois, passou a ser uma prática quase obrigatória.

⁴ Preâmbulo do Decreto nº 1 de 10 de Maio de 1907, publicado no *Diário de Governo*, nº 104 de 11 de Maio, Imprensa Nacional, Lisboa,

contexto, abandonou-se quase por completo a prática das vinhas em “pé-franco,”⁵ passando a utilizar-se o método da enxertia com “cepas americanas” (mais resistentes à filoxera), bem como o recurso a castas novas muito mais produtivas que as tradicionais. Para além disso, passou a efectuar-se de forma sistemática, aos tratamentos das doenças criptogâmicas da vinha. Igualmente a implementação do ensino técnico agrícola em Portugal em 1852, contribuiu para o alargamento dos conhecimentos ligados à vitivicultura e ao avanço tecnológico nos processos de vinificação.

Estes factores, conjugados com a procura dos vinhos portugueses por parte de outros países produtores também atingidos pelas doenças da vinha, designadamente a França, foram decisivos para o aumento significativo da área de vinha cuja fase de maior expansão ocorreu no período de 1870 a 1902, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Quadro nº 1 – Estimativa da Plantação de Vinha no Continente

Anos	Superfície.com vinha (Ha) ⁶
1870	200.000
1874	204.000
1883	350.000
1902	313.000
1920	335.000
1939	340.000

Fonte: Maria Dulce Alves Freire; *Produzir e Beber. A Vinha e o Vinho no Oeste (1929-1939)*, FCSH-UNL, 1997 (Anexos).

Assim, podemos considerar, entre outros factores, que as pragas aliadas à pressão dos mercados, fizeram com que a vinha tenha deixado de ser uma cultura essencialmente dos terrenos pobres e pedregosos e, “escorregando das encostas onde a limitadas e trabalhosas produções correspondiam vinhos de qualidade superiores (...) e imoderadamente [alastrou] pelos terrenos baixos, húmidos, fecundos onde a vinha produz grandes quantidades (...) de vinhos incaracterísticos, susceptíveis de mais rápidas alterações”.⁷ Neste contexto a sua cultura propagou-se por “províncias, regiões,

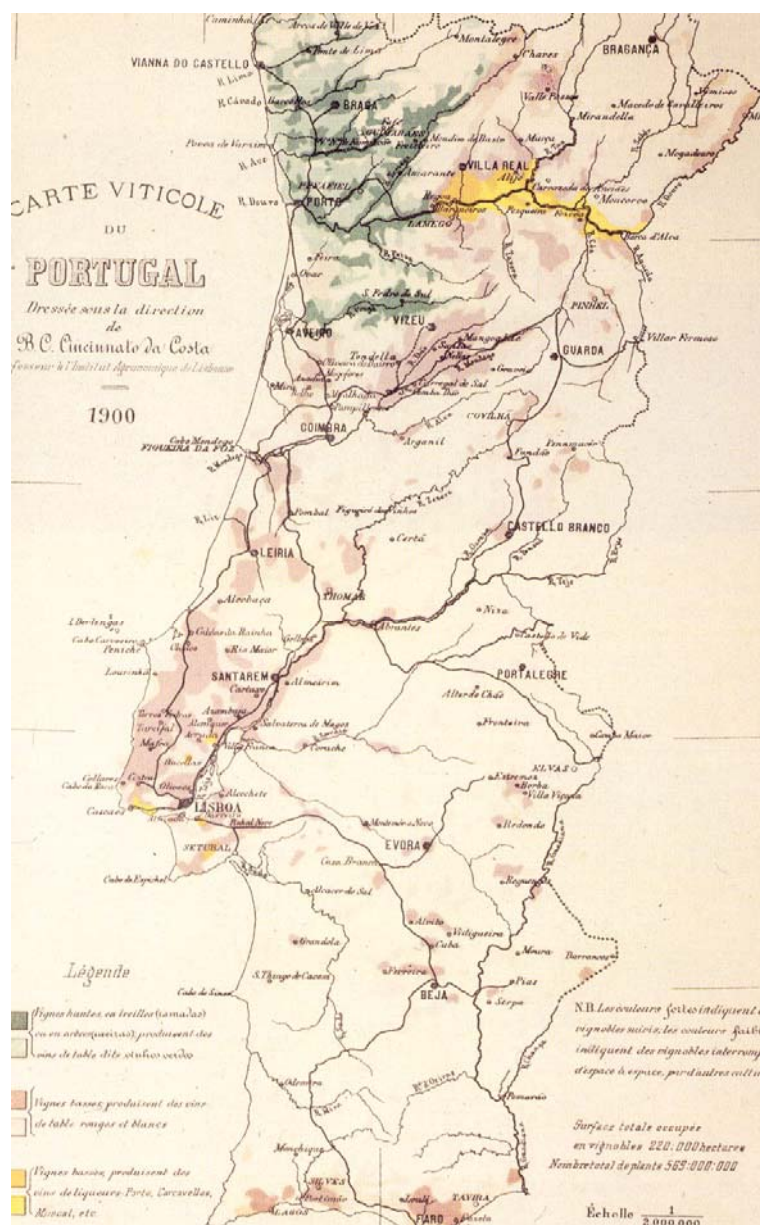
⁵ Plantação directa do bacelo da videira.

⁶ Em 1986 confirmava-se uma superfície total de 390.000 ha de área de vinha.

⁷ Preâmbulo da Lei de 2 de Dezembro de 1907, publicada no *Diário do Governo*, I Série, nº 275, de 5 de Dezembro, Imprensa Nacional, Lisboa.

terrenos, onde a cultura da vinha era quase ignorada [transformando-se rapidamente] em férteis áreas vinhateiras”.⁸ Embora disseminada por todo o país, a vinha encontrava-se especialmente concentrada em três regiões: Alto Douro, Estremadura e Ribatejo, conforme se pode observar no mapa sobre as regiões vitícolas.

Mapa nº 1 – Regiões Vitícolas em 1900



Fonte: B. C. Cincinnato da Costa, *Le Portugal Viticole*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900, p. XXIX.

⁸ *Ibidem*.

No final do século XIX, Bernardino Cincinnato da Costa confirmava que:

“...na época actual [referia-se ao ano de 1898] depois de reconstituídas as vinhas, (...) melhor preparado o país vinícola para resistir aos muitos males (...) em diferentes anos têm destruído parte das colheitas. Novas plantações se estão fazendo ainda todos os dias, havendo-se declarado como que uma verdadeira febre de entusiasmo por parte dos lavradores nacionais pela cultura da vinha. (...) Do mesmo passo, aperfeiçoando os processos de cultura, têm conseguido valorizar mais o torrão pátrio, extraindo dele (...) mais elevada produção.”⁹

Assim, Portugal tinha-se equiparado a outros países vinícolas europeus no salto quantitativo da produção, mas ficando aquém no que respeita ao aspecto qualitativo. Este problema não seria solucionado tão cedo.

Face a todos estes factores que remontam à segunda metade do século XIX, a actividade vitícola tornou-se mais técnica, intensiva e produtiva, embora com custos de produção acrescidos.

A avultada mão-de-obra que o cultivo da vinha passou a exigir ao longo de todo o ano, mais o valor alcançado pelos produtos vitivinícolas com especial destaque para o vinho, bem como o número e a variedade das indústrias subsidiárias envolvidas neste ramo de actividade, conferiram uma enorme importância social e económica à cultura da videira e à produção do vinho, passando este sector a ter “um valor de destaque na obtenção de divisas”¹⁰ para a economia nacional devido ao incremento das exportações.

⁹ B. C. Cincinnato da Costa, *O Portugal Vinícola, Estudos sobre a ampelografia e o valor enológico das primeiras videiras em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900, p. XXIV. O autor calcula que mais de metade da população do reino estivesse envolvida na indústria vitivinícola. [p. XXXI].

¹⁰ Cf: Virgílio A. Dantas, “Para Uma Política Nacional do Vinho – Notas tendentes à reestruturação da organização vinícola portuguesa” in *Jornadas Vitivinícola*, II Vol., (1ª Secção), Lisboa, Edição dos Anais da JNV, 1962, p.155.

Neste contexto, verificou-se o aumento significativo das exportações, principalmente a partir dos anos 80, em que o vinho comum¹¹ ultrapassou os volumes do vinho do Porto (que desde sempre tinha liderado a economia vinícola), como se pode observar no quadro seguinte:

**Quadro nº 2 – Exportações vinícolas portuguesas
(em milhares de hectolitros)**

Quinquénios	Vinho do Porto	Vinho comum	Total de vinhos
1865-69	1 020,9	491,1	1 512,0
1870-74	1 302,3	753,2	2 055,5
1875-79	1 490,1	951,3	2 441,4
1880-84	1 633,4	2 158,0	3 791,4
1885-89	1 598,3	6 537,8	8 136,1
1890-94	1 478,3	2 643,8	4 122,1
1895-99	1 430,2	2 489,1	3 919,9
1900-04	1 290,5	2 677,1	3 967,6
1905-09	1 208,9	3 214,8	4 423,7

Fonte: Conceição Andrade Martins, *Memória do Vinho do Porto*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990, p.228.

Sobre este aspecto importa referir que, desde 1865 até 1907, a produção e o comércio do vinho do Porto estiveram liberalizados, ficando a barra do Douro aberta ao comércio de todos os vinhos.

Neste período, a Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, instituída por Pombal, foi extinta sem que houvesse qualquer entidade estatal ou administrativa que a substituísse.

Este facto e a barra do Douro aberta à exportação de todos os vinhos, deram origem à convergência de interesses em defesa do vinho do Porto e à constituição de “associações profissionais de produtores, de proprietários e de comerciantes,”¹² contribuindo para uma série de conflitos e de reivindicações dentro do sector

¹¹ O vinho comum era todo aquele que provinha de fora das regiões demarcadas, o que na época, era apenas o correspondente à região demarcada do Douro. No entanto havia outras exceções relativas aos vinhos licorosos de Carcavelos e Moscatel de Setúbal, embora ainda não fossem regiões demarcadas.

¹² António Barreto, “O Vinho do Porto e o Estado” in *Análise Social*, nº 100, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 1988, p. 378.

vitivinícola, conflitos esses que foram designados por alguns autores como a “guerra entre o norte e o sul,”¹³ agudizando-se, principalmente, nas crises do “virar do século”.

Como já afirmámos, estas crises foram motivadas pelo excesso de produção e pela respectiva quebra nas exportações. Apesar da importância económica adquirida, o crescimento desordenado da vinha e da produção, aliada à falta generalizada da qualidade de vinho comum, impediam a estabilidade do sector vitivinícola, que ficava à mercê das oscilações dos mercados.

As frequentes e bruscas variações na procura acabavam por se reflectir nos preços, prejudicando “vastas camadas da população portuguesa que viam os seus rendimentos [reduzirem] drasticamente com especial destaque para as regiões de maior especialização produtiva [como era o caso do] Douro”¹⁴. Esta situação, aliada à concorrência de vinhos e aguardentes oriundos de outras regiões, alimentava o clima de querelas intestinas cujos interesses eram defendidos pelas várias associações do sector.¹⁵

Neste contexto e perante a crise, as pressões e implicações sociais e económicas que surgiram no sector vitivinícola considerado, apesar de tudo, um dos mais lucrativos do sector agrícola, levaram o Estado a reagir e a produzir um vasto conjunto de diplomas (em 1901), que marcaram uma ruptura “estrutural entre um mercado com elevada liberdade de actuação dos agentes económicos e um mercado progressivamente condicionado.”¹⁶

¹³ Designadamente Dulce Freire e Orlando Simões.

¹⁴ Orlando Simões, *A Economia do Vinho no Século XX: Crises e Regulações*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISA, 1998, pp. 110-111.

¹⁵ Nomeadamente a RACAP – Real Associação da Agricultura Portuguesa, de âmbito nacional, fundada na década de sessenta; ou a ACP – Associação Comercial do Porto, fundada em 1834, representava os interesses dos exportadores do vinho do Porto.

¹⁶ Orlando Simões, *Ob. Cit.*, p.113.

1.1- Início da organização do Sector

Assim, na viragem do século coube aos governos de Hintze Ribeiro e de João Franco, a publicação de um importante conjunto legislativo onde já prefiguravam as medidas intervencionistas que iriam ser adoptadas e adaptadas por Salazar.

Desse conjunto de medidas, destaca-se a lei de fomento vitícola de 14 de Junho de 1901,¹⁷ que aborda uma série de questões relacionadas com a política do sector, designadamente o plantio da vinha e o fomento de adegas sociais em moldes cooperativos. Para além disso, promove também a criação de grandes companhias/sociedades comerciais que, “pugnado pelo critério e aperfeiçoamento do produto concorressem para a qualidade, coadjuvassem na fiscalização e incrementassem o consumo no país e no estrangeiro.”¹⁸

Apesar da existência de diversas companhias, principalmente as relacionadas com o comércio do vinho do Porto e da legislação sobre as adegas sociais, a questão levantada vem ao encontro dos anseios da produção, pois era notória a falta de infra-estruturas para o armazenamento do vinho e seus derivados, principalmente em anos de produções excedentárias como os que se verificaram na “viragem do século”.

Este facto voltou a unir o sector, cujas reclamações foram expressas em comunicações do Congresso Vinícola de 1900, através de diversas associações do sector.

¹⁷ Este Decreto de 14 de Junho de 1901, publicado no *Ob. Cit.*, I Série, nº 131, de 15 de Junho, foi objecto das “Instruções Regulamentares” publicadas a 27 de Setembro e a 3 de Outubro do mesmo ano.

¹⁸ Virgílio A. Dantas, *Ob. Cit.*, p.158.

Por outro lado, este diploma levanta também a questão da utilização de castas adequadas à produção de vinho de qualidade.

Reconhece que se o “nosso país está naturalmente fadado para a viticultura e para a vinicultura, é indispensável que aproveite os recursos do clima e do solo pela cultura aprimorada de castas judiciosamente escolhidas; que fabrique com perfeição e barateza bons vinhos regionais bem constituídos e equilibrados, matéria-prima de inteligentes lotações e da criação de tipos comerciais nitidamente definidos (...); que se estudem e conheçam as exigências de cada mercado e os meios de o conquistar.” E conclui que a prosperidade da viticultura se encontra na conjugação de três factores, nomeadamente a “cultura judiciosa, o fabrico inteligente e o comércio organizado.”¹⁹

No entanto, e apesar de ser um diploma cujo relatório preambular demonstra um conhecimento muito profundo sobre o estado da questão e apontar uma série de soluções a “fim de suavizar a crise vinícola,”²⁰ este decreto teve pouco efeito prático devido, entre outros factores, à conjuntura política. A mudança no sector vitivinícola teve início com a legislação de João Franco e foi continuada pelo Estado Novo.

1.2- A política vitivinícola 1907-1930

A legislação emanada pela ditadura de João Franco, nos anos de 1907/8, veio impor uma nova disciplina económica e comercial passando esta a constituir um marco na construção e hierarquização do sector vitivinícola nacional. A sua concepção básica foi adoptada pelo Estado Novo e ainda subsiste, apesar das correcções e adaptações aos novos critérios estipulados pela Organização Comum de Mercado Vitivinícola (OCM) da União Europeia.

¹⁹ Decreto citado.

²⁰ Virgílio A. Dantas, *Ob. Cit.*, pp. 158-160.

A legislação publicada consistiu então na tentativa governamental de estabelecer um “regime geral coerente para a produção, venda, exportação e fiscalização dos produtos v\u00ednicos (...) definido por decretos ditatoriais de 1907 e confirmado por carta de lei do ano seguinte, regulamentado e aperfei\u00e7oado por in\u00fameros diplomas posteriores.”²¹ Na verdade, pode-se mesmo afirmar que, desde 1907 e at\u00e9 1931, os governos preocuparam-se em dar continuidade \u00e0 pol\u00edtica vitivin\u00edcola estabelecida por Jo\u00e3o Franco.

Assim, os pontos mais relevantes dos diplomas publicados em 1907/08, referem-se \u00e0 defini\u00e7\u00e3o e demarca\u00e7\u00e3o de regi\u00f5es produtoras de vinhos t\u00edpicos, como os vinhos generosos do Porto, Madeira, Carcavelos e Moscatel de Set\u00fabal e ao condicionamento do plantio da vinha.

1.2.1 - Regi\u00f5es demarcadas e respectivas organiza\u00e7\u00f5es

No que respeita \u00e0 demarca\u00e7\u00e3o das regi\u00f5es, elas foram “concebidas como esquema geral promotor dos vinhos de qualidade,”²² e tiveram como principal preocupa\u00e7\u00e3o resolver o problema da protec\u00e7\u00e3o e economia dos vinhos do Porto, mas acabaram por criar condi\u00e7\u00f5es para a demarca\u00e7\u00e3o de outras regi\u00f5es no pa\u00eds.

De facto, com a liberaliza\u00e7\u00e3o da produ\u00e7\u00e3o e com\u00e9rcio em 1865 tinham deixado de existir os mecanismos reguladores de pre\u00e7o e da qualidade do vinho do Porto, o que permitiu as misturas e falsifica\u00e7\u00e3o praticadas pelos exportadores. Esta situa\u00e7\u00e3o, j\u00e1 referida anteriormente, foi aproveitada pelos comerciantes dos vinhos comuns, ou vinhos do Sul como eram conhecidos, e que, \u00e0 sombra do prest\u00edgio do vinho do Porto, vendiam vinhos de inferior qualidade para lotar com o do Porto ou tentavam mesmo comercializ\u00e1-los em seu nome.

²¹ *Ibidem*.

²² Manuel Lucena, “Junta Nacional do Vinho” in *Dicion\u00e1rio da Hist\u00f3ria de Portugal*, Ant\u00f3nio Barreto e Maria Filomena M\u00f3nica, (Coord.), Vol. VIII, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 331-332.

A pouco e pouco esta situação conduziu à vulgarização da marca e à quebra de confiança do consumidor, sobretudo em termos de mercado externo. Ao nível interno, a situação gerou antagonismos, pressões e conflitos devido à concorrência inter-regional.

Com a publicação da legislação de João Franco sobre as regiões demarcadas foram reintroduzidas as medidas proteccionistas de Pombal relativas à restrição da barra do Douro levando a uma nova demarcação da região, desta vez com base territorial,²³ ou seja através da delimitação administrativa da região, que ficou para uso e produção exclusiva do vinho Porto.

A legislação procurou, assim, dar resposta às reivindicações dos comerciantes e viticultores da região duriense, embora tivesse implicado o estabelecimento de um conjunto de regras de produção e funcionamento de mercado, bem como a criação de organismos para a sua fiscalização.

Assim, este diploma de 1907²⁴ estruturou as quatro regiões de vinhos generosos (Douro/Porto, Madeira, Carcavelos e Moscatel de Setúbal) mas preconizando outras regiões para vinho de pasto de tipo regional, nomeadamente: Colares, Bucelas, Dão, Bairrada, Borba, Torres, Cartaxo, Alcobaca, Douro, Amarante, Basto, Fuzeta e Monção.²⁵

²³ A demarcação pombalina tinha sido efectuada com base numa longa lista de produtores e de quintas. Os marcos pombalinos serviam para delimitar geograficamente a região. Nas delimitações modernas são utilizadas as divisões administrativas (freguesias, concelhos e distritos).

²⁴ Decreto nº 1 de 10 de Maio, publicado no *Ob.Cit.*, I Série, nº 104 de 11 de Maio de 1907.

²⁵ O Douro foi a única região cuja regulamentação do comércio se concretizou em 1907, seguindo-se a regulamentação da região da Madeira, em 11 de Março de 1909, porventura um dos vinhos (generosos) mais famosos da época. Seguiram-se os vinhos de pasto: do Dão; em 25 de Maio de 1910; de Bucelas em 3 de Março de 1911; de Colares em 7 de Março de 1911 e, dos Vinhos Verdes em 10 de Dezembro de 1926. As restantes regiões, embora estivessem previstas na legislação, mas, sem a regulamentação do comércio, a demarcação não servia de nada.

Para a disciplina da acção a desenvolver foi estabelecida uma organização que pretendia constituir uma certa harmonia para todo o sector vitivinícola, toda ela dependente da Direcção-Geral de Agricultura integrada no Ministério da Agricultura e, mais tarde, no da Economia.

Neste contexto, para cada região foi criada uma comissão de viticultura a quem competia “exercer a mais rigorosa fiscalização sobre a entrada de vinhos e aguardentes nas respectivas regiões; fazer o registo das propriedades (...); elaborar a estatística da produção, aceitando as declarações dos proprietários (...); passar os certificados de [origem; e] dar baixa na estatística do concelho, à saída dos vinhos, indicando sempre que seja possível, o local do destino, o nome do destinatário e meio de transporte.”²⁶

Estas funções de interesse público, implicavam prerrogativas de autoridade que, segundo M. Lucena, promovia “regionalismos, cristalizava compartimentações do mercado interno português e determinava uma sensível burocratização do sector vinícola, especialmente no tocante à circulação de produtos”²⁷

Ora, sendo a região do Douro a principal preocupação do legislador, o Decreto nº 1 de 1907 criou também a Comissão de Viticultura da Região do Douro. Em 1908, com a Lei do Fomento de Calvet de Magalhães, foram criadas mais duas Comissões: a Comissão Agrícola e Comercial dos Vinhos do Douro (depois Vinho do Porto) e a Comissão Inspectoria da Exportação do Vinho do Porto.²⁸

A Comissão de Viticultura da Região do Douro ficou responsável pelo controlo da região, mas a sua acção acabou por se restringir à fiscalização da produção e do

²⁶ M. Lucena, *Ob. Cit.*; Decreto nº 1 de 10 de Maio, p. 307.

²⁷ *Ibidem.*

²⁸ Conceição A. Martins, *Ob. Cit.*, nota 117.

comércio dos vinhos generosos, ao controlo da entrada de vinhos e aguardentes no Douro, e à emissão de certificados de origem.

1.2.2 – O condicionamento da vinha

Sendo a expansão da vinha outra das preocupações do legislador, o dispositivo de 2 de Dezembro de 1907 manda “suspender durante três anos a faculdade do plantio da vinha nos terrenos compreendidos nas bacias hidrográficas dos principais rios do país e situados abaixo da curva do nível de 50 metros.”²⁹ A razão deste preceito ficou a dever-se, entre outras razões, ao facto de se ter expandido a cultura de produção barata e de baixa qualidade, devido à substituição de castas autóctones por outras hiperprodutivas, sobretudo nas bacias hidrográficas do Tejo e do Mondego, após as invasões filoxéricas do século XIX.

Segundo o mesmo diploma, não havia superprodução de vinhos de boa qualidade mas sim dos outros que, inundando o mercado, desvalorizavam e desacreditavam o produto genuíno e modificavam o “paladar do consumidor.”³⁰

No entanto, o equilíbrio que se procurava encontrar era difícil de concretizar, pois o próprio diploma reconhece que a produção barata era um factor indispensável para a expansão comercial do país, mas que, excedidos certos limites, o arrastamento dos preços determinaria a desorientação dos mercados e a ruína do próprio comércio.

Constatava-se assim que, na decisão de João Franco, ao efectuar a demarcação das regiões estava subjacente a acção disciplinadora sobre o plantio da vinha, “cujo avanço fora nas últimas décadas galopante, passando a superfície total dos vinhedos de

²⁹ Diploma de 2 de Dezembro de 1907, *Ob. Cit.*

³⁰ *Ibidem.*

204.000 hectares em 1874, para 313.000 em 1908.”³¹ Essa acção disciplinadora falhou por vários factores visto que a vinha continuou a expandir-se nos anos seguintes conforme se observou no quadro nº1, verificando-se a mesma evolução positiva no Estado Novo onde a vinha chegou a atingir uma superfície total de 350.000 hectares em 1970³² e 390.000 hectares em 1986.³³

Após a queda de João Franco seguiram-se governos mais fracos. A instabilidade política a partir de 1909, não permitiu a prossecução de qualquer acção relativa ao sector em geral. Até 1926 muitas das medidas aprovadas pelos governos, mais ou menos transitórios, não tiveram efeitos práticos.

Para isso contribuiu o facto da produção média ter baixado drasticamente, na década seguinte à queda de João Franco, devido aos “azares do clima, a um surto do oídio e também, ao que parece, a voluntárias trocas da vinha por cereais, induzidas por regimes cerealíferos favoráveis.”³⁴

Por outro lado, e depois da estagnação dos mercados verificada no início do século, surgiu a I Guerra Mundial e, apesar da política de guerra, e da guerra aberta entre a agricultura e a República, especialmente por causa da crise do trigo³⁵, uma vaga

³¹ M. Lucena, *Ob. Cit.*, p.332.

³² *Ibidem*.

³³ *Regulamento (CEE) 2239/86 – Programa de Reestruturação da Vinha, IVV.*, p.6.

³⁴ M. Lucena, *Ibidem*.

³⁵ A lei de 1889 tinha sido feita para proteger o trigo nacional da concorrência do cereal importado da América, garantindo ao produtor a venda da colheita, antes de se recorrer à importação. Durante a guerra, o sistema funcionou ao contrário. Pelo Decreto 2 691 de 26 de Outubro de 1916, os agricultores eram obrigados a vender o trigo à Manutenção Militar ao preço tabelado, e era, também, a Manutenção Militar que importava o trigo por um preço superior ao tabelado. Os moageiros compravam o trigo por um valor intermédio entre o internacional e o interno, o que significava que o produtor financiava a importação e as moagens.

Cf. António Sousa Franco, “As Finanças na I República: a continuidade das Finanças débeis” in João Medina (Dir.) *História de Portugal*; Vol. XI. Alfragide, Ediclube, 1998, pp. 228-229.

de optimismo invadiu a viticultura nacional ao “desencadear uma expansão do comércio vinícola nacional que se prolongou pela primeira metade dos anos 20.”³⁶

Esta situação ficou a dever-se ao facto das vinhas francesas e italianas se terem transformado em “campos de batalha” e da “necessidade de abastecer os exércitos,” principalmente os franceses que recebiam uma “ração diária de vinho,”³⁷ o que implicou, à semelhança do que tinha sucedido na década de 80 do século anterior, a procura dos vinhos portugueses.

Mesmo após a guerra, os volumes exportados continuaram em bom ritmo face à necessidade da reconstituição dos vinhedos franceses e italianos devastados pelo conflito. A conjuntura favorável nos anos subsequentes permitiu a intensificação de trocas comerciais e a inflação dos preços cujos valores se aproximaram dos picos do século anterior.³⁸ Os viticultores nacionais fizeram bons negócios, ao mesmo tempo que se livravam do excesso da produção, acumulada ao longo dos anos anteriores.

As falsas expectativa de lucro incentivaram, mais uma vez, a expansão da vinha e todos os proprietários, do maior ao mais pequeno, procuraram alargar a sua área vitícola, apesar dos avultados investimentos necessários à sua plantação e do tempo necessário até esta começar a produzir.³⁹ Este ciclo ascendente manteve-se quase até ao final da década de 20.

³⁶Dulce Freire; *Produzir e Beber. A Vinha e o Vinho no Oeste (1929-1939)*. Dissertação de Mestrado, [policopiado] Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997, p.38.

³⁷*Ibidem*.

³⁸No quinquénio de 1915-1919 exportaram-se mais de 7 milhões de hectolitros, ficando um pouco aquém de volume registado em 1885-1889., mas as receitas são as maiores de sempre face ao aumento dos preços do vinho comum. *Ibidem*.

³⁹Ao contrário de outras culturas, a vinha precisa de, pelo menos, quatro anos para começar a produzir e outros tantos para atingir a produção plena. Os investimentos da sua plantação e manutenção são elevados e mesmo que a perspectiva de lucro não se concretize, dificilmente poderia ser substituída devido ao elevado prejuízo que tal acto acarretaria. A vinha como cultura perene que é, com largos anos de produção, desde que não se verifiquem catástrofes naturais e grandes quedas de preços, permite quase sempre a obtenção de lucros. Neste período muita gente arriscou e se arruinou.

Assim, e apesar da situação instável deste período, verificou-se uma “notável recuperação” nas exportações de vinho a partir de 1910, data que marca a saída da crise de 1900, mantendo-se esta fase favorável “até ao princípio da segunda guerra mundial atingindo, [no período] de 1924 a 1925, os valores mais altos de exportação até então conhecidos,”⁴⁰ conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Quadro nº 3 – Evolução do comércio vinícola nacional
(média anual, em milhares de hectolitros)

Exportações totais	Exportações de vinhos comuns	Exportações do vinho do Porto
1900/09 - 839	1900/09 - 589	1900/09 - 250
1910/19 - 1.239	1915/24 - 1.083	1910/19 - 328
1920/29 - 1.235	1925/39 - 455	1920/26 - 444
1930/39 - 820	--	1927/39 - 417

Fonte: Conceição A. Martins, *Memória do Vinho do Porto*, ICS, 1990, p.146

De acordo com Conceição A. Martins,⁴¹ o comércio vinícola tinha seguido a evolução do comércio mundial, que cresceu até 1927-28, entrando em recessão após esta data.

A partir de 1924, a conjuntura começou a alterar-se. A procura diminuiu, bem como as exportações e os preços.

Neste contexto, e “sem possibilidades de retorno aos mercados franceses ou brasileiros [devido à crise de 1929-30 no Brasil] os negociantes de vinho comum viraram-se para as colónias africanas,”⁴² tendo-se verificado que no quinquénio de 1925-1929 este mercado absorveu mais 5% que nos anteriores, e com tendência para subir. Contudo, estes mercados não foram suficientes para resolver a «questão vinícola».

Deste modo, entrou-se de novo numa conjuntura de superprodução, com quantidades muito superiores às capacidades de absorção ao nível do comércio interno e externo.

⁴⁰ António Barreto, “O Vinho do Porto e o Estado”, in *Análise Social*, nº 100, ICS, 1988, p.379.

⁴¹ Conceição A. Martins, *Memória do Vinho do Porto*, ICS, 1990, p. 117.

⁴² Maria Dulce Alves Freire; *Ob. Cit.*, 53.

Em 1926, ocorreu o golpe de Estado de 28 de Maio. Em 1927, com uma colheita superior à média⁴³ e com a conjuntura de mercados desfavorável, a crise instalou-se mais uma vez no sector vitivinícola.

Dois anos depois, surgiu a Grande Depressão, e embora o impacto deste acontecimento “na economia portuguesa [fosse sentido de forma] bastante suave,”⁴⁴ as suas repercussões acabaram por se reflectir nas exportações e atingir o sector vitivinícola, devido à sua inserção no mercado internacional.

Foi nesta conjuntura desfavorável para o sector em questão, que se deu início a uma reviravolta na situação política e económica do país.

Após a Constituição de 1933 e o estabelecimento do regime do Estado Novo com a política de controlo governamental sobre a actividade económica do país, surgiram os organismos de coordenação económica, dos quais se destaca, entre outros organismos do sector, a Junta Nacional do Vinho, cuja acção e património irá ser objecto de análise no âmbito deste trabalho.

⁴³ A produção desse ano foi de 9,2 milhões de hectolitros, cerca de 3 milhões de hectolitros acima da média. Cf.: Conceição Andrade Martins, *Memória do Vinho do Porto*, ICS, Universidade de Lisboa, 1990, pp. 211-212.

⁴⁴ Eugénia Mata e Nuno Valério, *História Económica de Portugal. Uma Perspectiva Global*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p.191.

CAPÍTULO II – Política vitivinícola no Estado Novo

1 - Contexto político e económico

Portugal, no início da década de 20 do século passado, possuía uma economia atrasada e periférica dentro do contexto europeu, muito dependente da agricultura cujas classes dominantes eram fortemente marcadas pela importância económica e política dos sectores agrários, bem como do comércio colonial e internacional.

O atraso da economia portuguesa resultava de um conjunto de factores donde se destacavam a deficiente formação de recursos humanos, a incapacidade de criação de excedentes agrícolas e outras produções tradicionais, (exceptuando o vinho e a cortiça), o modo particular como o Estado tinha vindo a intervir na economia e, de uma forma geral, a falta de renovação de mentalidades que impediam o investimento e a modernização do sistema produtivo.

A estes factores acrescem os problemas económicos e financeiros do pós-guerra (1914-1918) que tinham conduzido o país a uma crise de escassez de produtos vitais (tais como os cereais e o carvão), a inflação da moeda em consequência dos problemas da dívida externa, a instabilidade social e política que sobreveio à morte de Sidónio Pais e se manteve até finais de 1921. Esta conjuntura originou um aumento “significativo da

intervenção do Estado” na tentativa de controlar administrativamente o “mercado de câmbios e dos mercados de bens fundamentais”⁴⁵ embora sem resultados significativos.

As reformas (fiscal de 1922, e dos direitos aduaneiros de 1923), bem como a revalorização do escudo em 1924, permitiram pôr fim à inflação. Contudo, a estabilidade económica alcançada não bastou para assegurar a estabilização política, tendo, o período conturbado que se seguiu, aberto caminho ao golpe militar de 28 de Maio de 1926.

O governo militar que assumiu o poder “era corporativista na sensibilidade e na mentalidade mas não possuía formação política e ideológica para levar a cabo”⁴⁶ a reestruturação que se impunha.

1.1 - Introdução ao Corporativismo

A ideologia corporativista remonta à época da revolução francesa⁴⁷ e desenvolveu-se em Portugal desde o final do século XIX, especialmente depois da publicação da *Rerum Novarum*, em 1891. Fortaleceu-se com a instabilidade da República Portuguesa (1910-1926), dentro da qual Sidónio Pais (1917-18) funcionou como precursor do Estado Novo, ao governar com um regime parcialmente corporativo.

Neste contexto, Oliveira Salazar, possuidor das competências que faltavam ao governo vigente, foi chamado para efectuar a consolidação da estabilização financeira e

⁴⁵Eugénia Mata e Nuno Valério, *História Económica de Portugal – Uma Perspectiva global*, Lisboa, Editorial Presença, 1993, p.182.

⁴⁶ Howard Wiarda, “Corporativismo” in *Dicionário de História de Portugal*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coord.) Vol. VII, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p.422.

⁴⁷ O corporativismo surgiu no século XIX, primeiro como resposta à revolução francesa e à sua abolição das corporações tradicionais, e depois, como uma tentativa de encontrar uma resposta, nem marxista nem liberal à «questão social». *Ibidem*.

económica. Em Julho de 1932, ao tornar-se Primeiro-ministro, iniciou a reestruturação corporativa da vida política, económica e social portuguesa.

O corporativismo português assumiu-se então com características muito particulares, ligadas à personalidade de Salazar, onde sobressaíam o conservadorismo, o estaticismo e o catolicismo e, essencialmente, como uma forma de organização económica e social.⁴⁸

Os princípios fundamentais desta ordem económica e social baseavam-se (teoricamente) no “corporativismo de associação” levada a efeito pelos próprios interessados, pois o Estado reconhecia “na iniciativa privada o mais fecundo instrumento do progresso e da economia da nação.”⁴⁹ Segundo alguns autores, apologistas desta política, o corporativismo funcionou como a síntese entre o liberalismo e o socialismo, considerando que, deste modo, se enterrava o individualismo económico, ao mesmo tempo, que se repudiavam os colectivismos com que se “pretendeu cercear a liberdade do indivíduo em nome do interesse comum.”⁵⁰

A publicação da Constituição de 1933 prevendo uma Câmara e um Conselho Corporativo, e o Estatuto do Trabalho Nacional regulando as relações entre o trabalho e o capital, permitiram, pela primeira vez na história constitucional portuguesa, o estabelecimento de regras essenciais sobre o regime corporativo aplicado à sociedade económica e política do País.

Foi então, neste contexto que o Estado Novo se afirmou ao nível político, económico e social. No plano económico, encetou a chamada organização corporativa e

⁴⁸ Salazar rejeitou os pontos de vista de extrema-direita defendidos pelo *Integralismo Lusitano*, bem como os ideais defendidos pelo corporativismo de esquerda de Trotsky, e ainda, os marxistas italianos e mexicanos. Cf. *Ibidem*.

⁴⁹ António Batalha Reis, *Organização da Viti-vinicultura. Estudo da Organização Corporativa Portuguesa*; Lisboa, Editorial Império, 1938 p.18.

⁵⁰ *Ibidem*.

de coordenação económica dirigida aos sectores onde se pretendia uma maior intervenção estatal o que evidentemente abrangeu o sector vitivinícola, considerado um dos ramos mais interessantes de toda a agricultura portuguesa.

A importância deste sector ao nível económico e social “representava uma das poucas “lanças” do capitalismo no território das auto-suficiências domésticas e regionais, ao mesmo tempo que, devido ao peso no equilíbrio das despesas e receitas nacionais, ligava o país periférico às vicissitudes da economia do mundo.”⁵¹

No entanto, apesar da importância crescente, o sector padecia de crises constantes devido a múltiplos factores, com destaque para os factores climáticos, (responsáveis pela irregularidade das colheitas), e para a falta de organização ao nível da produção e do comércio.

Assim, nos anos de pouca produção, os preços subiam a limites exagerados desorganizando o comércio, enquanto que em anos de grande produção os vinicultores fomentavam uma concorrência feroz que não lhes trazia qualquer lucro, traduzindo-se tradicionalmente em anos de rendimentos muito escassos. “A resolução do problema [residia], portanto, na regularidade da produção, aproximando-a das necessidades de consumo.”⁵²

Neste contexto, tornava-se necessário criar mecanismos que, intervindo no mercado, o tornassem estável, tanto ao nível interno como ao nível externo, pois a “brusca oscilação de preços prejudicava também o comércio de exportação que, entre outras exigências, requeria uma certa estabilidade nas cotações.”⁵³ Neste sentido, para

⁵¹ Dulce Freire, “O Vinho. Produzir e Beber em Portugal”, in *História*, n.º 35, 1997, p.7.

⁵² Relatório dos D.L. 23:230: 23:231 e 223:232, de 17 de Novembro de 1933, *Ob.Cit.*, I Série, nº 263.

⁵³ “Discurso de Sua Excelência o Secretário de Estado do Comércio” [Dr. Samuel Rodrigues Sanches] in *Jornadas Vitivinícolas – 1962*, I Vol. Edição dos Anais da JNV, p.37.

estabilizar o que por natureza não o é, o Governo de Salazar deu início aos organismos de coordenação económica.

1.2 – Organismos de coordenação económica

Os organismos de coordenação económica foram criados a partir de 1931 pelo Ministro do Comércio e Indústria (ficando sob a sua dependência e, mais tarde, na do Ministro da Economia) “como resposta aos graves problemas que, em plena crise económica mundial, afectavam a economia portuguesa”⁵⁴. Estes organismos funcionavam como elementos de ligação entre o Estado e a organização corporativa, propriamente dita.⁵⁵

Relativamente ao seu estatuto, “só em 1936 foram objecto de uma primeira regulamentação de conjunto”⁵⁶ mantendo-se, desde então, praticamente inalterável até 1972, quando se esboçou a reforma «marcelista» destes organismos.

Orientados e fiscalizados, desde 1936, pelo Conselho Técnico Corporativo (de constituição interministerial), e a partir de 1950 pela Comissão de Coordenação Económica, os OCE eram dotados de personalidade jurídica e destinavam-se a coordenar e a regular superiormente a vida económica e social das actividades directamente ligadas à importação e exportação de produtos, tendo assumido três tipos diferentes:

-“as Comissões Reguladoras, que regulavam as importações⁵⁷, condicionando-as de acordo “com as necessidades da produção na metrópole e nas colónias”⁵⁸;

⁵⁴ Manuel de Lucena, “Organismos de coordenação económica” in *Dicionário de História de Portugal*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coord.) Vol. VIII, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p.654.

⁵⁵ Ao criar os OCE na dependência directa do Governo, o propósito do legislador era a sua futura legislação na estrutura corporativa, aquando da criação dos organismos de cúpula (as Corporações) de que resultaria um verdadeiro corporativismo de associação. Como este propósito não se concretizou, o resultado foi, na prática, mais Estado e menos corporativismo. Orlando Simões, *A Economia do Vinho no Século XX...*, p.192

⁵⁶ *Ibidem*.

-as Juntas Nacionais, “das quais se esperava que disciplinassem e estimulassem as actividades produtivas e comerciais voltadas para as exportações;”⁵⁹ e

-os Institutos, que “em princípio coordenavam certas actividades exportadoras, (...) corporativamente organizadas e envolvessem produtos (como o do vinho do Porto e as conservas) que, pela sua importância exigiam a «garantia oficial de qualidade e categoria» dos produtos portugueses.”⁶⁰

Investidos em prerrogativas de autoridade, as funções essenciais dos organismos de coordenação económica consistiam em “fomentar, regulamentar, fiscalizar e punir”⁶¹ – e não em produzir ou em comprar e vender... No entanto, os estatutos de muitos deles também lhes cometeram a missão de intervir nos mercados, comprando e vendendo (...) para regularizar os preços e escoar produções excedentárias.”⁶²

1.3 - Aplicação do corporativismo à vitivinicultura

Dentro do espírito do sistema corporativo efectuaram-se profundas reestruturações no sector vitivinícola, entrando-se numa nova fase da política vitivinícola.

Ao aplicar o corporativismo ao sector vitivinícola o Estado Novo deu continuidade à política iniciada por João Franco. Neste contexto, prosseguiu a organização do sector com uma parte herdada e outra original. “Herdou a divisão do país vinícola dividido em regiões demarcadas e manteve-as como tal. Acrescentou-lhes,

⁵⁷ Howard Wiarda, *Ob. Cit.*, p.423

⁵⁸ ⁵⁸ M. Lucena, *Ob. Cit.*, p. 655.

⁵⁹ *Ibidem.*

⁶⁰ *Ibidem.*

⁶¹ Com penalidades que íam da simples advertência e da censura, até à multa e à suspensão definitiva do exercício da actividade.

⁶² *Ibidem.*

porém, um conjunto institucional novo. Para cada região estabeleceu um organismo (...) de princípios corporativos:”⁶³

- na região dos Vinhos Verdes: a Comissão de Viticultura em 1929, tendo constituído um primeiro ensaio de regulamentação;⁶⁴
- na região do Dão: a União Vinícola do Dão (Adega) em 1934, transformada mais tarde em Federação dos Vinicultores do Dão em 1942,⁶⁵ e que, em vez de agrupar grémios de vinicultores integrava os grémios da lavoura de acordo com a Lei nº 1 957, de 20 de Maio de 1937;⁶⁶
- nas regiões de Bucelas, Carcavelos e Moscatel de Setúbal: as Uniões Vinícolas em 1933 e 1934;⁶⁷
- na região de Colares: manteve-se a Adega Regional de Colares mas remodelada.⁶⁸

A organização corporativa aplicada ao sector foi feita a pensar, essencialmente, nas exportações (ameaçadas pelo colapso e pela queda dos preços), considerando que este sector representava uma fonte vital de divisas e um mercado de trabalho para largos milhares de pessoas. Neste contexto, todos os organismos criados tinham como função principal a fiscalização da produção, do comércio de vinho e derivados, o aperfeiçoamento da qualidade e a assistência técnica aos produtores.

No Douro foi estabelecido um quadro mais elaborado. Em 1932, precedida pela pressão levada a cabo por associações agrícolas e de viticultores da região, foi criada a Federação Sindical dos Viticultores da Região do Douro, a qual toma a designação de

⁶³ Luciano Amaral, Dulce Freire, “Vinho” in *Dicionário de História de Portugal*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coord.) Vol. IX, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p.595.

⁶⁴ Decreto nº 16 684, de 22 de Março de 1929, publicado no *Ob. Cit.*, I Série, nº 81 de 30 de Março.

⁶⁵ Decreto nº 24 516, de 28 de Setembro de 1934, publicado no *Ibidem*, I Série, nº 229 e Decreto nº 32 275, de 19 de Setembro de 1942, publicado no *Ibidem*, I Série, nº 220.

⁶⁶ Lei que definiu as bases para a organização corporativa da produção agrícola.

⁶⁷ Decreto-Lei nº 23 230, de 17 de Novembro de 1933, publicado no *Ibidem*, I Série, nº 263 e Decreto-Lei nº 23 880, de 21 de Março de 1934, publicado no *Ibidem*, I Série, nº 117.

⁶⁸ Decreto nº 21 455, de 4 de Julho de 1932, publicado no *Ibidem*, I Série, nº 157.

Casa do Douro.⁶⁹ Em 1933 completava-se a organização corporativa com a criação do Grémio dos Exportadores do Vinho do Porto e o Instituto do Vinho do Porto.⁷⁰

Como representante do Estado, competia ao IVP conciliar os interesses da produção e do comércio e, por isso, cabia-lhe a orientação geral do sector da região ao qual a Casa do Douro e o Grémio ficaram subordinados.⁷¹ As principais atribuições do Instituto consistiam, entre outras, em fiscalizar a qualidade do produto e garantir a sua origem, mediante a concessão de certificados de origem ao vinho para exportação, bem como promover a sua defesa ao nível internacional.⁷²

O GEVP tinha como principal função disciplinar o comércio exportador e era, tal como a Casa do Douro, uma organização primária de associação obrigatória.⁷³

Fora das regiões demarcadas foi instituída a Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal (FVCSP).

2 - Criação da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal (FVCSP)

À semelhança da organização estabelecida para a região do Douro e face à crise que se adivinhava, pela conjuntura desfavorável e pela previsão da produção abundante

⁶⁹ Decreto nº 21 883, de 18 de Novembro de 1932, publicado no *Ibidem*, I Série, nº 272.

⁷⁰ Decretos nºs 22 460 e 22 461, de 10 de Abril de 1933, publicados no *Ibidem*, I Série, nº 82. A Constituição entrou em vigor a 21 de Abril pelo que alguns autores referem que a organização do Douro foi pré-corporativa. O Decreto 22 460 foi substituído pelo Decreto-Lei nº 23 184, de 28 de Outubro de 1933, publicado no *Ibidem*, I Série, nº 264.

⁷¹ Cf. Luciano Amaral, Dulce Freire, *Ob. Cit.*, p.595; Gaspar Martins Pereira “Vinho do Porto” in *Dicionário de História de Portugal*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coord.) Vol. IX, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p.597.

⁷² Em 1923, e após a realização em Paris da Conferência dos países exportadores de vinhos onde participaram a Espanha, França, Itália, Grécia e Portugal, foi assumido o compromisso de todos os Estados protegerem as suas marcas com designação de origem e decidido criar um *Office International du Vin* (OIV), com o objectivo de defender, centralizar e coordenar toda a documentação sobre vinhos. O Acordo da criação do OIV foi assinado a 24 de Novembro de 1924, integrando Portugal como país fundador.

⁷³ Cf. Conceição A. Martins, *Memória do Vinho do Porto*, ICS, p.384.

de 1933, a viticultura do Sul, através de várias associações como a ACAP, a Associação de Agricultura das Caldas da Rainha, a Comissão de Viticultura do Concelho de Torres Vedras, entre outras,⁷⁴ reclamava do Governo idêntica organização.

Foi neste contexto conturbado que surgiu a primeira estrutura corporativa para regular o mercado dos vinhos correntes - a Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal (FVCSP) - criada pelo Decreto-Lei nº. 23 231, de 17 de Novembro de 1933. Ao mesmo tempo foi criado o Grémio do Comércio e de Exportação de Vinhos (GCEV) (Decreto-Lei 23 232) e reestruturada a organização de Produção e Comércio dos vinhos de pasto das regiões de Bucelas, licorosos de Carcavelos e Moscatel de Setúbal, com a criação dos grémios regionais de viticultores e de exportadores constituindo Uniões Vinícolas Regionais, (Decreto-Lei nº 23 230), conforme referido anteriormente.

O GCEV tinha uma estrutura e fins idênticos ao Grémio do vinho do porto e era constituído, obrigatoriamente, por todas as entidades singulares ou colectivas que exercessem ou viessem a exercer o comércio de exportação de vinhos. Neste contexto, competia ao GCEV, em colaboração com a FVCSP descobrir novos mercados, desenvolver os existentes bem como acreditar e valorizar as marcas de vinhos em todos os mercados externos.

Os diplomas publicados, cujo preâmbulo é comum,⁷⁵ regularizam de uma assentada a produção e o comércio do vinho do sul do país. A FVCSP vem satisfazer parcialmente as reivindicações dos viticultores e era uma associação obrigatória constituída pelo conjunto de grémios de vinicultores (grémios de produtores) a serem criados e instalados em todos os concelhos dos distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria,

⁷⁴ Dulce Freire, *Produzir e Beber. A Vinha e o Vinho no Oeste (1929-1939)* Dissertação de Mestrado [Policopiado], Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997, p.85.

⁷⁵ Decretos-leis nºs. 23 230, 23 231 e 23 232 citados.

Santarém, Lisboa e Setúbal.⁷⁶ No entanto, ao contrário do que sucedeu no Douro e no Dão, a FVCSP não assumiu a posição de um organismo de cúpula. A coordenação vertical devia resultar de acordos entre os organismos envolvidos (FVCSP e grémios).

A constituição dos grémios concelhios de vinicultores pressupunha o recenseamento dos vinicultores, o registo das propriedades vitícolas e respectiva área, a identificação de proprietários e as modalidades de exploração, pois os sócios teriam de ter uma produção média anual igual ou superior ao limite fixado em regulamento e, não poderiam estar incluídos nas regiões vinícolas demarcadas em 1908 e 1911. Quando a média das colheitas anteriores não atingisse o quantitativo estipulado, os concelhos agrupar-se-iam por proximidade corográfica.⁷⁷

Este levantamento seria efectuado pela FVCSP, através de inquéritos a todos os proprietários, rendeiros, parceiros ou senhorios que recebessem renda em qualquer produto vinícola.⁷⁸ Do resultado desse inquérito apenas adquiriam o estatuto de sócio os que produzissem acima dos 2.500 litros (5 pipas) de mosto, vinho ou derivados, ficando automaticamente agremiados. Este valor mínimo resultou do compromisso de «sacar» a contribuição legal aos que produziam para o mercado sem prejudicar o auto-consumo. No entanto, este processo arrastou-se no tempo, quer por dificuldade de “pessoal adestrado para o serviço de campo,” quer ainda por “receio dos viticultores perante a possível tributação” sobre a produção.⁷⁹

⁷⁶ A que se juntaria o Grémio de Armazenistas de Vinhos em 1935.

⁷⁷ Cf. Decreto-Lei nº 23:231, fundador da FVCSP, *Ob. Cit.*

⁷⁸ Decreto-Lei nº. 23:374, de 19 de Novembro de 1933, publicado no *Ob. Cit.*, I Série, n.º 289. Ordena um inquérito à produção vinícola da última colheita na área da FVCSP.

⁷⁹ Só a partir de Dezembro de 1936 se pôde considerar em plena actuação os serviços de Inquéritos, Contribuição e Estatística. Cf. *Relatório e Contas do Exercício de 1937 da Junta Nacional do Vinho*, pp.23-24.

2.1 – Principais atribuições da FVCSP

Embora o cerne da criação da FVCSP fosse a regularização do mercado, a fim de evitar os problemas colocados pela “irregularidade produções vinícolas ora superabundantes ora deficitárias”⁸⁰ evitando a especulação, a verdade é que eram ainda outras as atribuições do organismo, e consistiam, entre outras, em:

- Orientar e fiscalizar a produção e o comércio de mostos, vinhos e derivados, bem como orientar e fiscalizar toda a actividade dos grémios concelhios exercida na sua área de influência;
- Aperfeiçoar os métodos de fabrico e preparação de vinhos e derivados e estabelecer laboratórios enológicos, adegas, depósitos e caves onde e quando for julgado conveniente;
- Promover a criação de adegas cooperativas nos termos da legislação em vigor;
- Definir e criar marcas de vinho para a exportação;
- Intervir no mercado para defender a produção e conseguir a regularização de preços.

Neste contexto, nos primeiros anos da sua existência, marcados por grandes produções vinícolas, a FVCSP interveio no mercado comprando os excedentes que ficaram armazenados nas adegas dos próprios vinicultores, aguentando os preços e impedindo que a produção ficasse à mercê dos comerciantes. Mas, “em 1936/37 o vinho faltou: e então, quando nos mercados dispararam os preços a FVCSP, usando as suas reservas, (...) celebrou com o Grémio dos Armazenistas de Vinhos (GAV)⁸¹ um acordo inter-corporativo destinado a contê-los: a todos os níveis, da compra à produção e até à venda ao público.”⁸² Obviamente que esta situação frustrou interesses não só do

⁸⁰ Preâmbulo do diploma da FVCSP; Cf. M. Lucena, “Junta Nacional do Vinho” in *Dicionário de História de Portugal*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coord.) Vol. IX, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p.333.

⁸¹ Criado pelo Decreto-Lei nº 24 979, de 28 de Janeiro de 1935, publicado no *Ob. Cit.*, I Série, nº 22. Reorganiza o Grémio de Vendedores de Vinho por Grosso, passando a ter a nova designação (GAV).

⁸² M. Lucena, *Ob. Cit.*, p.333.

comércio mas também da produção, pois havia grandes produtores que viram lograda a oportunidade de escoar o vinho armazenado de anos anteriores.

Assim, o acordo realizado e que parecia promissor para resolver o problema da viticultura, deu azo a uma querela entre interesses opostos e contra a FVCSP que culminou com uma acesa polémica travada no seio da Assembleia da República, no início de 1937.

Em consequência, ou não, meses depois, o Governo extinguiria a FVCSP e criaria a Junta Nacional do Vinho, com um âmbito mais alargado pois o diploma fundador da JNV não deixa de observar que a “esfera de influência da Federação, confinada apenas ao domínio da produção, vedava-lhe, o contacto directo e constante com os demais sectores (...) da economia do vinho, impossibilitando-a (...) de exercer a acção conjunta que (...) se reconhece indispensável.”⁸³

Assim, a crise mais não fez do que precipitar a aplicação ao domínio vinícola a reforma do novo regime jurídico, estabelecido pelo Decreto-lei nº 26:757 de 8 de Julho de 1936⁸⁴ que viera «verticalizar» e estatizar toda a organização de “coordenação económica, à cabeça da qual foram deixando de se encontrar organismos essencialmente corporativos (grémios e federações) e a (...) achar-se outros (juntas, comissões reguladoras e institutos) ditos «pré-corporativos» e considerados transitórios – destinados a serem absorvidos pelas Corporações.”⁸⁵

⁸³ Decreto-Lei nº 27 977 de 19 de Agosto de 1937, publicado no *Ibidem.*, I Série, nº 193; Américo C. Miguel e Rogério V. de Oliveira, “Solução Cooperativista do Problema da Armazenagem de Vinhos” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Vol. IV, 1952, p.43.

⁸⁴ Ao abrigo do qual já tinham transformado o Instituto do Vinho do Porto em OCE, assumindo funções que haviam sido confiadas aos organismos coordenados.

⁸⁵ Mas que na realidade tiveram carácter acentuadamente para-estatal e duraram até muito depois da queda do regime corporativo. Cf. M. Lucena, *Ibidem.*

Igualmente, a publicação da lei n.º 1.957, de 20 de Maio de 1937,⁸⁶ definindo as bases para a organização corporativa da produção agrícola, tendo como organismos próprios os grémios da lavoura, passaram a estar representados nos organismos de coordenação económica e acabaram por integrar os grémios concelhios especializados, criados no âmbito do Decreto-Lei n.º 24:049 de 19 de Janeiro de 1935.⁸⁷

Deste modo, aplicou-se ao vinho a mesma fórmula corporativa aplicada aos outros produtos agrícolas.

3 – Criação da Junta Nacional do Vinho (JNV)

A 19 de Agosto de 1937, a Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal foi transformada em organismo de coordenação económica, pelo Decreto-Lei n.º 27.976. Ao mesmo tempo, foi criada a Junta Nacional do Vinho (JNV), através do Decreto-Lei n.º 27 977,⁸⁸ como organismo sucessor a quem foram atribuídas competências mais alargadas e área muito mais vasta.

Enquanto a FVCSP tinha a sua área geográfica limitada a 62 concelhos, onde intervinha por intermédio de 46 grémios concelhios, a JNV, com sede em Lisboa, abrangia 201 concelhos agrupados em 16 Delegações e 31 Subdelegações, ligados por 58 delegados estatais e 64 agentes concelhios.⁸⁹

⁸⁶ Lei base sobre os Grémios da Lavoura.

⁸⁷ Entre 1939 e 1945 foram constituídos mais de 200 grémios da lavoura, de uma totalidade de 232, constituídos em 1955.

⁸⁸ A transformação levada a efeito por este Decreto é uma consequência da promulgação da Lei n.º 1.957, de 20 de Maio de 1937, que criou os Grémios da Lavoura. Pelas mesmas razões foi extinto o Grémio dos Vinicultores.

Cf. *Relatório e Contas do Exercício de 1937*, JNV, p. 18.

⁸⁹ Cf. *Relatório e Contas do Exercício de 1938 da Junta Nacional do Vinho*, p. 65.

A Junta Nacional do Vinho assumiu-se, desde então, como um organismo vertical, coordenador de toda a economia do sector⁹⁰ reunindo atribuições sobre a produção e o comércio, cujos órgãos corporativos lhe ficaram subordinados. Estes sectores estavam representados no Conselho Geral da JNV constituído por um Presidente e dois Vice-Presidentes, nomeados pelo Ministro, mais um representante da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, três representantes da produção (Grémios da Lavoura), e os directores dos Grémios de Armazenistas de Vinhos (GAV) e de Comerciantes e Exportadores de Vinhos (GCEV), como representantes do grande comércio.⁹¹

No mesmo diploma foi igualmente prevista a criação do Fundo Corporativo da Vinicultura,⁹² como património colectivo dos vinicultores agremiados, a ser administrado pela JNV.⁹³ Este Fundo, financiado pelos vinicultores através do pagamento das taxas,⁹⁴ “servirá para realizar a função económica atribuída à Junta.”⁹⁵ Constituíra reserva para defesa colectiva da produção e destinava-se à concessão de créditos aos vinicultores inscritos nos grémios da lavoura, podendo ser utilizado na aquisição de vinhos e derivados das intervenções. Para além deste Fundo, constituíam receitas da JNV o valor das taxas, das multas, os juros capitalizados e outros rendimentos ou subsídios não definidos.

⁹⁰ Mas não de toda a fileira vitivinícola pois o plantio da vinha não era da sua competência.

⁹¹ O presidente, Conde de Penha Garcia, veio do seio da ACAP, um dos vice-presidentes, Albano Homem de Melo transitou da FVCSP; da Produção: Fernando da Costa e Almeida, José dos Santos Lima e Luís José Braancamp Cardoso de Menezes, e ainda um representante da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas do Ministério da Agricultura: Guilherme Guerra; um do GAV: Acácio Barreiros e um do GCEV: Carlos Xafredo.

⁹² Na criação da FVCSP foi previsto a criação de um fundo social inicialmente constituído por 70% da contribuição obrigatória, em géneros, para o grémio.

⁹³ E que, aliás, contribuiu para a aquisição de grande parte do património do organismo. Razão pela qual diversas associações do sector se sentiram com direito a reclamar (sem êxito) os imóveis considerados património da vitivinicultura quando o Governo decidiu pô-los venda, no final de 2004, para colmatar o défice.

⁹⁴ De início apenas a taxa de comercialização (Decreto nº 26:317 de 29 de Janeiro de 1936) mas posteriormente outras taxas se juntaram.

⁹⁵ Discurso do Ministro do Comércio e Indústria ao dar posse à Presidência da JNV, onde reconhecia que gerir o FCV era função delicada em extremo e só a pouco e pouco poderá ser bem compreendida por aqueles que afinal se procura proteger.” Conselho *Geral, Actas, Livro nº 1, Acta nº 1*, de 1 de Outubro de 1937.

Desta forma, adoptava-se, assim, a lógica do financiamento do aparelho corporativo e dos organismos de coordenação económica sustentados pelos próprios sectores, permitindo que “sob o controlo ao Estado passassem a ser exercidas novas funções no domínio económico e social,”⁹⁶ sem pesar no Orçamento Geral do Estado nem aumentar o aparelho administrativo.

3.1 - Área de Influência da JNV

A área de influência ou de acção da JNV exercia-se sobre os vinhos comuns de todo o território nacional, cuja área correspondia à maior parte da produção vinícola do país, excluindo as regiões demarcadas de então (Dão, Vinhos Verdes, Douro, Moscatel de Setúbal, Bucelas, Carcavelos e Colares), bem como a Madeira e os Açores.

Mais tarde, e apesar de algumas resistências das regiões demarcadas, a JNV acabou por alargar a sua acção, no que respeita à regulação do mercado, a todas as regiões produtoras do continente e ilhas, com excepção da região do Douro.⁹⁷ No caso do Dão e dos Vinhos Verdes, a acção da JNV restringiu-se apenas às intervenções nos mercados, em coordenação com os organismos próprios das regiões.

Em 1940, a Madeira passou a estar sob a coordenação da JNV, face à desorganização que imperava no sector vitivinícola da Região, numa base transitória, até que fosse criado um organismo corporativo ou de coordenação económica destinado a tutelar os interesses da vinicultura daquela região conforme expressa o artº 1º do Decreto-Lei nº 30:517 de 18 de Junho. No entanto, esta fase de transição durou até à

⁹⁶ António da Silva Leal, “A organização do Estado depois da revolução de 1974” in *Análise Social*, n.ºs.72,73,74, ICS, p. 936.

⁹⁷ Madeira em 1940 (decreto-lei nº 30:517 de 18 de Junho); Colares em 1941 (Decreto n.º 31540 de 29 de Setembro); Bucelas, Carcavelos e Moscatel de Setúbal, em 1950 (Decreto-Lei n.º 37:729 de 6 de Janeiro); em 1963 Dão e Vinhos Verdes (Decretos-Lei nº 45 064 de 6 de Junho e nº 45:215 de 24 de Agosto) e Açores em 1970 (Decreto nº 550 de 12 de Novembro, embora em 1956 pelo Decreto-Lei nº 40:670 de 4 de Julho tivesse atribuído à JNV a competência para promover a criação de adegas cooperativas no arquipélago).

criação do Instituto do Vinho da Madeira em 1979, (Decreto Regional n.º 7/79M de 6 de Abril).⁹⁸ Neste espaço de tempo a JNV manteve, no Funchal, uma delegação, com um quadro de pessoal e instalações próprios, como parte integrante do organismo.

3.2 – Principais atribuições da JNV

As competências da JNV assentavam numa política de orientação e defesa da produção e comércio, passando pela organização do Sector Vitivinícola, em Portugal. A sua actuação abrangia um vasto leque de funções que iam desde criação de uma consciência corporativa e sentimento de solidariedade entre os elementos ligados às actividades, sob a sua disciplina e orientação económicas, – funções que eram comuns a todos os organismos de coordenação económica, inserindo-se na esfera do ideal e na defesa do regime corporativo – até à emissão de pareceres sobre todos os assuntos que lhe fossem submetidos.

Neste contexto, competia à JNV «coordenar a acção de todos os organismos corporativos da produção e comércio de vinhos e seus derivados, na área da sua influência»; bem como «orientar e fiscalizar», em colaboração com os serviços públicos competentes e com os citados organismos corporativos, «a produção e comércio de mostos, vinhos e aguardentes;» e ainda «reprimir e punir as fraudes e transgressões»⁹⁹ às leis ou regulamentos em vigor, com penalidades que podiam ir desde a suspensão (até dois anos ou mesmo cessação definitiva do exercício da actividade. No entanto, estas funções eram, também, comuns a todos os outros organismos coordenadores.

Outras havia que lhe foram expressamente cometidas e se podem agrupar em funções burocráticas, de fomento, de apoio e de intervenção:¹⁰⁰

⁹⁸ No seguimento do Decreto-Lei n.º 75/79, da mesma data, que permitia a transferência das acções da JNV para o organismo a criar na Região Autónoma da Madeira.

⁹⁹ Diploma de criação da JNV (Decreto n.º 27:977, Artº 4º)

¹⁰⁰ Cf.: M. Lucena “Junta Nacional do Vinho, *in Ob. Cit.*, p.334.

- funções burocráticas; - proceder por intermédio dos grémios da lavoura ao cadastro dos vinicultores; promover o manifesto anual da produção de vinhos e seus derivados, bem como o manifesto de existências das colheitas anteriores em poder da produção e comércio; conceder certificados de origem referentes às marcas regionais da zona da sua influência;
- funções de fomento – promover a melhoria das condições de fabrico e conservação de vinhos e seus derivados; actuar no sentido da criação e manutenção de tipos definidos e marcas de vinhos; cooperar com os organismos corporativos da lavoura na criação de Adegas Cooperativas e na concessão de crédito aos produtores;
- funções de apoio - prestar a assistência técnica e informações aos vinicultores e comerciantes; cooperar com os organismos corporativos da lavoura na concessão de créditos à produção;
- funções de intervenção – com vista à regularização dos preços do vinho e seus derivados desde a produção até ao retalho; garantir o escoamento dos produtos acumulados a produtores individuais ou colectivos.

De todas estas funções destacam-se sobretudo as que se referem ao fomento de uma rede de adegas cooperativas que se veio a reconhecer notável, e à regularização do mercado e estabilização dos preços, considerando que esta era a necessidade mais sentida pelo sector, constituindo, também, a maior justificativa para a sua criação, e aquela que causou maior impacto ao longo da sua existência.

Embora o diploma fundador da JNV estipulasse que as intervenções no mercado se deviam limitar ao mínimo, deixando as operações de natureza comercial à actividade particular, a verdade é que a sua actuação, esporádica nos primeiros anos, se tornou ao

longo do tempo quase sistemática, comportando-se, segundo alguns autores,¹⁰¹ como agente económico.

Esta situação poderá ser explicada pelo crescimento do sistema corporativo e a “intervenção cada vez mais nítida e determinante do Estado.”¹⁰² Poderá ainda, ser explicado pelo aumento da capacidade de armazenagem, quer da JNV quer da produção em geral, com especial destaque para as adegas cooperativas, o que lhes permitia a acumulação de excedentes.

Para além disso, a partir de 15 de Novembro de 1961, foi estabelecido um novo esquema de intervenção por compra e venda, extensivo a todos os vinicultores e adegas cooperativas da área de jurisdição da JNV, que passou, a partir de então, teoricamente, a estar sempre presente no mercado. Como compradora, para “travar a descida excessiva de preços na defesa do lavrador” e como vendedora para “obstar à alta exagerada, na defesa do consumidor.”¹⁰³

No entanto, a JNV só se declarou compradora de todo o vinho que lhe oferecessem nos anos de 1953, 1956 e 1968, recorrendo, nos outros anos, a diversos critérios limitativos, valendo-lhe diversas críticas e queixas por parte dos visados. Mas, mesmo com os critérios selectivos a JNV, quase se “afogou” financeiramente na década de 60.

A razão deste descalabro ficou a dever-se à acumulação de excedente que, no triénio de 1962-65, constituiu um dos períodos mais graves em termos de aprovisionamento dos vinhos em Portugal, devido às colheitas abundantes. Depois dessa fase, a produção nacional entrou em declínio, com excepção para os anos de 1974

¹⁰¹ Orlando Simões, *Ob. Cit.*, p. 169;

M. Lucena, “Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à Lavoura (I)” in *Análise Social*, nº 56, p.861.

¹⁰² *Ibidem*, p.859.

¹⁰³ Cf. *Relatório e Contas da JNV de 1961*, p. 53, e *Jornadas Vitivinícolas*, I Vol., p.42.

e 1979, em que se registaram de novo produções acima da média, como se pode observar no quadro seguinte:

Quadro nº 4 -Produção Vinícola Nacional na vigência da JNV (1937-1986)
(exclui as regiões demarcadas)

Anos	Milhares de Hectolitros	Anos	Milhares de Hectolitros	Anos	Milhares de Hectolitros
1937	8.048,9	1954	12.184,7	1971	8.834,9
1938	10.955	1955	11.336,1	1972	8.196,0
1939	7.720,1	1956	10.964,5	1973	11.086,0
1940	5.186,6	1957	9.576,3	1974	13.872,5
1941	7.373,5	1958	8.585,0	1975	8.773,3
1942	8.258,8	1959	8.924,2	1976	9.252,8
1943	14.006,3	1960	11.457,8	1977	6.586,8
1944	14.506,8	1961	7.419,6	1978	6.361,9
1945	10.167,2	1962	15.268,0	1979	14.078,2
1946	6.668,8	1963	12.979,3	1980	10.035,4
1947	10.110,8	1964	13.594,5	1981	8.211,5
1948	8.176,3	1965	14.749,2	1982	10.030,9
1949	7.926,6	1966	8.927,8	1983	8.249,1
1950	8.725,2	1967	9.739,7	1984	8.392,9
1951	9.489,5	1968	11.690,4	1985	9.567,2
1952	5.802,2	1969	8.081,2	1986	7.615,3
1953	11.736,1	1970	11.327,6		

Fonte: Conceição A. Martins, *Memória do Vinho do Porto*, ICS, 1990, pp.211-212.

A JNV continuou a intervir no mercado sempre que se verificava a necessidade de retirar excedentes da produção, garantindo-lhes um preço mínimo, ou a repor vinhos no mercado interno e para exportação, a preços mais compensadores.

Deste modo, e considerando que a JNV permaneceu (segundo os seus *Relatórios e Contas*) sempre interventora no mercado, apesar dos critérios discricionários, e muito mais compradora que o contrário, razão pela qual teve de continuar a aumentar a sua capacidade de armazenagem, quase até à data em que foi extinta.¹⁰⁴

¹⁰⁴ No período compreendido entre 1980 a 1983 a capacidade de armazenagem da JNV foi aumentada em 614.275hl (122 855 pipas de 500 litros). Cf. *Relatório e Contas da JNV 1980 a 1983*, p.99.

Na década de 80, a existência da JNV começou a ser posta em causa¹⁰⁵ “acusada de inoperância funcional e de constituir um pesado encargo económico para o sector vitivinícola”¹⁰⁶ tendo-se limitado a sua intervenção à compra de vinhos de baixo grau para o fabrico de aguardente devido a colheitas reduzidas e também às dificuldades financeiras.

A acção da JNV, levada a cabo em estreita ligação com os Ministérios da Agricultura, do Comércio e das Finanças, acabou por se revelar mais vocacionada para o mercado do vinho do que para a defesa da viticultura em geral.

Na produção assegurava um preço mínimo através das operações de intervenção por compra de vinhos, retirando-lhes os excedentes.

Na comercialização, e de um modo geral, a sua acção desenvolveu-se em torno da disciplina geral do comércio de produtos víquicos no mercado interno e externo, através do fornecimento de produtos provenientes das intervenções a preços muito compensadores para o comércio, mas desastrosos para o organismo, considerando que o produto era vendido a preços muito inferiores ao da sua aquisição.

Com o decorrer do tempo, esta situação acabou por lhe causar sérios problemas financeiros, como se verá no capítulo seguinte.

¹⁰⁵Embora não tenha sido a primeira vez que tal aconteceu, a contestação tinha mais força que anteriormente, face ao regime democrático em vigor e à necessidade de se proceder à sua reestruturação dentro do quadro das negociações da integração de Portugal na CEE.

¹⁰⁶ *Relatório e Contas, Ob. Cit.*, p. 5.

CAPÍTULO III – Acção da Junta Nacional do Vinho

1 – Intervenção no mercado

1.1– Regularização de preços

A política de regularização de preços e de mercado levada a cabo pela Junta Nacional do Vinho consistia, de acordo com o próprio diploma que a criou, no ajustamento entre a produção e o consumo. Deste modo, pretendia assegurar a estabilidade dos preços, difícil de conseguir até então, face à oscilação da produção.

Para atingir estes objectivos a JNV tinha de retirar do mercado os excessos da produção e guardá-los para os anos em falta, substituindo a especulação e a concorrência por um regime equilibrado de preços. Em anos de escassez, a JNV devia lançar no mercado os produtos armazenados tal como foram adquiridos, ou depois de convenientemente tratados e/ou transformados.

Esta política tinha sido iniciada pela FVCSP, quer através da retirada da contribuição legal a que inicialmente todos os viticultores foram obrigados – fixada em 18% da produção manifestada por cada viticultor com mais de 10 pipas¹⁰⁷, – quer através das operações de intervenção por compra de vinhos, mostos ou aguardentes, ou

¹⁰⁷ Posteriormente, esta contribuição foi transformada em taxa que incidia sobre as guias de trânsito que acompanhavam o vinho transportado do produtor para o armazenista.
Cf. Lei nº 1890 de 23 de Março de 1935, publicado no *Ob. Cit.*, I Série, nº 67.

do financiamento aos produtores nos anos de maiores produções de forma a evitar o “aviltamento dos preços”¹⁰⁸ permitindo-lhes conservar o vinho e aguardar a melhor oportunidade de venda.

No entanto, ao longo dos anos, os volumes adquiridos pela JNV nas operações de intervenção no mercado foram sempre muito superiores aos volumes escoados, quer fossem no mercado interno ou externo, dando origem à acumulação de stocks cada vez maiores, como adiante se explica. Deste modo, o objectivo inicial da política intervencionista da JNV que se centrava no equilíbrio entre a produção e comércio falhou.

A tendência para a acumulação de excedentes causou à JNV resultados económicos desastrosos, devido aos problemas de armazenagem e respectivos encargos financeiros.

Neste contexto, no início da década de sessenta, e após uma série de anos sucessivos de produções excepcionais, a situação agravou-se e quase provocou a bancarrota do organismo. Este facto levou o governo a intervir e deu origem à revisão da política vitivinícola, cujas orientações foram expressas no Despacho Governamental de 16 Novembro de 1966,¹⁰⁹ despacho esse que, baseado em relatórios dos vários grupos de trabalho nomeados em Fevereiro desse ano¹¹⁰ para analisarem o sector, confirmava o desajuste e a gravidade da situação:

¹⁰⁸ Expressão utilizada nas Considerações Gerais do Relatório dos Decretos-lei n.ºs. 23:230, 23:231 e 23:232 de 17 de Novembro de 1933, e muito banalizada em estudos desta temática.

¹⁰⁹ Define os princípios orientadores da política vitivinícola no espaço português. Para além dos aspectos relacionados com as intervenções, aborda as questões sobre: o plantio da vinha; as regiões demarcadas e o cadastro vitícola; a produção de uvas de mesa; o comércio de vinho; a criação de vinhos de «garrafeira» e o fomento da qualidade; mercados ultramarinos e exportação de vinhos com e sem designação; e a política do álcool.

¹¹⁰ Foram nomeados 4 grupos de trabalho, cada um com o seu pelouro: 1- condicionamento da cultura da vinha; 2-Demarcção das regiões e cadastro vitícola; 3- Uva de mesa; 4 – Comercialização do vinho. Cf. “Despacho de 7 de Fevereiro de 1966 – A Intervenção da Junta Nacional do Vinho durante a campanha de 1965-1966” in Virgílio A. Dantas, *Manual de Legislação Vitivinícola e Sobre o Alcool e Produtos Alcoólicos Diversos*, Vol. III, Lisboa, JNV, 1971, pp.1248-1249.

“Quando observamos o comportamento das produções vinícolas e do seu mercado, somos forçados a concluir por um desajustamento que tende a agravar-se. Esse desajustamento traduz-se na tendência para a acumulação de excedentes, só vendáveis a ritmo muito lento e sempre a preços muito inferiores àqueles que devem ser garantidos à lavoura para que esta possa encontrar na produção de vinho um factor positivo do equilíbrio e da rentabilidade da exploração agrícola.

Considerada no seu aspecto global, a política vitivinícola deve, portanto, tender para um melhor ajustamento dos volumes médios anuais da produção à capacidade que os mercados consumidores tenham de absorver o vinho a preços muito compensadores”¹¹¹

Um dos objectivos deste diploma era “corrigir ou dominar os problemas de estruturas que maior responsabilidade têm no presente da vitivinicultura e maior influência podem exercer no futuro.” Ao mesmo tempo, definia uma nova orientação no sistema de intervenções por compra de vinhos, bem como a possibilidade de aplicar preços diferenciados mediante a qualidade.

Estas orientações corroboram as queixas de alguns sectores da produção devido ao estilo das operações de intervenção da JNV no mercado, sendo que, uma das suas características residia no facto de ela se apresentar como o comprador que mais oferecia pelo vinho, com os inconvenientes evidenciados no teor do despacho de Fevereiro do mesmo ano:

- “eleva o custo da intervenção, que na sua maior parte se destina à queima para produção de aguardente;
 - orienta o comércio para a compra dos vinhos de pior qualidade, que os paga por bons, prejudica também a produção, pois que esta está interessada na expansão do - consumo interno e a qualidade é factor essencial dessa expansão;
- desobriga a produção do dever que lhe incumbe de colaborar nos esforços da expansão do consumo. Na verdade os produtores sabendo que a Junta lhes paga o seu vinho a

¹¹¹ Despacho de 16 de Novembro de 1966. *Ibidem*, p. 1286.

preço compensador que o comércio não lhe oferece, limita-se a aguardar que ela vá às suas adegas levantar-lhes o vinho.”¹¹²

De facto o esquema das intervenções proporcionava a valorização de todos os vinhos visto que o valor para a sua compra era atribuído principalmente em função do grau alcoólico, secundariamente da acidez volátil e da cor, esquecendo outros padrões indicadores da qualidade.

Este tipo de actuação, longe cumprir os objectivos estipulados contribuiu para manutenção de inúmeros produtores inviáveis e desincentivar a “produção de vinhos de qualidade, bem com a criação de novas regiões demarcadas; [ao mesmo tempo propiciava] grandes negócios de casas comerciais”¹¹³ às quais a JNV fornecia vinhos a baixo custo.

O critério de uniformidade era injusto e muito reclamado pelas regiões tradicionais, situação que foi igualmente reconhecida no despacho já referenciado e proposta uma correcção para o futuro mediante “a correcta demarcação das regiões vitivinícolas e (...) e cadastro das plantações (...) única forma de impedir a passagem de vinhos ordinários e, portanto mais baratos.”¹¹⁴ Sobre esta questão da diferenciação de preços por categorias, e embora tenha havido uma evolução favorável, a verdade é que nunca foi suficiente para incentivar a produção de vinhos de qualidade, pois implicava, para o viticultor, mais trabalho e mais custos sem a garantia da sua rentabilidade. Só após 1974, foi criada a categoria de vinhos típicos regionais, com melhores condições de compra, que beneficiava os vinhos das regiões demarcadas.

¹¹² Despacho de 7 de Fevereiro de 1966, *Ibidem*, p. 1223.

¹¹³ M. Lucena, “Junta Nacional do Vinho” *Ob. Cit.*, p.335.

¹¹⁴ À semelhança da política vitivinícola de João Franco volta-se a articular a necessidade de fomentar vinhos de qualidade, regiões demarcadas e castas adequadas.

No mesmo diploma foi reconhecida a situação económica difícil da JNV, então com um saldo devedor de 1 234 000 contos¹¹⁵, em virtude das intervenções efectuadas e à “evolução das produções que apontavam uma nítida tendência para o seu aumento (...) e estabilidade, o que é devido não só ao alargamento da área de plantio como também à melhoria da produtividade média dos vinhedos.”¹¹⁶ De facto no decénio anterior tinham-se verificado evoluções, quer nas produções quer nas intervenções:

Quadro n.º 5

Evolução das produções (âmbito nacional)		Volumes e valores das intervenções (realizadas pela JNV)	
Anos	Produções em hectolitros	Quantidades em hectolitros	Valores em escudos
1955	11 336 000	351 000	54 680 000\$
1956	10 964 000	214 00	43 488 000\$
1957	9 576 000	2 500	945 000\$
1958	8 585 000	279 000	80 995 000\$
1959	8 924 000	161 000	38 909 000\$
1960	11 457 000	817 000	223 187 000\$
1961	7 419 000	145 000	38 380 000\$
1962	15 268 000	2 522 000	598 847 000\$
1963	12 979 000	2 228 000	583 016 000\$
1964	13 594 000	2 055 000	410 000 000\$

Fonte: Despacho de 7 de Fevereiro de 1966, *Ob. Cit.*, p. 1224.

Segundo a mesma fonte, a JNV possuía no final de 1965 cerca de 130 000 pipas de aguardente (500 litros cada), cujo valor, a preço de custo, ultrapassava um milhão de contos. Possuía, também, 170 000 pipas de vinho, cujo preço médio de aquisição foi de 2\$54, enquanto o de exportação à saída dos seus armazéns era de cerca de 1\$20/litro.

A solução para as dívidas acumuladas acabou por se traduzir na criação da taxa de comercialização de \$40/litro.¹¹⁷ Mais uma vez se constatou que, apesar das orientações e das várias iniciativas levadas a cabo no sentido de alcançar o equilíbrio da produção e acabar com os excedentes, a regularização do sector nunca foi conseguida.

O intervencionismo do organismo jogou a favor do aumento das produções médias, levando-o a comprar cada vez mais, traduzindo-se no aumento efectivo da

¹¹⁵ À Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência; ao Fundo de Abastecimento; e aos bancos, *in* Virgílio A. Dantas, *Ob. Cit.* p. 1226.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 1224.

¹¹⁷ Decreto-Lei nº 46 861 de 7 d Fevereiro de 1966, *Ibidem*, pp1249-1254.

capacidade de armazenagem da FVCSP/JNV, sem contar com a capacidade de armazenagem das adegas, passando de 128 milhares de hectolitros, contidos em cinco armazéns, em 1935, para 3.480 milhares de hectolitros, distribuídos por trinta e quatro armazéns, em 1983, conforme se pode observar no quadro seguinte.¹¹⁸

Quadro n.º 6:

Evolução da capacidade de armazenagem da JNV

	N.º de Armazéns	Capacidade (1000 hl)
1935	5	128
1945	8	218
1955	17	503
1865	37	1.800
1975	35	2.560
1983	34	3.480

Fonte: *Relatório e Contas, 1980-1983, JNV, p. 99.*

A garantia da intervenção no mercado, levou também ao falhanço da ideia inicial de promover a qualidade dos vinhos pelas razões já referidas e, também, pelo facto deste objectivo passar pela regulamentação e condicionamento da vinha, cuja competência pertencia a outros “serviços alheios aos problemas da economia do vinho,” reconhecido no despacho citado de Novembro.

A necessidade de controlar o plantio da vinha surgia sempre que havia uma situação de crise, abrandando logo que as condições se alteravam. Os diplomas sobre as restrições eram publicados em anos de colheitas excessivas e suspensos logo que surgiam anos de colheitas mais fracas, surtindo pouco ou nenhum efeito prático. Este período não foi excepção, indiciando a falta de um plano estável e coerente para o sector de forma a evitar uma gestão cheia de contradições.

¹¹⁸ CF.JNV, *Relatório e Contas do Exercício de 1983, p. 98.*

Assim, e mais uma vez, ao contrário do esperado, deu-se o alargamento do plantio da vinha, conforme se verifica no quadro seguinte:

Quadro n.º 7: Plantio da vinha em Portugal continental (estimativa)

Ano	Área de vinha (x 1.000 ha)	Fontes
1874	204	E.A.Lima Bastos, <i>Inquérito Económico</i> , Vol. IV, UTL, 1936, p.229
1902	313	S. Miranda, <i>Portugal: o Círculo Vicioso da Dependência (1890-1939)</i> Lisboa, Teorema, 1991, p.75
1920	335	F.Rosas, “O Estado Novo” in <i>História de Portugal</i> , José Mattoso, (dir.), Vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa, p.35
1929	334,5	<i>Ibidem</i>
1939	340	<i>Ibidem</i>
1963	360	F. Oliveira Baptista, <i>A Política Agrária do Estado Novo</i> , Lisboa, Afrontamento, 1993, p.226
1986	390	<i>Programa de Reestruturação da Vinha</i> , IVV, 1986,p 6

O último diploma sobre o condicionamento da vinha no Estado Novo data de 1965 (Decreto-lei n.º 46 256 de 19 de Março), no qual se estabeleceram normas provisórias a observar no plantio da vinha enquanto não fosse publicado um regime de condicionamento devidamente actualizado. Este diploma vigorou até 1979, altura em que foi publicado o Decreto-Lei n.º 513-D/79 de 24 de Dezembro.¹¹⁹

1.2– Financiamento à produção

Uma das causas do “aviltamento dos preços” resultava do fraco poder económico da maioria dos produtores vitivinícolas que não lhes permitia conservar o vinho, aguardando a melhor oportunidade de venda. A sua situação financeira forçava-os a transaccionar o produto o mais rápido possível, a fim de realizarem o capital necessário para acudiram às despesas decorrentes da sua exploração agrícola.

¹¹⁹ Este diploma estabelece um novo regime de plantação de vinha, privilegiando os vinhos de qualidade em detrimento dos vinhos de mesa, através da reconstituição e/ou transferência de vinhas para as regiões demarcadas ou a demarcar. Cf. Fátima Pintado. *Legislação da Vinha e do Vinho*, Lisboa, Europa Editora, 1989, p. 63.

Considerando estas circunstâncias, primeiro a FVCSP e depois a JNV implementaram o financiamento à produção, que consistia em operações de crédito sobre a produção individual com base no “manifesto de produção” do ano anterior. Este financiamento podia ser aplicado, por antecipação, para a vindima ou para a vinificação, ou mais tarde, sobre o vinho feito, ficando este como penhor do empréstimo.

Podia, igualmente aplicar-se na compra directa de aguardente¹²⁰ com a *warrantagem* de produtos, através da emissão de *warrants* ou de garantia pignoratícia (emissão de títulos de crédito), embora este tipo de operação fosse mais utilizado sobre a aguardente ou sobre o vinho para produção de aguardente em poder do vinicultor, cuja destilação devia ser previamente comunicada à JNV e rigorosamente controlada por esta.¹²¹

Destas operações de financiamento resultava, na sua grande maioria, a entrega do produto ao organismo financiador, considerando que o viticultor raramente tinha capital suficiente para resgatar a dívida. Na prática, o financiamento acabava por se transformar numa operação de compra de vinhos que, segundo a opinião da JNV, beneficiava o produtor por entender (a JNV) que lhe era pago o “preço justo” e nem sempre entendido como tal.

O cálculo do preço mínimo destinado à regulação de mercado, de modo a evitar as especulações dos intermediários (comerciantes), baseava-se na avaliação sobre a capacidade de consumo e o valor recebido pela vinicultura em campanhas anteriores. Achava-se então um preço que, em relação ao montante da nova colheita, garantisse à produção um rendimento semelhante ao do ano anterior. Logicamente, as condições variavam conforme a previsão de colheita anual, pelo que todos os anos era anunciado

¹²⁰ Relativamente à compra de aguardente “a lei obriga a Junta a comprar toda a aguardente que lhe seja oferecida. Por outro lado, esta é obrigada a fornecer a aguardente necessária ao Douro” in JNV, *Actas do Conselho Geral, Livro nº 1*, Acta nº. 6 de 23 de Novembro de 1937, p.32.

¹²¹ Cf. JNV, *Relatório e Contas do Exercício 1937*, p.34.

pela JNV as condições das intervenções, através de comunicado ou circular, ao nível de toda área de intervenção através dos serviços regionais e dos respectivos grémios.

Podemos interrogar-nos se estas medidas beneficiavam todos os vinicultores? Julgamos que não. Embora as condições propostas para a intervenção no mercado privilegiassem os pequenos produtores, cuja percentagem de entrega era superior aos produtores de média e grande produção, poucos podiam esperar pelo pagamento (sempre atrasado) do organismo, dado que estes produtores eram os mais carenciados monetariamente e acabavam por vender aos intermediários que pagavam mais rapidamente, mas a preços mais baixos.

Para além disso, era considerado também um determinado volume de vinho previsto para o consumo da região ou do produtor.¹²² Caso a produção de vinho não ultrapassasse os valores previstos, não seria considerada para efeitos de compra. Assim podemos concluir que os grandes beneficiários das medidas de intervenção acabavam por ser os vinicultores mais abastados.

Por outro lado, o processo era complexo sendo insuficiente a penhora do produto. Implicava a celebração de contrato particular e a fiança idónea para empréstimos a partir de um determinado montante, bem como a constituição dos mutuários de responsabilidade civil e criminal na condição de fiéis depositários do objecto de penhor. Existia ainda, a possibilidade de cobrança coerciva através de execuções fiscais, o que afastava muitos dos vitivinicultores devido à falta de formação ou de esclarecimentos e/ou de meios económicos, fazendo-os desconfiar de todo este processo.¹²³

¹²² Não se podia entregar a totalidade da produção manifestada. Tinha que se deixar uma percentagem da mesma para consumo próprio. A lógica desta política era incentivar e não acabar com o consumo do vinho.

¹²³ Nos serviços de Fiscalização são referidas várias acções às guias de trânsito das vendas clandestinas efectuadas pela “calada” da noite.

1.3- Compra de vinhos e destilação

As intervenções por compra de vinhos estavam muito ligadas às operações de financiamento aos vinicultores, pois o organismo muitas vezes promovia, como já foi referido, a aquisição do vinho financiado. Independentemente deste aspecto, realizava também a compra directa, quer de mostos, na ocasião da vindima, quer de vinhos.

A regulação do mercado não se prendia apenas com os problemas resultantes da carência da capacidade financeira do vinicultor mas, também, da falta de capacidade de armazenagem em anos de grande produção e de conservação. Em contrapartida das operações de compra, a JNV promovia (teoricamente) o escoamento dos produtos, quer como foram recebidos, depois de devidamente conservados e preparados, quer depois de transformados.

No primeiro caso situa-se a venda de vinhos como apoio à exportação. No segundo caso estão a destilação de vinhos para o fornecimento à Região do Douro, para tratamento e benefício do vinho do Porto, ou para outros fins, tais como o envelhecimento e fabrico de brandes, a concentração do vinho pelo frio e, a partir do mosto, a obtenção de mostos concentrados.¹²⁴

A destilação era uma componente extremamente importante para o escoamento dos produtos. Para além da produção vinícola exceder o consumo provável, muitas das “massas vínicas [adquiridas] de antecedentes desconhecidos e, provavelmente, obtidas nas mais irregulares condições de higiene”¹²⁵ tinham pouca qualidade ou conservavam-se mal. Para isso contribuía o facto do preço para a compra de vinhos ser fixado através do grau-litro, tomando-se como base a graduação alcoólica mínima fixada para o vinho de consumo, sem atender a outras características organolépticas do produto.

¹²⁴ JNV, *Relatório e Contas do Exercício de 1950-1951 1952*, pp. 104-11

¹²⁵ *Ibidem*, de 1940, p.20.

2 – Política de qualidade

2.1 – Cadastro de Vinhos

O conhecimento sobre os vinhos era fundamental para se obter o melhor aproveitamento das massas vínicas portuguesas e para a fixação das características dos vinhos nacionais.

Para atingir esse objectivo, a FVCSP elaborou o projecto de um estudo que permitisse avaliar as características químicas e organolpéticas dos vinhos produzidos na área de influência do organismo, cuja base era o estudo comparativo dos vinhos brancos e tintos. Devido a curta existência da FVCSP, a execução prática foi levada a cabo pela JNV e para a sua área de jurisdição. Para o efeito, foram criadas 8 zonas distribuídas pelos distritos de Aveiro e Coimbra, Leiria, Santarém e Lisboa.

Este plano foi executado em duas fases, tendo-se iniciado pelos trabalhos de campo que consistiam na recolha de amostras de vinhos acompanhadas de um questionário com informações detalhadas sobre a origem do produto e outros elementos identificativos, designadamente a origem e o proprietário. Para além da identificação do produtor, o concelho, a freguesia e o tipo de vinho (branco ou tinto), era, também, considerada a localização da vinha e idade, as castas utilizadas, o sistema de condução, o processo de fabrico e de fermentação e a forma de envasilhamento.

A segunda fase decorria no armazém de recolha, processando-se através de diversas análises, do produto em si, depois por região, sobre a evolução de acidez volátil e outras determinações analíticas, na tentativa da definição de tipos de vinho. A par destes estudos, procedeu-se também à ao estudo geológico e agrológico, elementos que concorriam para o equilíbrio químico e organoléptico de cada vinho, considerado em termos individuais e comparativos entre as várias regiões.

Este foi um estudo de grande vulto e constituiu o primeiro trabalho no âmbito do conhecimento da qualidade da produção vinícola nacional de enorme importância para a própria vitivinicultura nacional. Publicados os resultados em 1942, sob o nome de *Contribuição para o Cadastro dos Vinhos Portugueses, na área de influência da JNV*,¹²⁶ não foi possível dar continuidade ao trabalho nos mesmos moldes. A mobilização de pessoal e de custos não se mostrou compatível com a necessidade de desenvolver outras competências da JNV como as “quase ininterruptas intervenções a (...) que se viu forçada no cumprimento da sua missão coordenadora”¹²⁷ nos anos subsequentes.

No entanto, a assistência técnica levada a cabo e a implementação de novos métodos de fabrico contribuíram para a correcção das características dos vinhos e, consequentemente, para a melhoria da qualidade, testemunhado em concursos realizados,¹²⁸ cujos vinhos eram sujeitos a rigoroso controlo. Por sua vez, a diversidade de estudos enológicos publicados, efectuados ao nível laboratorial, são o testemunho do empenho em dar continuidade a esta actividade, principalmente nas décadas de 40-60.

2.1 – Fomento de adegas cooperativas

A política de qualidade e o aumento da capacidade de armazenagem desenvolvida pela JNV estão intimamente ligadas ao fomento das adegas cooperativas do sector vinícola. Estas representavam a melhoria de condições na produção da pequena viticultura, através de maquinaria e utensilagem adequada, permitindo a uniformização nos métodos do fabrico de vinho e seus derivados, para além de permitir, em termos muito mais económicos, a armazenagem dos excedentes.

¹²⁶ Fazem parte do património bibliográfico da JNV

¹²⁷ A. R. Nunes Salvador, F.F. Franco Frazão, “Ensaio prévio para o estabelecimento do das características dos vinhos portugueses” in JNV, *Anais da JNV*, Vol. I, Lisboa, 1949, p.123.

¹²⁸ O Concurso anual “O Melhor Vinho na Produção” implementado em 1937 e o Concurso Nacional de Vinhos Engarrafados de Marca, iniciado em 1951 e realizado de cinco em cinco anos.

Neste sentido, os próprios diplomas fundadores da FVCSP e da JNV definiam, como parte integrante das suas atribuições, a “promoção e criação de adegas cooperativas, nos termos da legislação em vigor”.

Esta preocupação de legislar sobre a cooperação vitivinícola não é novidade, considerando que desde 1892, por ocasião da crise económica, se procurou “desenvolver o espírito de associação entre os pequenos viticultores, mediante o estabelecimento do que então se chamavam adegas sociais.”¹²⁹ Seguiram-se outros diplomas, tais como o Decreto-Lei de 14 de Junho de 1901 e a Lei nº 215 de 30 de Junho de 1914 que, reorganizando o crédito agrícola, teve também em vista facilitar a criação de cooperativas de agricultores.

Contudo, o movimento cooperativo dos vinicultores nunca teve grande desenvolvimento até ao impulso decisivo da JNV que planeou e concretizou uma extensa rede de adegas cooperativas.¹³⁰ Este processo não foi fácil nem rápido. Primeiro, porque a vinicultura de “estrutura individualista”¹³¹ resistia à associação e, segundo, por razões de ordem financeira e técnica, pois o processo de planificação, execução e apetrechamento de adegas é complexo e muito dispendioso.¹³²

Assim, em 1938 nas reuniões do Conselho Geral da JNV¹³³ discutia-se o estudo que devia ser efectuado sobre as adegas cooperativas ensaiando-se as primeiras tentativas para a criação dos estatutos e regulamento que as deviam reger. Nestas discussões estavam já, mais ou menos, previstas as formas de fomento, colaboração e financiamento a prestar pela JNV.

¹²⁹ JNV, *Anais da JNV*, Vol. IV, 1952, p. VIII.

¹³⁰ De facto a sua intervenção nesta matéria foi notável. Planeou, apoiou e apetrechou a maioria das adegas cooperativas existentes no sector vitivinícola.

¹³¹ *Ibidem*, p. XI.

¹³² No entanto, desde o final dos anos quarenta e até meados da década de cinquenta assiste-se à elaboração, aprovação e arranque de planos de redes e adegas cooperativas para as principais regiões vinícolas: (Douro e Dão em 1949; Vinhos Verdes 1953).

¹³³ JNV, *Actas do Conselho Geral, Livro nº 1*, Acta nº 22 de 3 de Junho de 1938, pp. 127-133.

No entanto, foi apenas em 1952 que a JNV apresentou a planificação geral de uma rede de adegas cooperativas para a área da sua jurisdição,¹³⁴ altura em que estavam já em funcionamento 17 adegas financiadas pelo Fundo Corporativo da Viticultura – FCV, gerido pelo organismo.

A partir de 1953 e para além do FCV, o plano foi financiado pelo Fundo de Fomento de Exportação e pela Junta de Colonização Interna.¹³⁵

Ainda de acordo com o plano apresentado, estava prevista a constituição de um Fundo das Adegas Cooperativas dentro do Fundo Corporativo da Viticultura (que não se concretizou), bem como a construção de mais 124 adegas, perfazendo um total de 141 adegas. Estas seriam distribuídas por 14 zonas com indicação das respectivas áreas de influência, respectivamente:

- I – Trás-os-Montes;
- II – Beira Transmontana;
- III – Lafões,
- IV – Beira Litoral Norte;
- V – Bairrada;
- VI – Baixo Mondego;
- VII – Leiria
- VIII – Baixo Zêzere;
- IX – Beira Baixa;
- X – Oeste;
- XI – Ribatejo;
- XII – Península de Setúbal;
- XIII – Alentejo;
- XIV – Algarve.

Aprovado por despacho do Ministro da Economia de 16 de Abril de 1953, o plano tinha deixado “cair” a XIV zona referente ao Algarve. Posteriormente, este plano foi revisto e actualizado por duas vezes.

¹³⁴ Américo C. Miguel e Rogério V. de Oliveira, “Planificação de uma rede de Adegas Cooperativas” in JNV, *Anais da Junta Nacional do Vinho*; Lisboa, 1952, pp. 95-361.

¹³⁵ Cf. Despacho ministerial de 16 de Abril de 1953, in Virgílio A. Dantas, *Ob. Cit.*, Vol. II, Lisboa, JNV, 1971, pp. 854-863.

A primeira revisão foi realizada em 1967 e, a segunda, em 1974. Estas actualizações ficaram a dever-se ao facto de alguns dos parâmetros que tinham determinado o número e a capacidade das adegas anteriormente previstas terem sido ultrapassados. Assim, das 141 adegas inicialmente previstas, e de acordo com a segunda revisão de 1974, passou a preconizar-se apenas 67, cobrindo toda a área de influência da JNV.

Em 1979 estavam já constituídas e em laboração as 62 adegas da listagem que a seguir se apresenta, correspondendo a 85% do número previsto na última actualização, com uma capacidade de armazenagem de 408.575 pipas de 500 litros/cada.¹³⁶

Quadro nº 8 – Adegas Cooperativas em 1979. Área da Junta Nacional do Vinho

- | | |
|--------------------------------------|-------------------------------|
| 1. Terra Fria (Bragança) | 32. S. Mamede da Ventosa |
| 2. Chaves | 33. Torres Vedras |
| 3. Riberia de Oura | 34. Carvoeira |
| 4. Valpaços | 35. Olhalvo |
| 5. Macedo de Cavaleiros | 36. Labrugeira |
| 6. Robadouro (Sendim) | 37. Dois Portos |
| 7. S. Romão (Armamar) | 38. Merceana |
| 8. Vale do Varosa (Tarouca) | 39. Azueira |
| 9. Távora (Moimenta da Beira) | 40. Sobral de Monte Agraço |
| 10. Rabaçal | 41. Arruda dos Vinhos |
| 11. Figueira de Castelo Rodrigo | 42. Chamusca |
| 12. Lafões (S. Pedro do Sul) | 43. Alcanhões |
| 13. Pinhel | 44. Alpiarça |
| 14. Beira Serra (V.Franca das Naves) | 45. Gouxá |
| 15. Martim Rei | 46. Almeirim |
| 16. Covilhã | 47. Cartaxo |
| 17. Fundão | 48. Benfica do Ribatejo |
| 18. Águeda | 49. Vale do Sorraia (Coruche) |
| 19. Mogoforos | 50. Stº. Isidro (Pegões) |
| 20. Mealhada | 51. Montijo |
| 21. Vilarinho do Bairro | 52. Palmela |
| 22. Cantanhede | 53. Portalegre |
| 23. Souselas | 54. Borba |
| 24. Cortes | 55. Redondo |
| 25. Batalha | 56. Reguengos de Monsaraz |
| 26. Tomar | 57. Granja |
| 27. Alcobaça | 58. Vidigueira |
| 28. Bombarral | 59. Lagoa |
| 29. Vermelha | 60. Portimão |
| 30. Cadaval | 61. Lagoa |
| 31. Lourinhã | 62. Tavira |

Fonte: *Relatório e Contas dos Exercícios de 1973 a 1979*, JNV, p.66.

¹³⁶ Cf. JNV, *Relatório e Contas dos Exercícios de 1973 a 1979*, pp.65-66.

Embora destinadas a melhorar a qualidade do vinho produzido e a proteger a pequena produção, o movimento cooperativo recebeu o impulso definitivo com as dificuldades de armazenamento sentidas pela JNV.

Relativamente à qualidade, confirmou-se uma certa melhoria nos vinhos laborados nas cooperativas permitindo assim um processo mais homogêneo nos lotes vinícolas e colocar à disposição do mercado um produto mais uniforme favorecendo a sua comercialização.

No entanto, pelo modelo de vinificação seguido (junção de todas as uvas que recebiam), o resultado final tendia para vinhos incharacterísticos e de fraca qualidade, acabando por ser escoado no mercado interno e nas colónias.

Para além disso, este sistema de misturar as boas com as más uvas levou ao desleixo de grande parte dos viticultores que não viam grandes vantagens em alterar a sua produção, pois o pagamento era feito com base no peso e grau das uvas e daí escolherem, sem outro critério, as castas mais produtivas.

Contudo, ao contrário do previsto, não foram os pequenos e médios vinicultores (até 50 hectolitros) que mais integraram as cooperativas, mas os produtores de média e mesmo os de alta dimensão que se situavam acima dos 50 hectolitros, com especial destaque para os vinicultores cujas produções se situavam entre os 100 e os 500 hectolitros.

À semelhança do que aconteceu com os beneficiários das medidas de financiamento, também aqui o falhanço se pode atribuir à premência de questões financeiras e sociais dos pequenos vinicultores e, também, às questões ligadas ao auto-consumo já referidas, aquando das condições de entrega do vinho nas operações de intervenção.

A motivação associativa, ou a falta dela, do pequeno viticultor, estava “dependente das suas possibilidades económicas e deriva também, (...) da dependência em que a sua situação de meeiro, terceiro ou parceiro, o coloca, (...) e que, em grande parte dos casos, o produto do seu labor já está comprometido em adiantamentos feitos por quem, ao longo do ano, lhe fornece as comedorias a crédito, (...) pelo que o pequeno viticultor não consegue realizar a quota que lhe permitiria a associação numa adega cooperativa.¹³⁷

Da análise efectuada sobre este assunto podemos inferir que a intervenção da JNV, ao assumir o papel de agente impulsionador cujo poder foi delegado pelo Estado no próprio diploma que a criou, foi decisiva para a criação da maioria das adegas cooperativas vinícolas existentes no país, incluindo algumas das regiões demarcadas, no que se refere aos estudos, planificação, financiamento,¹³⁸ na forma de créditos e de subsídios. Esta é uma realidade que se encontra devidamente documentada em actas de reuniões dos diversos órgãos da JNV, designadamente do Conselho Geral, do Conselho Técnico, da Comissão de Obras e Apetrechamento, da Comissão de Instalação e Apetrechamento das Adegas Cooperativas.

Neste contexto, e sendo este um processo que faz parte da história da vitivinicultura nacional transforma esta documentação num património que ultrapassa a própria instituição e torna imprescindível a sua preservação, como será justificado no capítulo seguinte.

Em termos de mercado, as cooperativas situavam-se entre o viticultor e o armazenista de vinhos, como elos de homogeneização e concentração do vinho no

¹³⁷ Armando Pinto Morais Ferreira, “Cooperativismo Vitivinícola (Área da JNV) ” in Jornadas Vitivinícolas 1962, II Vol., Anais da JNV, p. 76.

¹³⁸ A fim de dotar a JNV de meios financeiros ao reajustamento económico dos preços e apetrechamento da produção por meio da extensão da rede de adegas cooperativas, foi criada, pelo Decreto-lei 40 037, de 18 de Janeiro de 1955, uma taxa de \$05 sobre o vinho de pasto, e aumentada para \$10, pelo Decreto-Lei n.º 43 550 de 21 de Março de 1961.

circuito de comercialização deste produto.¹³⁹ Ou seja, por um lado, as adegas exerciam a função comercial através da concentração da oferta como prolongamento da própria exploração. Por outro lado, representavam a garantia do escoamento das uvas perante os produtores/viticultores, bem como a garantia da qualidade do produto final, perante os potenciais clientes.

Em 1973, as adegas representavam 33% do vinho laborado na área da JNV,¹⁴⁰ com tendência para subir.¹⁴¹ Em 1983, a capacidade de armazenamento das adegas era de 6.066.250 de hl,¹⁴² enquanto a da JNV era de 3.480.000 de hl.¹⁴³

3.2- Assistência técnica à vinicultura

A assistência técnica da JNV era constituída por um conjunto de “Brigadas Técnicas” dividida por quarenta e três zonas, exercendo a sua actividade, quer junto dos viticultores isolados, quer dos associados em cooperativas pertencentes à área da JNV.

Estas campanhas de assistência técnica tinham como objectivo contribuir para a melhoria dos métodos de fabrico e conservação dos vinhos, uma vez que era normal encontrarem “os seus técnicos deficiências de fabrico, vasilhas estragadas, processos errados de operar”, bem como “adegas havia onde rezes e aves que viviam junto do vinho envasilhado! E com as rezes vivia o estrume.”¹⁴⁴

¹³⁹ Pelos processos utilizados no fabrico e conservação e obrigatoriedade de existências mínimas.

¹⁴⁰ Laura Archer Graça, “Cooperativas Agrícolas” in António Barreto e Maria Filomena Mónica, (Coord.) *Dicionário da História de Portugal*, Vol. VII, Lisboa, Fogueirinhas, 1999, p.418.

¹⁴¹ Actualmente existem 119 adegas cooperativas que, no seu conjunto, representam cerca de metade da produção nacional de vinho, rondando cerca de 3,5 milhões de hectolitros.

¹⁴² Cf. JNV, *Relatório e Contas do Exercício 1980 a 1983*, pp.71-72.

¹⁴³ *Ibidem*, p.97.

¹⁴⁴ “A Obra da Junta Nacional do Vinho” in, Victor Hugo Vasques, (Org.), *Riqueza de Portugal – Os Vinhos Portugueses*, Lisboa, Editorial Império, 1940, p.15.

Assim, por intermédio de técnicos considerados especializados para o efeito,¹⁴⁵ eram visitados vinicultores, adegas, inspeccionando vasilhas, aconselhando tratamentos, efectuando análises, determinando correcções a fazer nos mostos, vigiando fermentações, etc. Os vinhos que não eram passíveis de ser corrigidos eram encaminhados para a destilação.

Com o desenvolvimento das adegas cooperativas este serviço passou a estar mais facilitado e a incidir, sobretudo, nestas unidades de laboração, pois estas representavam a maioria dos vinicultores da região, facto que tornava mais fácil o controlo da qualidade dos produtos, as condições de laboração, de higiene e a sua conservação.

Nos primeiros anos e até ser dotada de carreira específica e de número suficiente de funcionários, a JNV, durante o período das vindimas, “alargava temporariamente os quadros de pessoal destinados a este serviço, depois de sujeito a prévia especialização em curso organizado pelos serviços oficiais na estação Vitivinícola de Anadia”.¹⁴⁶

Em complemento das acções desenvolvidas no terreno, produziam-se folhetos e cartazes profusamente distribuídos, publicavam-se artigos na imprensa e faziam-se palestras, *in loco*, ou através da rádio. Por outro lado, os interessados podiam escrever a pedir conselhos ou a deslocação de um técnico.

Em alturas críticas, como aconteceu no período da Segunda Guerra Mundial, a JNV contribuiu para colmatar as graves deficiências de abastecimento de alguns

¹⁴⁵ A maioria destes funcionários fazia parte da “nova geração” de técnicos formados pelo Instituto Superior de Agronomia, que entre 1921 e 1930 formou 96 Engenheiros Agrónomos. Em 1928, a Direcção Geral do Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura tinha 85 técnicos agrícolas e em 1943, a organização corporativa tinha ao seu serviço 235 técnicos agrícolas. Cf. A. H. de Melo, *Assistência Técnica e o Corporativismo*, Conferência no Congresso de Ciências Agrárias, [Dactilografado] Ministério da Agricultura, 1943, pp. 14-15.

¹⁴⁶ Este serviço era desempenhado por Regentes Agrícolas, tecnicamente habilitados para a função. Cf. JNV, *Relatório e Contas do Exercício de 1941*, p. 72.

produtos anti-criptogâmicos essenciais à viticultura, tais como os fungicidas cúpricos e o sulfato de cobre necessários ao tratamento da vinha. O sulfato de cobre teve de ser importado de Inglaterra pelo Governo português e distribuído por intermédio grêmios da lavoura sob a égide da JNV,¹⁴⁷ o que implicou o estabelecimento de um processo complexo onde esteve envolvida a assistência técnica.¹⁴⁸

A assistência técnica era desempenhada ao nível externo, mas também, ao nível interno e era indissociável do serviço laboratorial das Delegações e Armazéns.¹⁴⁹ Nas intervenções ou em qualquer outra operação que implicasse a recolha de produtos, este serviço, em complemento de outros, tinha que recepcionar, registar e contabilizar os volumes arrecadados, bem como proceder a uma série de operações tecnológicas relativas à sua conservação e/ou transformação.

Nem sempre foi fácil a sua missão devido à resistência dos viticultores perante as novas metodologias, mas com o decorrer do tempo o aconselhamento técnico acabava por ser adoptado e, ao fim de alguns anos, os “bons resultados” mostravam maior estabilidade nas características dos produtos exportados e uma melhor capacidade na conservação do vinho.

A partir dos anos oitenta, para além do apoio dado nas vindimas e na vinificação, o serviço em questão, através dos laboratórios de Lisboa, de Vila Nova de Gaia e dos restantes regionais, respondia pela assistência técnica e disciplina em duas vertentes: na acção geral e na exportação/expedição em colaboração com diversas entidades que intervinham neste mercado, tais como a Direcção Geral de Inspeção Económica (DGIE) e o Instituto da Qualidade Alimentar (IQA).

¹⁴⁷ Portarias n.ºs. 10 042 de 24 de Março de 1942, e 10 247 de 6 de Novembro do mesmo ano. *Ibidem*.

¹⁴⁸ JNV, *Relatório e Contas do Exercício de 1942*, pp.75-92.

¹⁴⁹ Em 1941 existiam 37 laboratórios, 23 dos quais nas Delegações e 14 nos Armazéns. O Laboratório Central sediado em Lisboa fornecia os reagentes e material pelos restantes e emanava as orientações sempre que necessário.

3.3.– A fiscalização

O serviço de Fiscalização, contemplado no diploma fundador da JNV, era desempenhado por funcionários equiparados a “agentes de autoridade.” Estes podiam levantar “autos de notícia”, fazer “apreensões dos objectos” que se relacionassem com a “infracção à lei ou às determinações” da JNV.¹⁵⁰

Em contrapartida, “os vinicultores e mais entidades sujeitos à disciplina da Junta [eram] obrigados a prestar todas as informações e esclarecimentos que lhes fossem pedidos e a facultar a livre entrada, a qualquer hora, dos funcionários no exercício de suas funções e devidamente identificados, nas suas adegas, armazéns, escritórios e estabelecimentos (...)”¹⁵¹ e disponibilizar a colheita de amostras e exibição de toda a documentação que lhes fosse exigida.

Até 1938, a fiscalização esteve dispersa pelas autoridades tradicionais e por vários fiscais corporativos. Os vinhos dos exportadores estavam sob a alçada do Grémio do Comércio e Exportadores de Vinhos (GCEV). Os que circulavam e vendiam em Lisboa e Porto reservaram-se para o Grémio de Armazenistas de Vinhos (GAV) e para a Inspeção-geral das Indústrias e Comércio Agrícolas (IGICA). Nas outras regiões essas funções pertenciam aos fiscais da FVCSP e depois aos da JNV, bem como a agentes da segurança pública, fiscais da IGICA, da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes (CVRVV) e da União Vinícola do Dão (UVD).¹⁵²

Por força do Decreto-lei n.º 29 237, de 8 de Dezembro de 1938, passou a ser da competência da JNV não só a verificação das existências mínimas legais de

¹⁵⁰ Decreto nº 27:977 (artigo 20º) de 19 de Agosto de 1937, publicado no *Ob. Cit.*, I Série, nº 263.

¹⁵¹ *Ibidem.*

¹⁵² Cf. Dulce Freire *Ob. Cit.*, pp. 150-151.

armazenistas de vinhos, como a fiscalização das características dos vinhos comuns e seus derivados e dos vinhos licorosos que até então eram exercidas pelo GAV e pelo GCEV.¹⁵³ A origem desta mudança ficou a dever-se aos “evidentes abusos dos fiscais do grémio (sobretudo do GAV) e às muitas reclamações”¹⁵⁴ apresentadas devido conflito de competências existente (a auto-fiscalização).

O carácter acentuadamente técnico da acção fiscal do organismo constituiu, junto da produção e do comércio, um instrumento que era, ao mesmo tempo, de assistência e de repressão. Esta dualidade de funções tinha por objectivo contribuir para a sanidade dos produtos, moralizar as transacções e garantir a sua genuinidade junto do consumidor. Albano Homem de Melo, defendia em 1940 que “ a política de qualidade (...) tem por base uma fiscalização eficiente”¹⁵⁵ concluindo-se que as mixórdias deviam ser uma prática quase banal.

Neste contexto, a actividade da fiscalização exercia-se, principalmente, sobre quem exercia o comércio, visando reprimir fraudes e impedir a venda ao público de vinhos ou derivados alterados sem as características legais, com defeitos organolépticos ou falsificados. Assim, eram fiscalizados armazenistas, retalhistas, adegas, adegas cooperativas e vinicultores.

À semelhança da assistência técnica, a fiscalização era composta por brigadas motorizadas.¹⁵⁶ Os fiscais, munidos de pistola, de farda e da respectiva braçadeira identificativa, bem como da mota *Harley Davidson* carregada com uma mala devidamente equipada com utensílios enológicos de um mini-laboratório, (das quais resta apenas um exemplar e que faz parte do espólio museológico do Museu Nacional

¹⁵³ GAV. *Relatório e Contas do Exercício de 1939*, p.57.

¹⁵⁴ Dulce Freire, *Ibidem.*, p.151.

¹⁵⁵ Cf. “A Fiscalização da qualidade dos vinhos para exportação” in *Informação Vinícola*, n.º 2 de 15 de Janeiro de 1940, p.2.

¹⁵⁶ Provavelmente ao início muitos dos funcionários eram os mesmos que actuavam em épocas diferentes. Com o tempo estas funções tendem a separar-se embora os trabalhos sejam complementares.

do Vinho, em Alcobaça),¹⁵⁷ permitindo-lhes detectar anomalias ou fraudes, percorriam incessantemente “cidades, aldeias e vilas onde procediam ao registo dos nomes dos taberneiros, armazenistas, ou vinicultores visitados.”¹⁵⁸

No *Informação Vinícola* são publicados relatórios semanais quantificando os quilómetros percorridos, o número de freguesias, de armazéns, de tabernas e de adegas visitadas, de vasilhas inspeccionadas, de litragens fiscalizadas e autuadas, de amostras colhidas e realizadas, etc.

Igualmente, os *Relatórios e Contas da JNV* divulgam pormenorizadamente os resultados anuais, conforme o quadro que, a título de exemplo, se apresenta:

Quadro nº 9: Actividade efectuada pelas Brigadas de Lisboa, Porto e Coimbra, do serviço de Fiscalização da JNV, durante o ano de 1950

Armazenistas		Retalhistas		Lavoura	
Armaz. visitados	942	Tabernas visitadas	27.431	Adegas Visitadas	4.518
Vas. observadas	19.455	Vas. observadas	89.742	Vas. observadas	9.712
“ tratadas	--	“ tratadas	71	“ tratadas	1321
Lit. fiscalizada	85.493.801	Lit. fiscalizada	13.974.829	Lit. fiscalizada	40.109.323
“ desnaturada	38.700	“ desnaturada	11.707	“ despejada	1.748.275
“ despejada	207	“ despejada	1.987	Análises feitas	4.984
“ autuada	103.894	“ autuada	432	Palestras realiz.	5
“ beneficiada	--	“ beneficiada	--	Amostras tiradas	1.917
Amostras tiradas	89	Amostras tiradas	28	Autos levantados	--
Autos levantados	73	Autos levantados	51	Impressos distribu	234
Análises feitas	194	Análises feitas	447		
Impressos distrib..	--	Impressos distrib.	41		
Quilometragem efectuada durante o ano: 348.010					

Fonte: Relatório e Contas da JNV, 1950 a 1952, p.156

Refira-se ainda, um pequeno enxerto da história sobre a mota (justamente a do Museu), *Harley Davidson* de matrícula LI-23-73 no mesmo jornal cujo artigo se intitulava:

“A Brigada nº 1 – história duma máquina a propósito da exposição que celebra os seus 100.000 quilómetros ao serviço da organização corporativa

No dia 4 de Dezembro de 1935 a Fiscalização da extinta Federação do Centro e Sul de Portugal mandava para a estrada a sua

¹⁵⁷ Ver figura nºs 3 e 4 do Anexo referente ao Museu.

¹⁵⁸ *Riqueza de Portugal, Ob. Cit.*, p.15.

Brigada Motorizada, nº 1, ou fosse, dois dos seus agentes montados na motocicleta, de H.P. com side-car, nº 2.373.

No dia 24 de Dezembro de 1939, ou sejam 1.452 dias após a partida, aquela motocicleta perfazia 100.000 quilómetros percorridos em serviço da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal e da Junta Nacional do Vinho.”

O serviço de fiscalização assumiu o rosto e o prestígio da «eficiência da máquina corporativa» como garante da repressão e da qualidade dos produtos nacionais. As suas brigadas, inscritas na Legião Portuguesa, desfilavam em comemorações oficiais,¹⁵⁹ (como se encontra exemplificado nas figuras 12-13 do anexo-propaganda)¹⁶⁰ e até em anúncios publicitários, como por exemplo no periódico *Informação Vinícola*, de 15 de Janeiro de 1940.

Talvez por ser este um dos serviços mais emblemáticos do regime político, é também, um dos que mais testemunhos deixaram, tais como: As referências escritas, a mota referenciada, da qual se pode fazer o respectivo percurso, a mala com produtos enológicos e uma série de fotografias que contextualizam uma época e um pensamento ideológico, pois através da sua análise não podemos deixar de sentir que transmitem a ideia de repressão/ordem, ao mesmo tempo, da magnificência que o regime pretendia impor.

A partir de 1949, com base em vários diplomas legais,¹⁶¹ a acção fiscalizadora da JNV estendeu-se a todo o país no que respeita à produção e manifesto do figo industrial e respectiva distribuição pelas destilarias, bem como à das aguardentes resultantes dessa matéria-prima pelas fábricas de álcool.

¹⁵⁹ “Manifestação do trabalhadores ao Presidente do Conselho, em Março de 1939”, in *Informação Vinícola*, de 15 de Janeiro de 1940

¹⁶⁰ Fotos pertencentes ao Arquivo fotográfico do IVV, cujo espólio foi herdado da JNV., constituindo um património iconográfico que necessita de ser preservado.

¹⁶¹ Portarias nºs 12 704, 12 958, 14 354, 16 655, e 17 150, respectivamente de 4 de Janeiro e de 10 de Outubro de 1949, de 4 de Abril de 1958 e 4 de Maio de 1959, in JNV, *Relatório e Contas do Exercício de 1961*, p.77.

Ainda, ao abrigo de disposições legais adequadas, e de forma a assegurar o normal abastecimento do país em álcool puro e em álcool desnaturado, a JNV acompanhou a distribuição do melação, de origem ultramarina, pelos industriais de álcool.¹⁶² Em 1967, a fiscalização deixou de exercer esta função sobre os produtos destinados ao fabrico do álcool, face à criação da Administração-Geral do Álcool¹⁶³ que assumiu essa competência.

A partir de Julho de 1974 e por força de nova legislação¹⁶⁴ a fiscalização passou a ser exercida pela DGFE – Direcção Geral de Fiscalização Económica. Depois dessa data, os serviços ficaram reduzidos ao controlo do movimento de vendas de vinho e derivado no comércio, verificação de contas correntes e colheita de amostras de produtos víquicos, para a exportação e envio para as regiões autónomas.

A fiscalização sobre agentes económicos continuou a ser exercida pela JNV em moldes diferentes e os seus funcionários passaram a designar-se por “agentes de verificações técnicas.” O controlo analítico foi sendo assumido pelos serviços de laboratórios da JNV.

3. – Informação e propaganda

A propaganda do vinho não é apanágio do Estado Novo nem da Junta Nacional do Vinho, pois ela é muito anterior a ambos, e faz parte integrante de um programa mais vasto, englobando quase todos os países vinícolas da Europa. Em Portugal a

¹⁶² *Ibidem*.

¹⁶³ Decreto-Lei n.º 47 339 de 24 de Novembro de 1966, in Virgílio A. Dantas, *Ob. Cit.*, Vol. III, p.1325.

¹⁶⁴ Decreto-Lei n.º 329-D/74 de 10 de Julho, in *JNV, Relatório e Contas do Exercício de 1973 a 1979*, p.49.

necessidade da propaganda surgiu nos finais do século XIX, no período em que vigorava a liberalização de mercados (1865-1907).

A necessidade de procurar novos mercados e de promover o vinho português, principalmente o vinho do Porto, levaram a que estes produtos passassem a integrar vários certames, tais como: “exposições nacionais, internacionais e universais (...) ou estudos de mercado através dos consulados, etc.”¹⁶⁵ de que são exemplo, entre outras, as exposições universais de 1867 e 1900 realizadas em Paris,¹⁶⁶ bem como outros eventos, mais directamente relacionadas com o vinho, como os congressos vitícolas de 1895 e vitícola de 1900, onde se reuniam peritos e se discutiam problemas e estratégias em defesa do vinho.

Neste contexto, não é para admirar que a propaganda sobre o vinho fizesse parte da lista de soluções para a crise que atravessava o sector vitivinícola e estava implícita na justificação do diploma de criação da JNV, pois competia-lhe a “coordenação de todos os organismos corporativos da produção e comércio de vinhos (...) com vista ao melhor rendimento e defesa da economia nacional do vinho.”¹⁶⁷

Para conseguir obter os resultados propostos, neste caso, o aumento do consumo do vinho e das uvas, a fórmula consistia em fazer a divulgação dos benefícios dos produtos.

Um dos veículos privilegiados para a difusão da propaganda e/ou da ideologia, pois à JNV também incumbia “criar consciência e desenvolver o sentimento de solidariedade entre os vários elementos das actividades que disciplina e orienta”¹⁶⁸ consistia num periódico direccionado especificamente para o sector vitivinícola e distribuído gratuitamente. Primeiro, o *Semanário Vinho, Jornal dos Vinicultores e para*

¹⁶⁵ António Barreto, “O Vinho do Porto e a intervenção do Estado”, in *Análise Social*, nº 100, ICS, Lisboa, 1988, p.378.

¹⁶⁶ Onde se pretendia mostrar ao mundo o que o país tinha de melhor.

¹⁶⁷ Diploma fundador da JNV.

¹⁶⁸ *Ibidem*.

os Viticultores do Sul, editado em 1935 por António Batalha Reis, e depois em 1938, o *Informação Vinícola*,¹⁶⁹ já com edição da JNV, mas mantendo-se o mesmo director.

À semelhança de outros que se começaram a publicar em meados de oitocentos,¹⁷⁰ também estes periódicos divulgavam uma panóplia de informação muito abrangente, desde os artigos técnicos em que se procuravam resolver os problemas da vitivinicultura, aos artigos históricos, políticos e sociais que justificavam e enalteciam a importância do vinho, e onde a propaganda se encontrava implícita na divulgação de várias iniciativas e discursos subjacentes, nos cartazes, nos artigos médicos, etc

A propaganda do sector, que era então promovida por entidades particulares, passou a ser patrocinada pelo Estado assumindo-se como “patrono e divulgador da definição que mais convém à economia e que melhor se coaduna com as políticas proteccionistas que promove.”¹⁷¹

Neste contexto, a organização corporativa levou “a efeito uma intensa propaganda no País e no estrangeiro a favor do consumo, fez renascer o folclore báquico, provocou estudos médicos e enológicos sobre o vinho.”¹⁷² Por um lado, procuravam-se as justificações na antiguidade e na tradição báquica, e por outro nas justificações da actualidade, nos conhecimentos recentemente adquiridos ou a adquirir.

De facto, foi nos primeiros anos da JNV que a propaganda assumiu maior intensidade e várias formas. Desde os cartazes criados em 1938, onde se faz o apelo para o consumo da uva e do vinho, aos artigos médicos em que justificam o seu uso terapêutico, a palestras difundidas quinzenalmente pela Emissora Nacional de Radiodifusão “sobre a organização”, o “valor do produto,”¹⁷³ aos adágios populares, aos

¹⁶⁹ No primeiro ano foi mensal, e depois passou a semanário.

¹⁷⁰ Designadamente *Archivo Real, Jornal Official de Agricultura, Gazeta das Aldeias, Vinha Portuguesa*, de autores ligados ao Ensino Técnico Agrícola instituído em 1852.

¹⁷¹ Dulce Freire, “Propaganda Vitícola do Estado Novo. A bebida nacional” in *História*, nº 10, 1999, p.27.

¹⁷² “Acção da Organização Corporativa” in *Informação Vinícola* de 27 de Abril de 1938.

¹⁷³ JNV, *Relatório e Contas Exercício de 1938*, JNV, p. 63.

concursos mais diversos, à poesia, à culinária, entre muitas outras manifestações em que o vinho é omnipresente.

No incentivo ao consumo, na sociedade portuguesa dos anos trinta e quarenta o vinho é apresentado como sinónimo de civilização do Sul, de riqueza, saúde, virilidade e alegria, em contraponto com a civilização dos “bárbaros” do Norte da Europa, cuja “literatura de viagens dos séculos XVI, XVII e XVIII, já alemães, polacos, russos e ingleses e outros povos gozam da reputação de alcoólicos. Pelo contrário, italianos, franceses e, sobretudo os espanhóis eram apontados como sóbrios.”¹⁷⁴

Neste sentido, explora-se o sentimento de pertença à civilização mediterrânea e afirma-se que a “cultura ocidental, que é a única existente no mundo, nasceu e progrediu com aquele excitante exclusivo [o vinho] empregado por egípcios, gregos, romanos, hebreus (...) o espírito que nos formou. Nenhum destes progenitores conheceu o destilado”¹⁷⁵ causador do alcoolismo.

Subjacente a estes discursos encontrava-se o apelo aos valores nacionais como guia de preferência entre os diversos vinhos produzidos noutros países. Ao preferir-se o vinho, «a mais nacional das bebidas», e as uvas nacionais prestava-se um serviço à «pátria», à «nação» e à «raça», conceitos fundamentais da política vigente. Como adiante se verá, o alcoolismo, independentemente de ser doença ou vício, contribuía para o definhamento da «raça», e o vinho, como bebida fermentada que é, é considerado alimento pelas autoridades oficiais e aconselhado o seu consumo, visto que transmite o “vinismo” e previne o alcoolismo.

Estas iniciativas e discursos não podem ser dissociados de uma acção conjunta entre todos os países vinícolas. Como mais à frente será referido, em Outubro de 1938 realizou-se em Lisboa o V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho, patrocinado pelo *Office International du Vin* (OIV). Ora uma das componentes desse Congresso era

¹⁷⁴ Dulce Freire, *Idem, Ibidem*.

¹⁷⁵ Samuel Maia, *O Vinho. Propriedades e Aplicações*, 1936, p.15.

justamente a propaganda como se poderá deprender do discurso de M Léon Dourache, rapporteur général du Congrès:

“En ma qualité de Directeur de l’OIV, (...) le concours précieux que nous est apporté par les organismes tant gouvernementaux que privés de propagande dans le divers pays, pour mener l’action indispensable afin de répandre la consommation du vin et du raisin dans le monde. C’est une des raisons essentielles de ces Congrès internationaux de la vigne et du vin que de faire le point, de trois en trois ans, sur la situation vitivinicole de l’univers et de marquer par conséquent l’action qui doit être menée en matière de propagande pour servir la cause de la vigne et du vin (...)”¹⁷⁶

Estas directrizes vêm no seguimento da Conférence Internationale du Vin de 1932, realizada em Paris, na qual tinham sido aprovadas, pelas trinta “nações vitícolas” e por unanimidade, onze recomendações. Sem pretender a transcrição de todas, a primeira é bastante elucidativa sobre o plano de acção em curso:

”Qui soit créée, dans tous les pays viticoles, une association national groupant les producteurs, commerçant et consommateurs, ainsi que les représentants du monde médical, des association féminines, de la presse, de l’hôtellerie et du tourisme, en vue d’intensifier la propagande pour le développement de la consommation du vin et des produits de la vigne.”¹⁷⁷

E mais à frente M. Dourache concluía: “Il sera du plus haut intérêt de recueillir à notre Congrès de Lisbonne les résultats des campagnes de propagande menées dans les divers pays”¹⁷⁸

¹⁷⁶ Léon Dourache, «Propagande Sous Toutes Ses Formes – Rapport Général» in *V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho*, Tomo IV, Lisboa, Editorial Império, 1938., p.5.

¹⁷⁷ *Ibidem*, pp.7-8.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 9.

3.1 – Os Cartazes de Propaganda da JNV

Neste contexto, a perspectiva da realização do V Congresso preocupava a JNV que, em Conselho Geral de 20 de Maio de 1938, discutia a forma de intensificar “a propaganda a favor do vinho e combatendo a cerveja.”¹⁷⁹

E, muito provavelmente, em consequência, pois era necessário mostrar obra feita ao «mundo do vinho», em Junho de 1938, a Junta Nacional do Vinho lançou o concurso para a execução de três cartazes no qual se indicam expressamente os objectivos, conforme anúncio publicado na *Informação Vinícola*:¹⁸⁰

“À propaganda do consumo de uva e do vinho, deverão os seus autores escolher motivos sintéticos, expressivos e duma elevação que corresponda ao prestígio do organismo que a edita” (a JNV). Neste contexto, são exigidos aos proponentes dos cartazes para terem em consideração as seguintes frases:

- - “fazer propaganda do consumo da uva, alimento sadio, fonte de saúde, remédio para certas doenças, riqueza nacional.
- - reclamar o vinho como bebida higiénica alimentar, medicinal, fonte de energia e alegria.
- - focar o valor social do vinho: «quem beber vinho contribui para o pão de mais de um milhão de portugueses.”¹⁸¹

Na sequência deste concurso surgiram os conhecidos cartazes (humanizados) que se tornaram na face visível da propaganda do Estado Novo, e onde se materializaram, como a marca de uma época, os símbolos anunciados de «nação», «pátria», «raça», através da riqueza, saúde, virilidade e alegria.

¹⁷⁹ JNV, *Actas do Conselho Geral, Livro nº 1*, Acta nº 19.

¹⁸⁰ *Informação Vinícola*, de 30 de Junho de 1938, p.3.

¹⁸¹ *Ibidem*.

Correspondendo aos requisitos anunciados, o primeiro dos cartazes apresenta a figura de uma pessoa adulta de cara jovial, sinónimo de saúde e alegria, que despeja o vinho de um jarro para um copo, enquanto que uma criança de cara redonda come uvas com um ar deliciado. Tem como legenda «Comam Uvas Bebam Vinho» e «Quem Beber Vinho Contribui para o Pão de Mais de Um Milhão de Portugueses» (Fig. 1 do Anexo - Propaganda).

O segundo representa a figura de um jovem de aspecto viril, saudável, rodeado de uvas, segurando na mão esquerda o escudo nacional, símbolo do Estado Novo, e na mão direita um cacho de uvas com a seguinte legenda «Uvas Fonte de Saúde e de Alegria». (Fig. 2 do mesmo Anexo).

O terceiro, talvez o mais conhecido devido ao slogan e à apresentação mais neutra e simples, com um copo de vinho tinto com três espigas de trigo à frente (pão e vinho), com a legenda «Beber Vinho é dar o Pão a 1 Milhão de Portugueses» (Fig.3 do Anexo - Propaganda).

A imagem era clara e o *slogan* repetido do primeiro, numa nítida associação ao vinho como alimento, ao mesmo tempo que se explorava o sentimento de pertença e da obrigação de participar no bem comum, evidenciando a importância que o sector vitivinícola representava na economia nacional.

Neste sentido basta pensarmos que a vinha era a cultura que mais trabalho dava aos cerca de 50% de assalariados rurais que integravam a população activa do sector primário, e se considerarmos que nesta década (finais dos anos 30) os activos agrícolas representavam metade da população activa, e que no Continente residiam perto de oito

milhões de pessoas, compreendemos que a vinha e o vinho garantiam o sustento a «mais de um milhão de portugueses».

Se considerarmos ainda a imensidade de funcionários que trabalham nos organismos relacionados com a vinha e o vinho, o elevado número de armazenistas, as empresas subsidiárias que se movimentam no negócio (indústrias da cortiça, do vidro, da madeira/vasilhame, dos transportes, de equipamentos de armazéns e escritórios, etc.), e a legião de retalhistas dispersos por todo o país, então ressalta com clareza que o *slogan* é verdadeiro e faz todo o sentido.

Estes cartazes ou dísticos, segundo alguns autores,¹⁸² não são considerados cartazes publicitários, pois não possuem uma intenção comercial ligada a uma empresa determinada. São entendidos como cartazes de propaganda, financiada pelo Estado, com o intuito de venderem uma ideia e um produto nacional e, normalmente, destinavam-se à exposição *indoor*, em repartições públicas, câmaras municipais, grandes cantinas, estações ferroviárias e rodoviárias, colectividades recreativas, entre outros locais.

No caso concreto, estes cartazes foram profusamente divulgados e alcançaram grande popularidade. De tal forma que entraram em “quadros de várias revistas” e “deram origem a algumas referências jocosas no Semanário «Sempre Fixe».¹⁸³ O teatro também lhes dedicou algumas rábulas, como, por exemplo, num número da revista «A Rua da Paz», com a interpretação de Beatriz Costa.”¹⁸⁴

Sobre este assunto e não fazendo parte deste trabalho, mas na expectativa de que alguém o faça, seria interessante fazer o levantamento das referências gráficas e rábulas realizadas em teatros e filmes, e/ou comparar estes cartazes com outras iniciativas

¹⁸² Rui Estrela, *A Publicidade no Estado Novo, Volume I (1932-1959)*, Lisboa, Coleção Comunicando, nº 1, 2004, pp. 57-69.

¹⁸³ JNV, *Relatório e Contas do Exercício de 1938*, p.64.

¹⁸⁴ Cf. *Informação Vinícola* nº 1 de 7 de Janeiro de 1939. Infelizmente não conseguimos obter informação sobre o papel desempenhado nas peças ou filmes da época.

levadas a cabo por outras entidades e regiões, bem como confrontar o impacto obtido no consumo nacional, apesar de termos alguns indícios do aumento do consumo até aos anos 60, mas sem atingir os valores registados em França (cerca de 170 litros per capita/ano).

Actualmente estes testemunhos fazem parte da memória colectiva da vitivinicultura e do património iconográfico existente no Arquivo fotográfico do IVV e no Museu Nacional do Vinho, como será referenciado no capítulo seguinte sobre o património da JNV.

3.2 – Vinho e saúde

Como já se disse, o consumo do vinho era visto como sinónimo de saúde. Para comprovar esta teoria, a imprensa publicava de forma sistemática artigos devidamente apoiados em estudos científicos, realizados de preferência no estrangeiro, provando os efeitos benéficos “da bebida mais nacional” para a saúde humana quer como alimento quer como medicamento.

Esta temática do vinho e saúde ainda hoje é desenvolvida por investigadores nacionais e estrangeiros. Os benefícios para a saúde estão comprovados, tanto a nível nacional como internacional, por vários estudos científicos realizados, principalmente através do consumo de vinho tinto, devido às suas substâncias anti-oxidantes (taninos) contidos em maior quantidade na película das uvas tintas, mas mediante o consumo moderado que não deverá ultrapassar 1-2 copos por refeição.

No entanto, na época não se punham restrições ao consumo aparecendo pontualmente alguma referência ao consumo moderado sem especificar a quantidade, colocando-se a questão do alcoolismo por alguns sectores da sociedade.

Embora o alcoolismo seja tão antigo quanto o vinho, o conceito e a questão da doença ou vício remonte apenas aos finais do século XVIII quando, na sequência da revolução industrial, a Europa se viu confrontada com as consequências das novas sociabilidades urbanas. A vulgarização das bebidas destiladas, no século seguinte, contribuiu para o enraizamento do hábito da bebida. Na segunda metade do século XIX, o médico sueco Magnus Huss chamou-lhe *alcoolismo*.¹⁸⁵

A partir de então, médicos, investigadores, “pedagogos da classe operária”¹⁸⁶ e figuras públicas empenharam-se em averiguar se o alcoolismo era doença ou vício. Devido a este problema, alguns países tomaram medidas: os Estados Unidos da América impuseram a «lei seca» de 1919 a 1933, outros adoptaram medidas no sentido de restringirem o espaço e o tempo para o consumo do álcool e influenciaram a diminuição da graduação alcoólica dos vinhos importados, como aconteceu com o Vinho do Porto para a Grã-Bretanha, através do aumento de tarifas conforme a graduação.¹⁸⁷

Os países tradicionalmente produtores de vinhos tradicionais, como a França “do vinho” que, no início do século XX, declarou guerra contra a “França do absinto”, Portugal, Espanha e Itália reagem e organizam-se de forma a pressionarem os poderes políticos a promulgarem medidas de protecção à produção e comércio dos vinhos.

Criaram-se inúmeras instituições em defesa do vinho. Promoveram-se várias iniciativas, como congressos, seminários e outros eventos onde se procurava associar as bebidas destiladas ao alcoolismo e o vinho à saúde, desde que este fosse bebido de forma racional, pois baseados na opinião de Louis Pasteur tratava-se da “mais saudável e higiénica das bebidas”.¹⁸⁸

¹⁸⁵ Cf. Dulce Freire, “Propaganda Vitícola do Estado Novo. A bebida nacional” in *História*, nº 10, 1999, p.23.

¹⁸⁶ Ligadas ao comércio do vinho a quem interessava evitar que a classe operária, frequentadora das inúmeras tabernas que proliferavam junto às fábricas e portos, enveredasse pelo consumo de destilados. Cf. Dulce Freire, *Ibidem*.

¹⁸⁷ *Ibidem*.

¹⁸⁸ Afirmção atribuída a Louis Pasteur, considerado o “pai” da enologia.

Foi neste contexto que surgiu uma corrente de opinião ligada à investigação médica e apoiada pelos países produtores, incluindo Portugal, defendendo os benefícios do vinho. Estas opiniões são divulgadas, entre outros meios, através da imprensa em geral e na *Informação Vinícola*, em particular.

3.2.1 - Os benefícios do vinho

Segundo vários autores ligados a essa corrente de opinião, o problema do alcoolismo não dependia do consumo do vinho. Segundo eles, esta bebida provoca o “vinismo” que se traduz numa “sensação benéfica e passageira, sem efeitos prejudiciais para o indivíduo ou para a sociedade.”¹⁸⁹

Um artigo da autoria do Professor António Piga, publicado no *Jornal do Médico*, afirma que o “vinismo” constitui mesmo um meio profilático do alcoolismo.¹⁹⁰ Na sua óptica, o uso do vinho impede o alcoolismo, pois «quando se força o homem a deixar o hábito do vinho, é um cliente ganho para o álcool.» Deste modo, separa-se o “vinismo” do alcoolismo e o vinho liberta-se da carga negativa que a designação encerra, ao mesmo tempo que é retirado da discussão em torno da caracterização do alcoolismo.¹⁹¹

Com a tese do “vinismo” resolve-se o problema. O vinho representa uma panóplia de benefícios para a saúde, enquanto que o alcoolismo, unicamente proveniente do consumo de bebidas destiladas, é apresentado como nefasto.

Os argumentos para esta posição são alimentados em duas fontes: na cultura erudita e na popular. Na primeira, buscam-se as virtudes das civilizações antigas e os

¹⁸⁹ Dulce Freire *Ob.Cit*, p. 27.

¹⁹⁰ *Informação Vinícola*, de 3 de Abril de 1944, pp.3-4.

¹⁹¹ Dulce Freire, *Ibidem*.

ensinamentos médicos e socorrendo-se de minuciosas descrições das características das bebidas fermentadas ou destiladas veiculadas por médicos higienistas estrangeiros, e de preferência franceses, conclui-se que os povos do Norte da Europa são decadentes e alcoólicos, porque eles consomem quase exclusivamente bebidas “anti-higiénicas”, ou sejam, as destiladas.¹⁹²

Na segunda fonte, procuram-se justificações nas referências à medicina e gastronomia tradicionais. Nas práticas populares, sustenta-se um rol de exemplos, devidamente autenticados por especialistas, nacionais e estrangeiros, assegurando os benefícios do vinho, como alimento e como medicamento.

Deste modo, o vinho é apresentado por vários autores como «alimento precioso», um «reconstituente energético», e o mais antigo alimento usado pelo homem de civilização mediterrânea.¹⁹³

Neste contexto, com o seu consumo, a “força muscular é aumentada (...) e refaz o homem que tem necessidade de trabalhar utilizando a força produzida pelos músculos. O vinho é um diurético muito conhecido. É um alimento radioactivo (...) rico em vitaminas: daí a sua utilização no tratamento de avitaminoses.”¹⁹⁴

Através de vários artigos médicos são apresentados os resultados obtidos por uma Comissão nomeada pela Sociedade de Médicos de Paris, como por exemplo no intitulado “*Os Médicos e o Vinho*”¹⁹⁵, onde afirmam que o vinho, proveniente “da fermentação de uvas frescas”, é uma “bebida útil para os indivíduos saudáveis e mesmo para as crianças na segunda idade.”¹⁹⁶ Deve ser evitado em certos casos patológicos do

¹⁹² *Ibidem*.

¹⁹³ Samuel Maia, *O Vinho. Propriedades e Aplicações*, Lisboa pp.24-26 e p127.

¹⁹⁴ Augusto d’Esaguy, “*O vinho refaz o homem. Palestra*”, Lisboa, Editorial Império, 1936, p.9.

¹⁹⁵ *Informação Vinícola* de 26 de Janeiro de 1942, p.4.

¹⁹⁶ O GAV efectuou a propaganda através de um cartaz, com uma tabela alimentar e onde salienta as qualidades do vinho, como bebida e como alimento. Ver Fig.4: Anexo – Propaganda.

foro hepático, constituindo ao mesmo tempo, remédio para certas doenças e aconselha, igualmente, que se evitem as falsificações ou alterações dos produtos.

Neste aspecto, Augusto d'Esaguy, autor da palestra difundida pela Emissora Nacional em Junho de 1936, é mais claro ao afirmar que o vinho “tem curado milhares de doentes, amparado os homens nas suas grandes crises: é o inimigo declarado da tuberculose, aumenta a longevidade (...). O vinho actua sobre o estômago, o sangue, o sistema nervoso, o rim e a nutrição do indivíduo”¹⁹⁷

Seguem-se-lhe um rol de doenças, parecendo que quase tudo é possível tratar através do vinho. Neste contexto, o autor informa sobre a sua utilização no “combate da gripe, prisão de ventre, diarreias, colites muco-membranosas, dispepsias, estados de náusea e vômitos, tuberculose, abcessos do pulmão, gangrena pulmonar, pneumonia broncopneumonia”¹⁹⁸ entre outras.

No entanto, e segundo o mesmo autor, tem contra indicação para “a sífilis nos seus últimos períodos; todas as doenças do sistema nervoso; as doenças da pele; as litiasis biliar e renais, os estados hiper hepáticos; os estados gotosos; certas doenças do estômago e dos intestinos; a dispepsia hiper clorídrica; algumas doenças do coração e dos vasos.” Avisa ainda que o “vinho ingerido fora das refeições, em doses maciças e diárias, (...) produz graves lesões do sistema nervoso, altera profundamente os reflexos.”¹⁹⁹

Mas o assunto não é pacífico. O artigo intitulado “Não seria a altura de ouvir os médicos?”²⁰⁰ no qual o autor (anónimo) faz o apelo aos médicos portugueses para se pronunciarem sobre o valor alimentar do vinho, demonstra a falta de unanimidade da classe:

¹⁹⁷ Augusto d'Esaguy, *Ob. Cit.*, pp. 6-7.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p.6.

¹⁹⁹ *Ibidem*, pp.8-10.

²⁰⁰ *Informação Vinícola*, de 15 de Junho de 1942.

“Neste presente carregado de preocupações, perante um mundo que assiste ofegante à transformação de princípios que se julgavam eternos, numa sociedade que presencia, desvairada, o desmoronamento de todo um sistema económico, Portugal mantém-se numa quase normalidade. Enquanto as outras nações foram bruscamente surpreendidas pela desgraça, nós temos tido tempo para nos preparar e para tomar as medidas adequadas às circunstâncias e em relação às hipóteses que um futuro incerto aconselha a formular.

Uma das questões basilares é a da alimentação – se forem perdidas as possibilidades de abastecimentos exteriores, é com os recursos próprios que podemos contar.

Não seria, pois, a altura de ouvir os médicos sobre o valor alimentar do vinho?

(...) Se há produtos cuja função alimentar se conhece perfeitamente, há outros sobre os quais a ignorância é manifesta ou – e este é o caso do vinho – sobre os quais há dúvidas pela divergência de opiniões? Não seria oportuno pôr a questão a claro, pela voz autorizada dos médicos? (...)

Estamos vivendo numa época em que não é já pelo «prazer da mesa» mas por imperiosa necessidade: conhecer o valor dos alimentos em que doses e proporções devem entrar nas rações diárias é imprescindível.”

Em pleno período da segunda guerra mundial, o apelo ao consumo do vinho é justificado neste artigo, por se tratar de um período difícil, cujo contexto internacional inviabilizava a circulação de produtos, e os alimentos escasseavam. O vinho, por ser um “produto susceptível de se conservar (...) existe em abundância e que todos podem ter na sua despensa.” Mas, por outro lado, ao recomendar o conhecimento das “doses e proporções” que devem entrar nas “rações diárias”, existe uma preocupação subjacente das possíveis consequências que o consumo abusivo poderia ocasionar.

De facto, na propaganda levada a cabo pela JNV, e que primou pela intensa recomendação a favor do consumo das uvas e do vinho, subentendendo-se o consumo deste de forma moderada, são poucas as recomendações sobre o problema do alcoolismo ou praticamente inexistentes. Aliás, a causa do alcoolismo foi, como vimos, atribuída às bebidas destiladas, salvaguardando desta forma o vinho como bebida sã.

No entanto, havia opiniões divergentes, tais como o médico Cancela d’Abreu, que alertava para a “intensa propaganda a favor do consumo do vinho” levada a efeito,

“por todos os meios, até em cartazes dos eléctricos, com frases subscritas por médicos” tinham o inconveniente de sugerir abusos. Defendia que “não é com os alcoólicos que se deve contar para resolver as crises vinícolas.”²⁰¹

Igualmente o médico F. da S. Correia salientava o crescimento em todo o país da “mortalidade por alcoolismo e doenças relacionadas com o consumo do álcool. Baseando-se em dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, conclui que este aumento, no quinquénio 1931-1935, foi mais significativo no litoral e nas grandes cidades.”²⁰²

Embora este artigo refira o consumo do início dos anos 30, segundo algumas fontes, verificou-se um aumento substancial no consumo do vinho até à década de 60. Mas seria por causa da propaganda ou por outras razões? As fontes não nos permitem determinar a causa. No entanto, este aumento está muito ligado ao desenvolvimento urbano e ao aumento da classe operária nos centros urbanos industriais, que, em Portugal se restringiu praticamente às cidades do Porto e de Lisboa. Apesar destes e de outros alertas, o Estado Novo, através da JNV, prosseguiu a campanha em defesa do consumo do vinho português.

3.3 – Outras formas de propaganda

3.3.1. – Participação em feiras e congressos

As feiras e os congressos internacionais eram outra forma de fazer propaganda. Estes eventos dão continuidade às iniciativas promocionais que remontam aos finais do século XIX. O Estado Novo aproveitou este tipo de eventos para a auto-promoção e para mostrar ao mundo aspectos da história e das tradições nacionais, bem como os produtos resultantes da actividade agrícola e industrial do país.

²⁰¹ “Perigos e consequências do alcoolismo” Separata do *Boletim da C.P.*, Lisboa, 1936, p.49. Ap Dulce Freire, *Ob. Cit*, p.21.

²⁰² F.da S. Correia “A propósito do II Congresso Médico para o Estudo Científico do Vinho e da Uva. Alguns aspectos do problema do alcoolismo em Portugal” Separata *Imprensa Médica*, nº 19, Lisboa, 1938, pp. 12-19. Ap, *Ibidem*, p. 22.

Neste contexto, realizou-se em Outubro de 1938, o V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho, em simultâneo com II Congresso Internacional Médico para o Estudo Científico da Vinha e do Vinho. Estes acontecimentos tiveram um âmbito político e institucional envolvendo o Ministério da Agricultura e os organismos corporativos. O evento foi amplamente divulgado pela imprensa, principalmente aquela que mais directamente se relacionava com o sector agrícola, nomeadamente o *Correio Agrícola* e o *Semanário Informação Vinícola*.

Estes Congressos, promovidos pelo *OIV- Office International du Vin*, criado em Paris, em 1924, do qual Portugal fazia e ainda faz parte como membro fundador,²⁰³ contou com a colaboração activa da JNV em várias componentes do seu programa. Neste contexto, efectuou uma prova de vinhos provenientes de diversas regiões, tendo para o efeito instalado diversos *stands* na Praça do Marquês de Pombal, distribuindo diversas publicações sobre a JNV. Posteriormente, efectuou a publicação das diversas comunicações apresentadas nas diversas áreas, passando estas a constar do espólio bibliográfico do organismo.

Este tipo de propaganda foi alargado e mantido ao longo da vida da JNV, tanto ao nível nacional como internacional, constituindo assim uma forma de promover e fazer a divulgação do vinho português. Tomemos como exemplo, e de forma aleatória, o exercício do triénio de 1967-1969.

Ao nível do País, a acção de propaganda e publicidade da JNV, durante o período indicado, incidiu sobre:

- Feira Internacional de Lisboa e Feira Nacional de Santarém;
- em diversas feiras -regionais, como a de S. João em Évora, de Santiago; de Setúbal e de S. Martinho da Golegã;

²⁰³ Na legislação portuguesa chamou-se Repartição Internacional do Vinho (Decreto nº 13 614 de 30 de Maio de 1927). A Junta Nacional do Vinho assumiu a Comissão Nacional do OIV que transitou para o Instituto da Vinha e do Vinho.

Participou em várias recepções com a apresentação de vinhos nacionais, nomeadamente:

- recepção integrada do Congresso de Reumatologia (1967);
- recepção de um grupo de jornalistas dinamarqueses;
- grupo de representantes do *Portuguese Table Wine Association* do Reino Unido;
- entidades da Câmara do Comércio Belga;
- delegados da E.F.T.A.;
- jornalistas do Canadá.

Ao nível externo, a acção da JNV, em colaboração com o Instituto do Vinho do Porto, Instituto Português de Conservas de Peixe e o Fundo de Fomento de Exportação esteve representada em feiras e exposições internacionais, tais como:

- Concurso Internacional de Vinhos de Bratislava;
- campanha de propaganda de vinhos de mesa na Dinamarca;
- o vinho da Madeira, em França e no Reino Unido;
- colaboração no *I Congrès de l'Union Internationale des Oenologues*;
- participação na Feira Internacional de Colónia (Anuga);
- na feira de Milão e na feira da Sardenha entre outras.
- Colaborou ainda em várias recepções e provas de vinhos realizadas em diversos países.²⁰⁴

Esta breve descrição mostra que a propaganda da JNV se manteve sempre activa, alargando o âmbito de acção e ganhando diferentes contornos, mas mantendo o mesmo objectivo inicial: promover o consumo e contribuir para o escoamento de um dos mais prestigiados produtos nacionais (o vinho), e abertura de novos mercados.

²⁰⁴ JNV, *Relatório e Contas do Exercício de 1967 a 1969*, pp.131-133.

3.3.2 – Concursos de Vinhos

A par dos cartazes, artigos, palestras, feiras e congressos, havia ainda outras manifestações propagandísticas em que se podem e devem inserir os concursos promovidos pela JNV. Estes constituíam uma forma de agregar viticultores em torno do vinho e do organismo coordenador, os quais, em contrapartida, tinham oportunidade de mostrar a evolução e qualidade dos seus produtos.

Os vinhos concorrentes eram submetidos à análise laboratorial e, depois de aprovadas as suas características, eram submetidos a prova organoléptica/sensorial, constituída por uma “prova-cega.” Os vinhos premiados adquiriam no mercado um valor acrescentado e, os produtores, homenageados em cerimónia pública noticiada pela imprensa geral e especializada, obtinham notoriedade e prestígio.

Por exemplo, o Concurso anual “O Melhor Vinho na Produção”, implementado em 1937, ou o “Concurso Nacional de Vinhos Engarrafados”, iniciado em 1951 e realizado de cinco em cinco anos, alcançaram grande prestígio e vigoraram até 1996, sobrevivendo à extinção da Junta Nacional do Vinho, em 1986.

A extinção dos concursos ficou a dever-se à falta de recursos técnicos e humanos do organismo, mas, por parte dos vitivinicultores houve grande pesar. O concurso “O Melhor Vinho na Produção” atestava a qualidade do produto e, ao mesmo tempo, dava também uma perspectiva geral da qualidade do vinho ao nível nacional. Baseado nos seus resultados, sabia-se quais os anos de boas ou más colheitas. Com a sua extinção perdeu-se esta visão de conjunto sobre a produção nacional.

A finalidade destes concursos não era tanto a propaganda, embora este lhes estivesse subjacente, mas premiar a qualidade. Neste sentido os concursos foram um contributo valioso.

Para além destes, a JNV promoveu vários outros concursos e prémios científicos que sem terem a propaganda como finalidade, tinham o vinho como objecto principal.

Uns tinham como objectivo estimular a qualidade e higiene do produto, tais como “A Adega Higiénica.” Outros como os “Prémios Científicos da JNV”²⁰⁵ e o “Prémio Ferreira Lapa”, especialmente direccionado para o ISA, estimulavam o estudo e a produção de bibliografia vitivinícola, para premiar o “Relatório Final que, tratando de assuntos vitivinícolas obtenha (...) a melhor classificação.”²⁰⁶

Os vencedores eram premiados com um valor pecuniário e a atribuição de um diploma. Mas para além dos prémios atribuídos estava subjacente o prestígio da entidade que conferia os prémios ou diplomas, coisa que, na época, não seria de menosprezar.

Paralelamente a estas iniciativas mais formais havia ainda outros concursos que tinham como alvo a vasta população do mundo rural, tornando a actuação da propaganda muito mais abrangente, pois motiva o homem ou mulher que se mantinham confinados à sua aldeia ou região.

Neste sentido, a *Informação Vinícola* lançou em 1942, o concurso “Onde vive o homem mais velho que sempre bebeu vinho?”

²⁰⁵ *Ibidem* de 28 de Fevereiro de 1938, p. 2.

²⁰⁶ *Relatório e Contas do Exercício de 1938*, JNV, p.64.

Assim, e embora fuja ao método institucional, pois trata-se de uma iniciativa do semanário e não de uma directriz da JNV, serviu para mostrar aos leitores mais cépticos que afinal o consumo do vinho faz parte dos hábitos culturais da sociedade portuguesa e pode contribuir, entre outras razões, para a longevidade de homens e mulheres, conforme o apuramento desta iniciativa.

Assim, através de um inquérito levado a cabo no biénio de 1942-1943, foram sendo apresentados ao longo das edições do referido semanário, testemunhos com a indicação do nome, idade, profissão, localidade, e estado de saúde e desde quando consumia vinho, acompanhado de uma fotografia, servindo para ilustrar os respectivos artigos.²⁰⁷

No apuramento final desse inquérito “foram registados 169 casos, de homens e mulheres com mais de 70 anos, que se encontram de perfeita saúde e que beberam e bebem vinho.”²⁰⁸

Através desses testemunhos há uma clara intenção: mostrar que o consumo do vinho faz bem e é parte integrante da tradição popular, justificando-se, de alguma forma, as afirmações provenientes de certos meios científicos.

O consumo, que hoje se pode considerar contraproducente e mesmo prejudicial à saúde (um ou dois litros por dia descritos nos artigos respectivos) aparece nestes testemunhos aliado à longevidade, à saúde, e, principalmente, à boa visão. Verifica-se igualmente, que os consumidores eram dos géneros, masculino e feminino, embora as mulheres sejam, geralmente, mais moderadas no seu consumo.

²⁰⁷ Infelizmente não constam do arquivo fotográfico do organismo.

²⁰⁸ *Informação Vinícola*, de 8 de Março de 1943.

Todos estes discursos e atitudes, amplamente divulgados pelos meios de que se dispunha, integravam-se no objectivo comum de todos os países produtores de declararem guerra à guerra contra o vinho, como aconteceu em França em 1907.

Em Portugal, a JNV assumiu esse papel para o vinho comum. Ajudar na divulgação do produto, criar hábitos de consumo, supostamente saudáveis e dentro das regras recomendadas pela medicina defensora do vinho, constituía um dos objectivos da JNV, para o escoamento do produto e, conseqüentemente, contribuía para o benefício do sector e da economia nacional.

O tipo de propaganda iniciada pela JNV, nomeadamente a participação em feiras, concursos e provas de vinho ainda hoje se utilizam como forma de divulgação e promoção do vinho, embora a cargo de outras entidades.

4 – Aquisição de infra-estruturas regionais

4.1 – Construção de armazéns e depósitos

Constituindo as funções da JNV uma fonte incontornável para a história da vitivinicultura nacional, também os imóveis fazem parte do mesmo processo como testemunho de uma época e do sector em questão.

Assim, pelo que já foi explicado, a JNV para o desempenho cabal das suas funções, tinha necessidade de se dotar de infra-estruturas que lhe permitissem cumprir a missão de que estava incumbida, uma vez que a “concentração de reservas” em grandes unidades estava na génese da sua criação.

Ao início, e enquanto a organização corporativa dava os primeiros passos e se viu confrontada com os anos de produções abundantes de 1933/34, e com a necessidade de proceder à imobilização dos consideráveis «stocks» de vinho que inundaram o país, levaram a FVCSP a recorrer às “requisições violentas,”²⁰⁹ e ao aluguer e cedências de pequenas adegas, armazéns e caldeiras de destilação. Passado esse período desordenado, este processo tornou-se impraticável, face aos volumes adquiridos nas operações de intervenção e aos custos de armazenamento.

Deste modo, a JNV prosseguiu as acções iniciadas pela extinta FVCSP no apetrechamento de capacidade de armazenagem e implementou, ao longo da sua vida, uma rede de instalações devidamente equipadas, tais como “laboratórios enológicos, adegas, depósitos e caves,”²¹⁰ razão pela qual adquiriu um vastíssimo património vitivinícola de Norte a Sul do País, inserido nas principais regiões produtoras e que será tratado no capítulo seguinte.

Assim, esta acção desenvolveu-se em três fases distintas: implantação, expansão e concentração, como a seguir se explica.

4.1.1 - Fase de implantação:

Esta primeira fase decorreu entre 1935-50, período em que foram adquiridas algumas instalações particulares localizadas nos principais centros de produção. Tratavam-se de antigas adegas que sofreram obras de beneficiação nas respectivas instalações a fim dos espaços serem adaptados a novas funções.

²⁰⁹ JNV, *Relatório e Contas do Exercício de 1940*, pp.17-18.

²¹⁰ Américo C. Miguel e Rogério V. de Oliveira, “Solução Cooperativista do Problema da Armazenagem de Vinhos” in JNV, *Anais*, Vol. IV, p.44

Contemplavam dependências destinadas aos serviços administrativos e laboratórios, meios indispensáveis para o apoio às medidas de intervenção e assistência técnica em prol da melhoria da qualidade. Deste modo, estavam lançados os primeiros núcleos de actuação da JNV que, mais tarde, com outros núcleos, se transformaram em delegações, numa acção descentralizadora dos serviços centrais.

4.1.2– Fase da expansão

Na fase que mediou entre 1950-70, com a existência de uma “planificação da rede de adegas cooperativas” na sua área de jurisdição, a JNV adquiriu vários terrenos com uma área superior em relação àquela que necessitava, nos locais onde se previa a construção de adegas.

Estas aquisições tinham por objectivo a cedência da área excedente à futura adega, a qual poderia vir a beneficiar de um apoio técnico dos serviços da JNV, admitindo-se mesmo que no futuro pudessem vir a integrar o armazém nessa unidade.

Esta medida contribuiu para o aliciamento do associativismo e um desenvolvimento mais rápido das adegas cooperativas.²¹¹ Esta iniciativa, conjugada com a planificação da rede de adegas cooperativas atrás referida, e com o financiamento proporcionado pelo organismo, constituíram factores decisivos para o desenvolvimento do sector cooperativo, como adiante se explica.

²¹¹ Apesar de toda a propaganda em prol do associativismo, a verdade é que custou a implantar esta política, quer fosse pela falta de conhecimento ou poder económico ou ainda por resistência face ao individualismo de cada um. Aliás, esta mesma opinião é confirmada pelo Conde de Penha Garcia, Presidente da JNV em “Cooperação Vitivinícola” in JNV, *Anais*, Vol. III, 1951, p. 8, em que afirma: “Os principais obstáculos são o individualismo natural do viticultor, a desconfiança e até hostilidade do comércio e a indiferença dos Governos.”

Esta fase foi também das mais complicadas devido a anos consecutivos de grandes colheitas, o que obrigou o organismo a enveredar por soluções de armazenagem que requeriam grande rapidez de construção: os depósitos de betão armado tipo “*airform*”.

4.1.3- Fase da concentração

A partir da década de 70, já com a implantação de armazéns nas principais áreas de produção da sua jurisdição, a capacidade de armazenagem continuava deficitária pelo que a Junta se viu obrigada a rever os critérios de construção e de expansão. Como não podia continuar a expandir-se geograficamente, a JNV “adoptou o critério de ampliar, substancialmente os principais armazéns já existentes (...) com a vantagem económica traduzida, não só no aproveitamento e modernização das estruturas (...) existentes”, com “ meios de pesagem, de destilação, laboratórios, redes eléctricas, abastecimento de águas, etc, mas também num melhor aproveitamento dos recursos humanos”²¹² cada vez mais escassos, devido, entre outras razões, ao envelhecimento dos quadros e às dificuldades de novas admissões.

Na Fig.1 do Anexo IV – Imóveis, pode-se observar cronologicamente, o aumento da capacidade de armazenagem ao longo destas fases, através da construção de edifícios e depósitos.

4.1.4 – Os Depósitos

Depósitos paralelepípedicos – foi com este tipo de depósitos que a JNV deu início à ampliação da capacidade dos seus primeiros armazéns construídos em betão armado, com capacidades variáveis, que de início não atingiram grandes volumes.

²¹² *Ibidem*, pp.7-8.

Neste sentido, e para aproveitamento dos espaços disponíveis nas antigas instalações, generalizou-se, apesar dos inconvenientes, a construção de depósitos subterrâneos e sobre estes outros aéreos, primeiro de um só piso e mais tarde em dois, três e até quatro andares, com escadas de acesso e passagens entre eles.

Construídos dentro dos armazéns, estes depósitos constituíam o seu elemento central, pela grande concentração de capacidade e pela comodidade de trabalho que proporcionavam. Todos os outros depósitos se situavam no exterior, normalmente, contíguos aos armazéns.

Os depósitos tipo “*airform*” surgiram na fase da expansão, mais propriamente na década de 60, época em que a JNV, se viu na necessidade de adquirir mais capacidade de armazenagem com grande rapidez, tendo optado pela “construção de depósitos em betão, designados por “*airform*”, que se baseava na utilização de cofragem pneumática com a forma de calote esférica, em substituição dos vulgares moldes de madeira ou metálicos tradicionalmente usados, de montagem morosa e elevado custo, permitindo a construção em poucas horas.”²¹³

No entanto, este sistema tinha o inconveniente de ser muito exigente em espaço, (como é visível em várias fotografias do anexo IV) pois não permite a sobreposição de depósitos.

Os depósitos cilíndricos em metal, basicamente constituídos por conjuntos de quatro cilindros por 12 metros de altura e 10 metros de diâmetro e subdividido cada um em três andares, eram agrupados de forma a aproveitar o espaço entre eles como

²¹³ Joaquim A. Cabral Caldeira (*Os armazéns da Junta Nacional do Vinho*”, Lisboa, 1985, pp.13-14.

capacidade. Comparado com os modelos anteriores, verifica-se que para a mesma capacidade ocupam uma área cinco vezes menor.

Os depósitos metálicos em aço inoxidável proporcionam uma completa estanquicidade e rapidez de construção. Constitui um excelente material para armazenagem de vinho e aguardente, mas de custo elevado. Por esta razão, apenas foram construídos junto dos armazéns de Bombarral e da Mealhada, que eram os principais centros de destilação, concentração e preparação de lotes de aguardentes para o vinho do Douro.

Em 1985, a JNV possuía no conjunto de depósitos descritos uma capacidade total de 3.497.110 hl, distribuídos da seguinte forma:

Quadro n.º 10: Capacidade por tipo de depósito

Tipo de depósitos	Nº de unidades	Capacidade
• <i>Paralelepípedicos</i>	3.294	1.507.425 hl
• “Airform”	507	867.970 hl
• <i>Módulos</i>	492	1.029.765 hl
• <i>Metálicos</i>	19	91.950 hl

Fonte: J. A. Cabral Caldeira, *Os armazéns da Junta Nacional do Vinho*, 1985, p.17.

Este tipo de depósitos ocupava áreas muito extensas e díspares, impossíveis de calcular, marcando geograficamente a paisagem de norte a sul do país.

4.2 – Os Armazéns

Como atrás se referiu, os armazéns adquiridos ou alugados, primeiro pela FVCSP e depois pela JNV, eram antigas adegas particulares, onde havia muita

capacidade em madeira de excelente qualidade (e de que hoje existem raros exemplares), bem como depósitos em alvenaria de pedra e tijolo, como são o caso de Alcobaça, onde funciona o Museu do Vinho.

Com o evoluir dos tempos e de acordo com as necessidades, foram feitas as ampliações através da construção de núcleos de armazenagem dentro dos armazéns, com as novas técnicas de betão armado. Foi com este tipo de material que, posteriormente, foram construídos todos os depósitos da JNV já referidos, variando apenas nas suas concepções, com excepção dos de aço inoxidável.

Os armazéns eram estruturas que estavam dotadas de meios técnicos e humanas para dar apoio à viticultura. Assim, para além da função de armazenagem de produtos, tinham instalações de serviços administrativos destinadas a escritórios de apoio ao funcionamento de cada armazém. Esta zona era constituída pelo gabinete do responsável, sala de pessoal, escritório ligado à área de atendimento ao público que afluía às instalações para tratar de questões formais, tais como entregar a declaração de existências e/ou de produção, inscrição de agentes económicos, compra e venda de vinhos, pedidos de análise, pedir ou receber assistência técnica, entre muitas outras funções.

4.2.1 – Instalações sociais

Quase todos os armazéns tinham instalações para os guardas, refeitório e camarata. Estas dependências destinavam-se não só aos funcionários que prestavam serviço permanente nos armazéns, como serviam para acolher os funcionários que, deslocados das suas bases,²¹⁴ tinham de ali prestar serviços durante vários dias, e onde

²¹⁴ Como por exemplo, os serviços de fiscalização ou de assistência técnica, cujos funcionários locais eram insuficientes para resolver os pedidos em determinados períodos. Ou ainda serviços pontuais de carpintaria, tanoaria, de pedreiros e de electricistas, entre outros.

as possibilidades de alojamento nem sempre eram fáceis ou, economicamente compatíveis com as suas disponibilidades financeiras.

Dentro desta vertente social, a JNV construiu ou adaptou algumas habitações próximas de praias para servirem de centros de férias para os funcionários e seus familiares, como era o caso de Lagoa, Lourinhã, ou Sobreiro Curvo (Torres Vedras).

4.2.2 – Tanoarias

Igualmente, o elevado número de cascos e maquinaria que a JNV possuía disperso por todos os armazéns, originou que alguns armazéns, inicialmente Braço de Prata, Bombarral, Santarém, Almeirim, Vila Nova de Gaia e Mealhada, estivessem dotados de oficinas de tanoaria e serralharia. Nos últimos anos, apenas Mealhada e Almeirim mantiveram estes serviços.

4.3 - Os Laboratórios

Os laboratórios eram serviços inerentes às funções da JNV. Assim, todas as delegações e armazéns tinham um laboratório, cuja instalação, dotada de condições e aparelhagem, servia para efectuar a análise sensorial e físico-química, quer dos vinhos propostos para as intervenções, quer para o controlo dos vinhos e aguardentes em armazém ou, ainda, daqueles que se destinavam à exportação.

Neste caso, apenas os laboratórios da Mealhada, Vila Nova de Gaia e da Sede, onde foi criada, à semelhança do Instituto do Vinho do Porto, uma Câmara de Provedores.

Para além destas funções, os laboratórios desempenhavam outras tarefas directamente relacionadas com a assistência técnica e concursos de vinhos.

4.4 – As destilarias e processo de destilação

Seja por causa da qualidade ou das dificuldades do escoamento do vinho em stock, ou ainda pelo facto de ser mais fácil guardar o álcool que o vinho (tem menos volume e não se estraga), a JNV sempre recorreu à destilação. Esta era uma componente extremamente importante na sua acção reguladora. Além disso, a destilação era uma forma de retirar do “mercado os vinhos estragados ou doentes, mas susceptíveis de queima”²¹⁵

O processo de destilação era efectuado em aparelhos de trabalho contínuo, considerados, na época, os mais vantajosos, visto possibilitarem a obtenção de produtos mais puros e de título alcoométrico mais elevado do que os anteriores, que utilizavam sucessivas rectificações.²¹⁶ Cada um dos aparelhos incluía os seguintes elementos fundamentais:

- duas colunas sobrepostas – a primeira de 18 pratos (coluna destiladora) e a segunda com 5 (coluna rectificadora);
- um tacho destilador, em comunicação com a coluna destiladora e aquecido por condutas a vapor;
- um tacho gerador ou recuperador com aquecimento directo e munido de um tubo adutor que conduzia ao primeiro tacho, além do vapor de água resultante da cocção do rescaldo, uma quantidade maior ou menor de produtos voláteis recuperados.
- Do topo da coluna rectificadora saía um outro tubo que se ligava a uma serpentina situada no interior de um cilindro (condensador), a qual, por sua vez,

²¹⁵ Comunicado divulgado no periódico *Informação Vinícola* de 20 de Janeiro de 1948.

²¹⁶ Cf. “Estudo da Comissão nomeada por portaria de 7 de Maio de 1956, publicado no “Diário do Governo” nº 113, II Série de 11 do mesmo mês” *A depuração das águas residuais das instalações da JNV*, pp.4-7 O processo de destilação originava graves problemas de poluição das águas que recebiam as águas residuais, daí a nomeação da comissão referida. Supomos que após este estudo, a JNV construiu em todos os locais de destilação, câmaras de tratamento de rescaldos, cujos resultados nunca foram eficazes.

comunicava com um refrigerante de feixe tubular que completava a liquefacção dos vapores alcoólicos, iniciada na secção precedente do dispositivo²¹⁷. -

De início, a JNV recorreu a caldeiras particulares e, em anos de grandes intervenções, instalava postos ambulantes²¹⁸ dotados de caldeiras móveis que se instalavam dentro de pavilhões provisórios para se proceder à destilação dos produtos. À medida que foi adquirindo capacidade de armazenagem própria, foi também apetrechando os seus armazéns com caldeiras próprias.

Neste contexto a maioria dos armazéns contemplava, desde o seu início, dependências apropriadas para a instalação de destilarias, cujo desempenho era indispensável para o cumprimento das acções da JNV. O número de caldeiras instaladas variava consoante a produção média da região onde o armazém estava inserido.

Os armazéns localizados nas zonas de maior densidade de produção foram equipados com dois, quatro ou seis aparelhos de destilação, como é o caso do equipamento ainda existente no armazém de Bombarral, constituindo parte de um importante património ligado à arqueologia industrial do sector vitivinícola.

Ao longo do tempo, as destilarias próprias mostraram-se insuficientes para as necessidades da JNV que muitas vezes recorreu ao serviço de destilarias particulares, principalmente em anos de colheitas acima da média.

Nos anos de 1973-77, a aguardente fornecida pela JNV para o vinho do Porto foi posta em causa devido à presença do «carbono 14». Este problema ficou a dever-se ao facto da JNV ter adquirido no estrangeiro grandes quantidades de aguardente destinadas à produção do vinho do Porto que, através de análises feitas na República Federal

²¹⁷ Cf. *Ibidem*, pp.4-5.

²¹⁸ Actualmente existe no Museu Nacional do Vinho, em Alcoaça um aparelho de destilação móvel, ilustrativo desse período. Ver fig. 17 do Anexo Museu

Alemã, vieram a revelar-se que essa aguardente não tinha origem vínica, antes se tratando de álcool sintético, o que não era permitido pelas normas vigentes que regulavam a produção e o comércio do vinho do Porto.

A partir daí, o IVP passou a contestar a qualidade das aguardentes vínicas fornecidas devido à presença do excesso dos teores de 2 Butanol, o que evidentemente teve repercussões nos stocks e nas finanças da JNV. A partir de 1976-77 a disciplina e os controlos de qualidade da aguardente destinada à produção do vinho do Porto passaram a ser da competência do IVP.²¹⁹

Neste contexto, e face às imposições do Instituto do Vinho do Porto relativamente à presença de 2 Butanol, em 1975 e 1976, a JNV teve de proceder à rectificação de grandes volumes dos seus “stocks” de aguardentes a fim de conseguir baixar os teores daquele componente volátil.

Por esse efeito, a JNV procurou apetrechar-se de meios de rectificação de produtos vínicos com o objectivo de, por um lado, melhorar as suas aguardentes vínicas e, por outro, já com uma visão comunitária face à possibilidade de adesão de Portugal à CEE, poder vir a intervir no aproveitamento de subprodutos de vinificação, retirando da circulação os destilados alcoólicos obtidos por destilação de borras, bem como os vinhos alterados.

Assim, em 1976, surgiu o estudo de um projecto para implantar centrais de destilação nas áreas vinícolas do Oeste, Ribatejo e Bairrada que acabou por ser inviabilizado. No entanto, em 1985, e como corolário da concentração de meios de destilação, foi construída, nas instalações da JNV situadas no Catujal, uma moderna

²¹⁹ Cf., Conceição A. Martins, *Memória do Vinho do Porto*, ICS, 1990, p.430.

Central de Destilação e Rectificação de Vinhos e Aguardentes para obtenção de álcool vínico.

Neste local, foi igualmente concebido e construído um edifício para instalar o Laboratório Central, equipado com as tecnologias mais modernas.

Esta unidade permitiu, por um lado, um melhor aproveitamento da aparelhagem e dos recursos humanos, bem como dar resposta cabal às solicitações da exportação, fiscalização e assistência técnica. Por outro lado, possibilitou a substituição das antigas e obsoletas instalações do Largo do Carmo e da Sede, que funcionavam em péssimas condições de segurança.²²⁰

5 – A extinção da Junta Nacional do Vinho

Após a mudança do regime político em 1974, e “dentro das linhas de orientação do Governo Provisório” contava-se a “extinção progressiva do sistema corporativo e a sua substituição por um aparelho administrativo adaptado às novas realidades políticas, económicas e sociais.²²¹” Neste sentido, foram preconizadas várias soluções para a reestruturação dos organismos de coordenação económica.

Numa primeira fase foram previstas administrações gerais para os vários sectores, designadamente para o vinho, os cereais e as frutas, com características muito próximas das empresas públicas. Algumas concretizaram-se como foi o caso da EPAC – Empresa Pública do Abastecimento de Cereais, outras não.

²²⁰ Cf. J.A.Cabral Caldeira, *Ob. Cit.*, pp. 11-13; JNV, *Relatório e Contas do Exercício de 1980 a 1983*, pp.48-49.

²²¹ Decreto-Lei nº 443/74 de 12 de Setembro, publicado no *Ob. Cit.*, I Série, nº 213.

Em 1975, no âmbito da Comissão Coordenadora para a Extinção dos Grémios da Lavoura, foi prevista a criação de organismos públicos de comercialização de produtos agrícolas, nos vários sectores onde existiam aqueles organismos.

Numa segunda fase, e relacionado directamente com o sector vitivinícola admitiu-se a possibilidade da criação de um organismo vertical e inter-profissional para o sector. Assim, em 1977 e por proposta de um grupo de trabalho nomeado para o efeito, surgiu um projecto de Decreto-lei que defendia esta concepção. Contudo, este projecto esbarrou na estrutura horizontal adoptada na lei orgânica do Ministério da Agricultura, entretanto aprovada.

Depois de várias propostas e de várias comissões nomeadas para o efeito “ficaram pelo caminho as ideias de criação de um Instituto dos Vinhos de Denominação de Origem de um Instituto Nacional dos Vinhos de Consumo Corrente, bem como de uma Comissão Nacional dos Assuntos Vitícolas”²²² de âmbito interministerial e inter-profissional, criada em 1980.

A JNV continuou assim a desenvolver a sua actividade na regulação do sector vitivinícola, embora com as adaptações necessárias à nova realidade. Neste contexto, e consoante as opções políticas adoptadas nos vários momentos, a JNV ganhou e perdeu funções.

Em 1975-76 ganhou as funções desempenhadas pelos antigos grémios ligado ao comércio, extintos pelo Decreto-Lei nº 443/74 de 12 de Setembro, o proporcionou o reforço da sua posição no mercado. Neste contexto, realizou operações de exportação directa de vinhos, designadamente para a URSS, assumindo funções muito próximas de uma empresa pública, solução que chegou a ser equacionada.

²²² Cf., Orlando Simões, *Ob. Cit.*, pp. 229-231.

Ao mesmo tempo, perdeu os serviços de fiscalização económica que passaram para a Direcção Geral da Fiscalização Económica, ficando apenas com o serviço de fiscalização técnica. Perdeu também a função do estabelecimento de preços que transitou para a Direcção Geral de Preços e depois para a do Comércio Alimentar.

Com o processo de adesão à CEE e a obrigatoriedade de reestruturação dos organismos de coordenação económica, a Junta Nacional do Vinho foi extinta em 1986. Ao mesmo tempo foi criado o Instituto da Vinha e do Vinho, pelo Decreto-lei nº 304/86 de 22 de Setembro, reunindo atribuições sobre toda a fileira vitivinícola, reunindo finalmente, os assuntos ligados à vinha e ao vinho.

O Instituto da Vinha e do Vinho, como organismo sucessor da Junta Nacional do Vinho, herdou todo o património, construído e constituído ao longo da sua existência (1937-1986).

Que património é este e como foi encarado e preservado?

Quais as hipóteses da sua reutilização?

Responder a estas e outras questões será o tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO IV – O património da Junta Nacional do Vinho

O património deixado pela Junta Nacional do Vinho e herdado pelo Instituto da Vinha e do Vinho, ultrapassa a própria instituição visto que se trata de um espólio valioso pertencente à vitivinicultura, ou seja a todos os que desde a década de 30 exerceram a profissão de produtores ou comerciantes, uma vez que contribuíram para o seu financiamento conforme era exigido pelo sistema corporativo.

As verbas arrecadadas serviram para sustentar a poderosa máquina burocrática da JNV e, através do Fundo Corporativo da Viticultura, para edificar as infra-estruturas que lhes permitia cumprir a sua missão.

Mas será que o Instituto da Vinha e do Vinho tomou consciência deste importante legado? A resposta é, certamente, negativa, pois durante décadas nada fez para o salvaguardar como passaremos a explicar.

1 – O património móvel e imóvel

A herança da JNV é, segundo o nosso critério, constituído por património móvel e imóvel. Por património móvel, consideram-se toda a documentação constituída pelos Arquivos e Biblioteca, bem como pelo Museu e respectivo espólio. Por património imóvel, consideram-se todos os imóveis edificados ou adquiridos pela Junta Nacional do Vinho que, na altura da extinção da JNV, era constituído pela Sede em Lisboa, 32

armazéns e respectivo equipamento, distribuídos por 20 delegações regionais, conforme o quadro nº 11 e as fotos do Anexo II.

Quadro nº 11 -Delegações e Armazéns da JNV em 1985

Delegações	Armazéns
Chaves	Chaves Valpaços
Macedo de Cavaleiros	
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia
Moimenta da Beira	Moimenta da Beira
Pinhel	Pinhel
Fundão	
Águeda	Águeda
Mealhada	Cantanhede Mealhada Mogofores
Coimbra	
Leiria	Alcobaça Batalha Leiria
Bombarral	Bombarral Lourinhã Vilar
Santarém	Rio Maior Santarém
Almeirim	Almeirim Alpiarça Benfica do Ribatejo
Cartaxo	Aveiras de Cima Lourinhã Pontével
Torres Vedras	A-dos-Cunhados (Sobreiro Curvo) Azueira Curvel (Carvoeira) S. Mamede da Ventosa Torres Vedras
Alenquer	Carregado – Santo Estêvão Catujal Merceana
Lisboa - (Sede)	Braço de Prata
Azeitão	
Alentejo	
Lagoa (Algarve)	

Fonte. Joaquim A.C. Caldeira, *Os armazéns da JNV*, 1985,

Da leitura deste quadro destaca-se a concentração de instalações nas regiões limítrofes do distrito de Lisboa, com maior incidência para Torres Vedras, Leiria e Santarém.

Os armazéns e depósitos foram adquiridos de acordo com as necessidades do organismo, conforme se explicou no Capítulo III. A sede, localizada em Lisboa, é constituída por três edifícios.²²³

O edifício inicial, com três andares e de traça arquitectónica característica dos palacetes do final do século XIX, foi adquirido pela JNV, no final do ano de 1938. O segundo edifício, projectado pelo arquitecto Cassiano Branco, é constituído por 3 andares e foi construído de raiz na década de 60, para alojar os serviços em crescendo da JNV.

O terceiro é um anexo de dois andares. Inicialmente contemplava apenas um andar e era designado por “edifício João Seabra. Construído na década de 40 teve como finalidade dar prossecução ao Fundo João Seabra.”²²⁴

Este “Fundo” tinha como objectivo inicial, prestar assistência médica aos funcionários atacados de tuberculose. Neste sentido, o projecto contemplava dois consultórios, uma sala de tratamentos e sala de espera, bem como uma secretaria e depósitos de material.

Posteriormente este edifício foi aumentado com mais um andar para instalar alguns serviços da JNV. Actualmente, já poucos funcionários se recordam dos objectivos iniciais deste edifício que, no entanto, estão perfeitamente documentados no jornal *Informação Vinícola* nº 24 de Dezembro de 1944.

Relativamente a este e ao restante património, fazem parte da memória colectiva de uma época, da acção e assistência social²²⁵ exercida pela JNV. Na sua grande

²²³ Fotos da Sede da JNV, no Anexo II.

²²⁴ O Engenheiro João Jacinto Seabra desempenhou as funções de Vice-Presidente da JNV. Quando morreu deixou uma verba considerável referente aos seus últimos vencimentos, a qual foi constituído em “Fundo”, administrado pelo Organismo. Este “Fundo” perdurou até ao à actualidade, embora a sua verba tenha sido incorporado recentemente no orçamento do IVV.

²²⁵ A vertente social era também uma componente importante da acção da JNV.

maioria, este património perdeu utilidade, exceptuando alguma capacidade que é passível de ser alugada.

Apesar da promessa, nunca cumprida, do Estado Novo em devolver este património à vitivinicultura, este acabou por ser incorporado no património do Estado no âmbito do PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, actualmente em curso e, brevemente, perderá também a identidade pois está prevista a sua alienação.

Sem defender a tese de que se deve salvaguardar o património na sua totalidade, julgamos que deveria ser preservada a memória desta actividade como, por exemplo, se sugere no presente capítulo.

1.1 Os Arquivos da Junta Nacional do Vinho

No âmbito das suas vastas funções, enunciadas no capítulo anterior, a JNV produziu uma quantidade enorme de documentos constituindo o testemunho documental de uma actividade e de uma política que faz parte da história da vitivinicultura e da própria memória colectiva.

Não obstante o seu valor patrimonial e sem a existência de um inventário da documentação existente, esta encontra-se ao abandono ou em péssimas condições de conservação à semelhança do que sucede com a maioria da documentação da administração pública dos séculos XIX e XX, conforme se constatou pelo resultado do levantamento da questão levado a efeito pelo Observatório das Actividades Culturais (OAC) e o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) nos anos 2002-2003.²²⁶

²²⁶ *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios da Administração Central, OAC-IAN/TT, Lisboa, 2003, p.17*

O arquivo da Junta Nacional do Vinho não é excepção e, através deste trabalho vamos procurar expor a situação, tentando encontrar a justificação. Neste contexto, a documentação proveniente da JNV encontra-se disperso por vários depósitos do país, desde Chaves, a Vila Nova de Gaia, Mealhada, Santarém, Bombarral e Lisboa, entre outros.

Estes espaços faziam parte das delegações e armazéns que, entretanto, deixaram de ter utilidade, visto que o Instituto da Vinha e do Vinho face à legislação comunitária, não pode continuar as intervenções no mercado.

Devido a este facto, muitos serviços da JNV foram extintos ou encerrados, e outros reestruturados.

1.2 - O Arquivo e o Instituto da Vinha e do Vinho

O novo organismo aproveitou as instalações fechadas para guardar os arquivos dos organismos que o precederam, nos locais mais improváveis, tais como garagens, vãos de escada, cascarias, tanoarias, destilarias, depósitos e armazéns, conforme o conjunto de fotografias do anexo III. Nos seus primeiros dez anos de vida, ou seja até 1996, o IVV não tomou qualquer iniciativa no sentido de salvaguardar este importante espólio documental. Ao longo deste período, este espólio foi sofrendo várias incorporações do próprio Instituto, sem se ter tido o cuidado de separar os fundos documentais, dificultando a consulta e respectivo tratamento.

1.3- As primeiras tentativas do tratamento arquivístico

Face à acumulação da massa documental e à desorganização da mesma, em 1996 o IVV efectuou as primeiras tentativas para resolver o problema dos arquivos. Esta iniciativa inseria-se num projecto mais abrangente que envolvia a preservação do património cultural ligado ao sector vitivinícola, contemplando, entre outros aspectos, a

identificação e o tratamento da documentação existente com o objectivo de formar futuros Museus do Vinho e Centros Documentais.

Neste sentido, o IVV encetou contactos com o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) para pedir a sua orientação. Mediante a apresentação do projecto, o IAN/TT mostrou desde o início uma grande abertura para a prossecução do mesmo.²²⁷

Assim, o IAN/TT disponibilizou, numa primeira fase (Janeiro de 1997), alguns técnicos para a visita aos depósitos do arquivo do Instituto da Vinha e do Vinho, considerados mais importantes em termos de documentação, designadamente, os de Bombarral, Catujal e Braço de Prata.

Na sequência destas visitas foi elaborado um relatório onde se definia o perfil da documentação existente e que se resumia ao seguinte:

“Os arquivos do Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) revestem-se de alguma complexidade pelo facto de se tratarem de fundos de diferentes proveniências.

O IVV criado pelo Decreto-Lei nº 304/86 de 22 de Setembro, herdou documentação desde 1933 dos extintos organismos de coordenação económica: a Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal (..) e Junta Nacional do Vinho (..) que se manteve até à data da criação do IVV, com o objectivo, entre outros, de coordenar os organismos de coordenação económica da produção e comércio de vinho e seus derivados, ” e que “possuía 16 delegações que se foram constituindo nos mais importantes concelhos vitivinícolas e 117 adegas cooperativas.

Do presente relatório não faz parte a documentação das delegações pelo facto de o grosso da documentação se encontrar nestes 3 depósitos (Catujal, Bombarral e Braço de Prata), segundo informação dos funcionários do IVV. Actualmente as delegações deixaram de existir tendo estas dado origem a três divisões operacionais: Vila Nova de Gaia (que abrange a zona Norte do País); Mealhada (zona centro); Santarém (zona sul e Algarve).”

²²⁷ Ver artigo intitulado «Entrevista com Bernardo Vasconcelos e Sousa, novo director da Torre do Tombo – O Guardiã dos Arquivos» *in* jornal *Público*, no Anexo VI.

No relatório supracitado, é ainda apontada a necessidade de, numa fase posterior, se efectuar uma visita às divisões operacionais, a fim de se “averiguar o tipo de documentação existente, se herdaram documentação das delegações extintas e qual a metragem.”

Assim, e de acordo com o mesmo relatório, nos arquivos de Bombarral existiam “cerca de 2075 metros lineares de documentação para avaliar, dividida por 3 depósitos: *Arquivo-Geral, Tanoaria e Garagem.*”

No primeiro foi detectada documentação desde 1933 a 1986, proveniente de fundos de arquivo diferenciados, nomeadamente da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal e da Junta Nacional do Vinho. No segundo local, para além dos fundos de arquivo das entidades referidas com documentação relativa à ex-delegação de Santarém e de Azeitão, encontrava-se ainda um fundo referente à documentação do Fundo de Abastecimento (entidade extinta e cujas competências foram incorporadas na JNV).

No terceiro, existia documentação relativa a projectos e obras, a financiamento de vinhos, à capacidade de depósitos e fichas de cadastro de pessoal da antiga delegação de Almeirim provenientes da FVCSP e JNV, bem como fundos arquivísticos de adegas cooperativas.

No depósito do Catujal, existiam cerca de 1676 metros lineares de documentação com fundos da FVCSP e JNV provenientes da sede, de diferentes serviços, relacionados com processos da vinha, promoção e laboratório.

Igualmente, no depósito de Braço de Prata, existiam fundos da FVCSP e JNV com cerca de 743 metros lineares de documentação proveniente destes organismos e de serviços da sede, em Lisboa, dos serviços administrativos, financeiros, assuntos comunitários, mas também de armazéns e dos extintos Grémios do Comércio e Exportação e das antigas adegas cooperativas.

Em resumo, nos 3 depósitos visitados existia, na altura, um total de cerca de 4494 metros lineares de documentação por avaliar.²²⁸

1.3.1. - Proposta de metodologia de trabalho

Na prossecução deste levantamento, o IAN/TT sugeriu a metodologia que devia ser seguida antes de se proceder ao seu levantamento e que consistia em várias etapas, tais como:

1. expurgo prévio das instalações, e posterior arrumação nas prateleiras, ao mesmo tempo que se deviam libertar os depósitos de papel identificado e considerado sem valor, bem como proceder ao equipamento dos espaços de forma a criar as condições mínimas de trabalho;
2. os trabalhos de avaliação deviam ser feitos nos próprios depósitos de arquivo, para evitar o risco de se perder documentação e a ordenação lógica da arrumação, aplicando-se esta norma mesmo para séries documentais longas e uniformes do ponto de vista da tipologia documental;
3. a documentação só deveria ser transportada no final do processo de avaliação, quando lhe fosse atribuído um destino final, quer este fosse para eliminar ou conservar, segundo os procedimentos técnicos a serem definidos pelo IAN/TT.

Para além disso, foi prevista a constituição de uma equipa técnica de avaliação mista, com técnicos do IAN/TT e do IVV, cujo trabalho a realizar, a tempo inteiro, teria a duração mínima de dois anos, aproximadamente.

No mesmo relatório, foi aconselhado ao IVV a elaboração de uma portaria de gestão documental, com base no Decreto-Lei nº 447/88 de 10 de Dezembro, e que devia ser elaborada após a conclusão dos trabalhos de avaliação da documentação acumulada.

²²⁸ Com a reestruturação em curso, no âmbito do PRACE, esta situação alterou-se. Houve transferências de uns locais para outros, e só através de novas visitas, com técnicos especializados, será possível proceder-se a um novo levantamento.

Da referida portaria fazia parte, para além do plano de classificação, um regulamento arquivístico com vista à normalização de procedimentos.

1.3.2 - Resultados finais

Na sequência da apreciação deste relatório e dada a necessidade da grande mobilização de recursos humanos e financeiros foi superiormente decidido pelo IVV, em Agosto de 1997, a preparação de um caderno de encargos em colaboração com o IAN/TT, a fim de se efectuar uma consulta pública para a contratação de uma empresa especializada em tratamento de arquivos.

Tudo isto se fez ao longo de um ano (1997-1998). E nesta fase, tudo parecia correr bem, embora fosse um processo moroso, devido à complexidade dos procedimentos administrativos e às entidades envolvidas.

A imagem do IVV, neste período, era bastante positiva. Exemplo disso é o artigo publicado no jornal *Público*, em 28 de Janeiro de 1986 no anexo VI, no qual o director do IAN/TT, Bernardo Vasconcelos e Sousa, afirmava: “Temos algumas expectativas positivas. O Instituto da Vinha e do Vinho tem tomado algumas medidas para salvaguardar e preservar a sua documentação.”²²⁹ Contudo, esta notícia contrasta com a publicada no mesmo jornal, em 10 de Dezembro de 1996, com o seguinte título: “Património Documental do Instituto da Vinha e do Vinho está ao abandono – História do Vinho em risco de se perder,”²³⁰ o que deixava adivinhar um final pouco promissor.

De facto, o projecto não teve continuidade. Por questões financeiras, por falta de recursos humanos mas, acima de tudo, julgamos que a origem de todo este fracasso

²²⁹ Artigo intitulado «Entrevista com Bernardo Vasconcelos e Sousa, novo director da Torre do Tombo – O Guardião dos Arquivos» in jornal *Público*.

²³⁰ Artigo intitulado «Património Documental do Instituto da Vinha e do Vinho está ao abandono – História do Vinho em risco de se perder» in *Público*, no Anexo VI.

resulta da falta de uma sensibilidade ao nível da gestão/administração pública e de uma política cultural coerente ao nível nacional. Neste caso específico tinha-se registado a mudança de direcção do IVV e, com ela, a política ligada aos projectos culturais, dando-se, a partir de então, a primazia às questões mais economicistas.

Desta situação, podemos concluir que enquanto os dirigentes encararem os arquivos históricos, como papéis inúteis e usurpadores de espaço e de gastos, não há muito a fazer.

Neste sentido, é necessário passar a mensagem de que os arquivos são bens patrimoniais que devem ser assumidos como activos das instituições, são insubstituíveis e imprescindíveis para o conhecimento das próprias instituições e para todos os que se preocupam com a informação. Por enquanto, a realidade é outra uma vez que se constata o pouco investimento que é dado à cultura.

1.4. - Diagnóstico actual dos arquivos

Através da iniciativa conjunta do Observatório das Actividades Culturais e Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (OAC e IAN/TT), realizada entre Agosto de 2002 e Abril de 2003, foi possível obter um diagnóstico dos arquivos intermédios da Administração Central e do próprio IVV. Os resultados demonstraram o estado deplorável²³¹ em que se encontram a grande maioria dos Arquivos da Administração Central.

Através dos inquéritos preenchidos pelos diversos serviços do IVV, confirmou-se o que já se tinha afirmado. O acervo documental existente nos vários depósitos é constituído por fundos diferenciados das entidades produtoras (FVCSP, JNV, Fundo de Abastecimento, Adegas Cooperativas e Grémios de Armazenistas de Vinhos). Nestes

²³¹ Veja-se o artigo intitulado «Estado abandona arquivos centrais» do jornal *Expresso* de 3 de Janeiro de 2004, no Anexo VI.

depósitos, a documentação acumulada desde 1933 até à data actual, coexistem as três fases do ponto de vista conceptual (de acordo com a teoria das três idades) dividindo-se em: arquivos corrente (em uso), intermédio (até 5-10-15 anos) e histórico (mais de 15 anos), bem como o seu valor primário ou secundário, pois não está feita a classificação nem a selecção dos documentos.

Por uma questão de proximidade da sede, os depósitos que apresentam a maior concentração documental continuam a ser: Bombarral, Braço de Prata (Lisboa) e Catujal (Loures), bem como o dos serviços ainda activos de Vila Nova de Gaia, Mealhada e Santarém.

Foram confirmadas também as péssimas condições de todos os arquivos. São de completo abandono encontrando-se a documentação em muitos dos depósitos em situação de degradação irreversível, conforme se pode observar do conjunto de fotografias tiradas na altura em que se realizaram os inquéritos.²³²

Face a esta situação, a consulta aos arquivos tornou-se, praticamente, impossível devido à inexistência de qualquer sistema de registo ou de classificação. A falta de qualquer IDD (Instrumento de Descrição Documental), ou de um suporte legal, como seria a Portaria de Gestão Documental, e ainda a falta de recursos humanos, directamente relacionados com a actividade arquivística contribuíram para a situação caótica da documentação.

Acresce a esta situação, uma completa insensibilidade por parte dos responsáveis não atribuindo estes o devido valor patrimonial aos arquivos, pois no âmbito deste trabalho constatou-se que, por exemplo, no Bombarral, uma parte da documentação histórica que se encontrava em depósito, proveniente da FVCSP e da JNV, tinha sido removida recentemente das prateleiras e colocada em tulha, e cujo destino final, segundo o funcionário que pontualmente se deslocava a este depósito para “arrumar o

²³² Fotos dos arquivos do Instituto da Vinha e do Vinho, no Anexo V.

arquivo,” seria a venda de papel, por serem considerados “papeis velhos e sem interesse”.

Denunciada esta situação pela Divisão de Informação, durante meses (final de 2006 e até Junho/Julho de 2007)²³³ a referida “tulha” foi desmanchada e encontrada diversa documentação histórica, como por exemplo: plantas referentes às adegas cooperativas, respectivas autorizações ministeriais e comparticipação financeira para a sua construção, livros de actas de organismos corporativos (grémios), declarações de produção dos anos 40-60, diversas publicações do Estado Novo, legislação, etc.

Com a implementação do PRACE, a situação, que já não era boa, agravou-se. Como já referimos, o património edificado foi incorporado no património geral do Estado, facto que implica a desocupação dos edifícios e a retirada de toda a documentação.

Mas em que condições? E quem acompanha este processo uma vez que o serviço que tentava salvaguardar a documentação foi extinto e os funcionários dispensados e colocados em mobilidade especial, não pertencendo já à instituição?

Se considerarmos o que se passou nos serviços de Azeitão, poderemos afirmar que este património documental irá desaparecer.²³⁴

²³³ Os funcionários que trabalharam neste processo foram afastados e colocados em mobilidade especial no âmbito do PRACE.

²³⁴ Após a selecção de documentação considerada de interesse histórico que se encontrava em Azeitão, dirigentes do IVV e sem consultar o serviço responsável pelo assunto, contrataram uma empresa de transportes com o objectivo de “limpar” as instalações, desaparecendo com todo o arquivo, independentemente do seu valor. O serviço responsável foi confrontado com o facto consumado, quando se deslocou posteriormente para efectuar a recolha dos documentos seleccionados e tudo tinha desaparecido. Comunicado o caso, superiormente nada aconteceu.

2 – A Biblioteca da JNV/IVV

A Biblioteca do IVV, como tudo o resto, foi herdada da JNV. Logo após a criação do Instituto da Vinha e do Vinho, o serviço da Biblioteca ficou integrado, à semelhança do que tinha acontecido com a Junta Nacional do Vinho, no Serviço de Informação e Documentação.

Em 1996 e face à necessidade de remodelação das suas instalações, o Instituto da Vinha e do Vinho fechou o serviço da Biblioteca, o que lhe valeu diversas críticas por parte de alguma imprensa,²³⁵ conforme artigo já referenciado no artigo do jornal *Público*, de 10 de Dezembro de 1996.

A desactivação deste serviço deu origem à retirada do acervo bibliográfico que foi encaixotado e guardado nos depósitos de Braço de Prata e Catujal,²³⁶ sem que, na época, tivessem sido acauteladas as condições mínimas para a salvaguarda dos livros e outras publicações.

Na reabertura do serviço em 1997/1998, uma parte substancial do acervo bibliográfico ficou encaixotado e/ou em prateleiras nos depósitos citados, onde permanece, em péssimas condições. A justificação para este facto foi a falta de espaço e a necessidade de se proceder à selecção do acervo bibliográfico referente a obras mais recentes, e apenas sobre a temática da vinha e do vinho, visto que, enquanto biblioteca da Junta Nacional do Vinho, acumulou muita documentação sobre a agricultura em geral.

Perante esta situação, grande parte da bibliografia mais antiga continua inacessível nos referidos depósitos, que, devido à falta da listagem desse acervo, leva-

²³⁵ O serviço foi fechado sem aviso prévio impossibilitando as investigações em curso de dezenas de utentes.

²³⁶ Conforme conjunto de fotografias no Anexo III.

nos a considerar a possibilidade de haver documentação bibliográfica valiosa e sujeita a perder-se para sempre.

Após a remodelação das instalações, a Biblioteca ficou situada no rés-do-chão do edifício principal (palacete) do IVV, junto da receção, facilitando o acesso do público.

A área de leitura era ampla e bem iluminada com uma capacidade para oito lugares, dois postos informáticos de pesquisa através do catálogo bibliográfico e acesso à Intranet, sendo que um dos computadores também tem acesso à Internet (www.ivv.min-agricultura.pt).

Até recentemente, a Biblioteca estava integrada na Divisão de Informação, Divulgação e Relações Públicas do IVV e funcionava como um centro de documentação especializado nas temáticas da vinha e do vinho, nas suas diversas vertentes, designadamente técnica, histórica, económica, geográfica e etnográfica.

Relativamente ao fundo documental, na sua grande maioria foi herdada da biblioteca da extinta Junta Nacional do Vinho, pelo que as obras disponíveis têm uma data média de edição situada nas décadas de 60-80 do século passado, mas com bibliografia de grande importância e raridade, tais como os Semanários:

- *Vinho*, de 1934-35;
- *Informação Vinícola*, de 1938 a 1962;²³⁷
- os *Anais da Junta Nacional do Vinho*, desde 1949 a 1961;
- a obra da autoria de Cincinnato da Costa, *O Portugal Vinícola*, ilustrada por uma colecção de aguarelas de castas de uva da autoria de Roque Gameiro, apresentada na Exposição Universal de Paris em 1900.

²³⁷ Estes periódicos têm despertado enorme interesse histórico de diversas entidades. A Câmara Municipal de Loures estabeleceu um protocolo com o IVV, ainda na vigência da Divisão de Informação, para a digitalização de toda a colecção, para posterior disponibilização ao público no Centro de Documentação Anselmo de Andrade.

Do seu espólio constam, ainda, outras obras emblemáticas sobre a vitivinicultura dos séculos XVIII e XIX, tais como por exemplo, as *Conferências sobre Vinhos*, de António Augusto de Aguiar, de 1876, ou *Viticultura e Vinicultura de Trás-os-Montes e Alto Douro*, de Vilarinho de S. Romão, de 1896, entre outras, e cujos contributos foram preciosos para a elaboração deste trabalho.

No salão do 1º andar encontram-se colecções completas e devidamente encadernadas de publicações referentes aos Anais da JNV, do IVP, relatórios dos grémios, boletins e actas de congressos do OIV, entre outras colecções nacionais e estrangeiras ligadas à agricultura, fomento e economia do período do Estado Novo.

No que respeita à tipologia do fundo documental, este é constituído, essencialmente, por monografias, publicações periódicas nacionais e internacionais (revistas técnicas e científicas e boletins de informação), legislação nacional e comunitária, a qual por razões de espaço é periodicamente arquivada no depósito de Braço de Prata. O suporte da colecção que predomina é o papel, mas também existem CD-Roms e cassetes de vídeos.

Para além deste espólio, existe ainda um notável arquivo fotográfico com mais de 3.000 exemplares de fotos e slides. Cerca de 2.500 dessas fotografias encontram-se estudadas e identificadas, verificando-se a predominância de dois tipos de informação: a reportagem e o registo.

No primeiro caso, o espólio dispõe de uma temática muito variada tais como: a construção e inauguração de armazéns e adegas da JNN, registo de feiras e provas de vinhos, congressos nacionais e estrangeiros, exposições, visitas diversas, etc.

No segundo, encontram-se paisagens de vinhas, trabalhos de campo,²³⁸ conjuntos de castas, devidamente identificadas e datadas, instrumentos e equipamento vinários de épocas distintas, etc.

As imagens apresentam no seu conjunto, uma qualidade notável, pois a grande maioria são de autores reconhecidos, tais como: Benoliel, Artur Pastor, ou Alvão.

Este espólio reveste-se de um enorme interesse, confirmado pelos muitos pedidos de utilização, não se esgotando na investigação desenvolvida no âmbito das actividades do sector vitivinícola. Neste contexto, este arquivo constitui um instrumento valioso na análise sociológica da sociedade portuguesa de outrora, e um contributo decisivo para o enriquecimento da história da fotografia, dos costumes ou da arquitectura do Estado Novo.

2.1 – A informatização bibliográfica

Aquando da criação do IVV, em 1986, era já sentida a necessidade de tornar a gestão de documentação e sua divulgação mais eficiente. Assim, em 1998, procedeu-se ao levantamento bibliográfico com o objectivo de efectuar a selecção das monografias e das publicações periódicas.

A informatização do acervo bibliográfico iniciou-se nos finais de 1990, no sistema Porbase (Base Nacional de Dados Bibliográficos). Mas, em 2001, este sistema foi substituído pelo sistema DocBase® (DocBiblio) adoptado pelo Ministério da Agricultura.²³⁹ Este sistema de base de dados bibliográficos caracteriza-se por uma aplicação simples, com um ambiente amigável, e de navegação fácil e intuitiva, e pelo respeito das normas nacionais e internacionais aplicadas à descrição de documentos

²³⁸ Como são exemplo as figs. 1-7 do Anexo - III, referente à Biblioteca e Arquivo Fotográfico.

²³⁹ Estava prevista a disponibilização do catálogo na Internet o que não se concretizou.

impressos e de multimédia. No entanto não permite a colocação da base na Porbase pois os sistemas são concorrenciais e não complementares.

Devido à falta de recursos humanos, o tratamento documental e informático das monografias foi realizado no decurso de estágios profissionais por alunos pós-graduados em Biblioteca e Documentação, no âmbito do protocolo estabelecido entre o IVV e o IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, durante os anos de 2000 a 2003. Estes estágios assumiram extrema relevância para a agilização do serviço, pois possibilitaram uma série de alterações que levaram à sua modernização e simplificação tornando-o fácil e acessível para os utentes.

2.2 – Utilizadores e situação actual

A frequência dos utilizadores da Biblioteca é, preferencialmente, feita por alunos do ensino superior, de pós graduações, e técnicos especializados do Sector Vitivinícola, tais como enólogos, viticultores e da restauração.²⁴⁰ No entanto, o espaço é também utilizado por um público mais vasto que se interessa por esta temática.

Apesar do IVV ter investido na remodelação das instalações e no *software* adequado e de tudo indicar que este património estaria mais ou menos salvaguardado, tem um futuro imprevisível, pois, se considerarmos a reforma da administração pública em curso, cuja lógica consiste na da junção de serviços similares ao nível ministerial, este serviço e espólio deverão sair do IVV

²⁴⁰ A frequência tem vários picos: como por exemplo quando alunos procuram temas para os trabalhos académicos, ou quando são os professores de várias instituições do ensino superior a encaminhar turmas para a temática da vinha e do vinho.

Este facto acabou por se confirmar, pois a nova lei orgânica²⁴¹ já não contempla a Biblioteca nem os funcionários e, portanto este espólio irá para outra entidade. A questão que se coloca é a seguinte: para onde e em que condições?

3 – O Museu do Vinho

3.1 – As primeiras tentativas para a criação de um Museu

O Museu do Vinho constitui uma componente importante do património e da preservação da memória da JNV. Embora a intenção da fundação de um Museu do Vinho fosse muito antiga, o Museu abriu as suas portas ao público apenas em 1983, de forma precária, como a seguir se descreve.

As primeiras sugestões sobre a criação de um Museu do Vinho em Portugal, de que temos conhecimento, remontam aos anos de 1939 e 1940 e foram divulgadas numa série de artigos publicados no periódico *Informação Vinícola*, propriedade da Junta Nacional do Vinho.

Este órgão de informação, direccionado para um grupo social económico muito específico relacionado com o Sector Vitivinícola, emanava as ideias sócio-políticas dominantes da época. Neste sentido, para além da apologia ao regime, as inovações baseavam-se muito nas comparações com outros países, considerados exemplos a seguir. No caso específico da musealização do vinho, a França era o paradigma da comparação dado ser um país vinhateiro de longa tradição.

Os artigos sobre a musealização foram iniciados com grande entusiasmo. Defendia-se que o museu transmite os valores de progresso e cultura, bem como o facto da posse do museu ser prestigante e algo a que só os povos civilizados dão valor e

²⁴¹ Decreto-lei nº 47/2007 de 27 de Fevereiro e Portaria nº 219-H/2007 de 28 de Fevereiro, publicados no *Diário da República*, I Série, nºs.41 e 42 – Suplemento, Imprensa Nacional, Lisboa.

podem ter.²⁴² Ao mesmo tempo que eram publicados os artigos, o jornal lançava o apelo à população em geral para colaborar na sua constituição, através do seguinte anúncio: “Em sua casa, na sua adega, encontrará com certeza um objecto interessante que não lhe fará falta e que pode enriquecer a colecção do «Museu do Vinho» - não demore em o oferecer, escrevendo para o nosso jornal.”²⁴³

A colaboração pedida aos leitores podia ser efectuada através da oferta de objectos diversos ligados à vinha e ao vinho que, eventualmente, as pessoas tivessem em seu poder, os quais poderiam ter perdido a sua utilidade em virtude do abandono de práticas antigas e da adopção dos novos processos cultura e produção.

Da leitura destes artigos depreende-se uma grande preocupação por parte deste grupo social²⁴⁴ ligado à cultura da vinha e do vinho em salvaguardar os vestígios de práticas antigas que se encontravam em plena transformação, em parte, devido à acção dos próprios organismos estatais de coordenação económica, neste caso específico da Junta Nacional do Vinho que tinha, entre outras funções, o objectivo de organizar o mercado, o que passava, necessariamente, pela modernização do Sector Vitivinícola.

Ao mesmo tempo dão uma imagem bem reveladora da importância que o *lobby* do vinho tinha no regime do Estado Novo, visto que a criação de um Museu do Vinho era tratado como uma obrigação nacional. Este seria mais um símbolo identitário do povo português. Não nos podemos esquecer que, na época, “beber vinho era dar de comer a um milhão de portugueses”.

Estes apelos, segundo as notícias veiculadas no referido semanário, foram bem aceites pela classe vinhateira e, de forma gradual, foi-se juntando um considerável espólio de peças com provável interesse museológicas, ligadas à vinha e ao vinho. As listas de ofertas eram, sistematicamente, divulgadas, assim como o nome dos seus

²⁴².A notícia intitula-se “O Museu do Vinho pode ser uma realidade inaugurada este ano” e diz: “Por isso lançamos o apelo aos que desejam ver o seu País progredir no meio dos povos civilizados – porque só povos civilizados têm museu e lhes dão valor.” *in Informação Vinícola*, nº 18 de 6 de Maio de 1940.

²⁴³ Este anúncio era publicado em paralelo com aos artigos sobre a criação do Museu.

²⁴⁴ Os redactores, muitos deles eram técnicos (engenheiros) da JNV

benfeitores. Com a constituição de espólio considerável e o entusiasmo que se presente nas notícias levavam a considerar que o Museu do Vinho estaria aberto ao público num curto espaço de tempo. Neste contexto, em Setembro de 1940, as notícias assinalavam que o problema da escolha do local estaria resolvido, conforme a notícia seguinte: “O Museu do Vinho será colocado em Torres Vedras.”²⁴⁵

Quando tudo parecia bem encaminhado e prestes a inaugurar-se o referido Museu, as notícias começaram a escassear, no final de 1940. No ano seguinte, foram publicadas apenas duas notícias no mês de Fevereiro. Uma sobre a constituição de comissões criadas, no âmbito das freguesias, para a angariação de peças, e outra sobre a listagem das ofertas ao Museu, cuja instalação seria concretizada brevemente.²⁴⁶ No entanto, esta expectativa não se verificou.

A partir de 1940 não foram publicadas mais notícias, e apenas em Dezembro de 1944 se voltou a falar sobre o Museu do Vinho. O assunto estava já a ser tratado no âmbito da Assembleia Nacional, pela voz do deputado, Dr. Rodrigues Cavalheiro. Este deputado, segundo o mesmo jornal, defendia na Assembleia, em “termos claros e peremptórios: Julgo igualmente do maior interesse aprovar a proposta pendente para a criação de um Museu do Vinho, a instalar numa das nossas regiões vinícolas, e para o qual existem elementos únicos, que dele fariam um mostruário curiosíssimo, sem igual em todo o mundo, e um forte motivo de atracção turística.»²⁴⁷

De facto, de acordo com a notícia publicada no semanário *Informação Vinícola* de 15 de Janeiro de 1945, que reproduz o artigo publicado no *Diário de Notícias*, de 29 de Dezembro, o projecto do Museu do Vinho português pretendia ultrapassar os seus congéneres de Beaune, na Borgonha, e o de Treves, no Reno, os quais eram

²⁴⁵ Cf., *Ob. Cit.*, nº 31 de 23 de Setembro de 1940, p.1. O artigo explica as vantagens da sua fundação do museu, naquela localidade.

²⁴⁶ Cf., “Uma ideia em marcha” e “Ofertas para o Museu do Vinho” *Ibidem*, nº 3, de 10 de Fevereiro de 1941, p.1 e p.4.

²⁴⁷ Cf. “Museu do Vinho” *Ibidem*, nº 26, de 25 de Dezembro de 1944, p.1.

considerados de “pequenos conjuntos de alfaias vinárias, de copos e de utensílios utilizados pelos vitivinicultores²⁴⁸”.

Neste contexto, o projecto do Museu do Vinho tinha um âmbito muito abrangente. Pretendia ser de cariz nacional e com a representação de todas as regiões, cujas características as diferenciavam umas das outras, que iam desde as “alfaias usadas na vinha ou na adega, ao traje regional. Do processo da cultura da vinha às práticas de vinificação,”²⁴⁹ bem como da “fisionomia topográfica e panorâmica ao tipo de construção.”²⁵⁰

De acordo com a descrição tratar-se-ia de um museu etnográfico do vinho, onde constariam também peças de arqueologia industrial referentes aos vários processos de transformação do produto, tal como acontece no actual museu do vinho.

O Museu devia contemplar um centro de documentação, ou uma “biblioteca da especialidade”, onde deviam estar incluídos desde “os velhos pergaminhos e iluminuras, [a] cartas régias, forais, costumes municipais, reclamações em cortes, [a] literatura dos maiores nomes da nossa galeria de escritores de todos os tempos (...) às artes plásticas.”

²⁵¹ Além disso, devia ter os mais variados utensílios representativos de todas as épocas de forma a ilustrar uma actividade ancestral e anterior à fundação da própria nacionalidade.

Esta foi a última notícia divulgada naquele órgão de informação. Não conseguimos encontrar quaisquer explicações para o silêncio que se seguiu sobre o assunto. Não podemos esquecer que tinha eclodido a segunda guerra mundial desviando as atenções para outros problemas mais graves.²⁵²

²⁴⁸ Cf. “A propósito do «Museu do Vinho»” *Ibidem*, nº 1, de 15 de Janeiro de 1945, pp.1-2.

²⁴⁹ Cf. “O Museu do Vinho pode ser uma realidade inaugurada este ano” *Ibidem*, nº 18 de 6 de Maio de 1940, p.1.

²⁵⁰ *Ibidem*. O factor paisagístico estava já contemplado, como elemento de interesse museológico.

²⁵¹ Cf. “A propósito do Museu do Vinho.” *Ibidem*, de 15 de Janeiro de 1945.

²⁵² Apenas se pode conjecturar, visto que este assunto se encontrava já no âmbito da Assembleia Nacional. Talvez o adiamento se deva à conjuntura difícil da 2ª Guerra Mundial, os poderes políticos tivessem secundarizado o assunto.

Em 1962, nas *Jornadas Vitivinícolas* realizadas aquando das comemorações do XXV aniversário da Junta Nacional do Vinho, surgiu uma comunicação na qual é retomada a necessidade da criação de um Museu Português do Vinho, cujo autor, D. Sebastião Pessanha, defendia:

“Decorridos já tantos anos não importa averiguar porque motivo o alvitre [criação do Museu] não encontrou o esperado acolhimento das autoridades competentes, quando é certo que, entretanto, foram reconstituídos os quatro museus alemães da especialidade, desmantelados ou pilhados, durante a última guerra, do mesmo modo que, em França, os de Épernay e de Beaune, todos agora instalados segundo as regras da moderna museologia. (...) A inclusão nestas «Jornadas» de uma secção designada por «O Vinho na História, na Literatura e na Etnografia», é, quanto a mim, índice seguro de que, através dela se procura reunir elementos que poderão servir de base a uma campanha cultural (...) que culminaria com a criação do Museu Português do Vinho, lacuna imperdoável no país vinhateiro que é Portugal.”²⁵³

Mesmo após este apelo não houve quem continuasse a defender o projecto publicamente. Assim, a criação do Museu do Vinho não se concretizou, apesar de existência de um grande conjunto de ofertas que ficaram à guarda da JNV.

Só anos mais tarde é que o Museu do Vinho foi criado de forma muito peculiar e sem nada a ver com o projecto anterior.

Face ao desinteresse dos organismos competentes, a fundação do Museu foi fruto das circunstâncias e efectuada sem formalidades ou projectos prévios, a partir da ordem para deitar peças antigas no lixo e pela iniciativa de um funcionário da Junta Nacional do Vinho. Sobre esta questão, vale a pena reproduzir a entrevista com Paixão Marques, bastante elucidativa:

“Manuel Augusto Paixão Marques nasceu em Santarém há 78 anos. Hoje, é o segundo ex-funcionário mais antigo do Instituto da Vinha e do Vinho. Desde 1949 até 1992

²⁵³ D. Sebastião Pessanha, “A Etnografia no Museu Português do Vinho” in *Jornadas Vitivinícolas 1962*, Vol. V, Edição dos Anais da J.N.V., Lisboa, 1962, pp.279-282.

dedicou-se a esta instituição. Em 1963 foi destacado para o distrito de Leiria. Hoje é conhecido como o grande obreiro e autor do Museu Nacional do Vinho, em Alcobaça. Os seus olhos enchem-se de tristeza e alegria quando olha para a sua obra. Tristeza de ter sido "expulso" da sua "casa" e alegria por ter conseguido criar e fazer crescer o seu quarto "filho". Os melhores dias da sua vida são aqueles que passa neste museu.

Como começou a trabalhar na Junta Nacional do Vinho? Estudava na Escola Agrícola de Santarém, o meu pai era tesoureiro da Câmara Municipal, depois morreu e tivemos algumas dificuldades. Foi quando entrei para a JNV, graças a uns colegas que me ajudaram. Naquela altura ganhava 11 escudos por dia, com o serviço de analista nos armazéns de Santarém. Ao mesmo tempo terminei o curso. Durante dois anos estive lá, depois andei um pouco por todo o País. Regressei à Junta Nacional do Vinho em 1949.

Quando veio para Alcobaça? Em 1963 fui destacado para a delegação de Leiria que tinha três armazéns em Alcobaça, Batalha e Leiria, com uma capacidade para 34 milhões de litros de vinho. Chegou a estar completamente cheia, durante anos. Tínhamos um grupo de trabalhadores de armazém. O chefe de armazém era Domingues Gomes Vital de quem eu não esqueço porque foi ele o grande impulsionador e obreiro do Museu do Vinho.

Conte-me a história deste Museu Nacional do Vinho? A história do Museu é engraçada. Este espaço era do Dr. José Duarte Raposo de Magalhães, (e da JNV) desde 1948, uma pessoa por quem eu tenho muito respeito, um colecionador de cursos. Tinha a melhor adega do País, apetrechada com tudo tecnicamente necessário para fazer bons vinhos. Exportou aguardentes e vinhos "Jem" para o Brasil, Espanha e África. Foi o primeiro, segundo me constou, que teve um pasteurizador de vinho, uma revolução extraordinária. Mas foi uma das peças que, quando eu cheguei, já cá não estava.

A estrutura do Museu, no fundo, já existia. Sim. Existia tudo, excepto a caldeira e alguns balões. Até as dependências eram do tempo do Dr. José Duarte Raposo de Magalhães. Era um homem extraordinário.

O que é que ele fez que mais o espantou? Ele era biólogo e tinha a noção perfeita da higiene. Em todas as adegas ele tinha uma bacia e uma torneira para as pessoas lavarem as mãos e os pés, sujos de pisar as uvas, e mandou fazer um cacifo pequenino ao lado de todas as bacias para pôr o sabão. É das coisas mais encantadoras que conheço no Museu. Era preciso ser um homem extraordinário, com uma noção de higiene e de tudo quanto era belo para fazer isso.

Quando é que surgiu a ideia de fazer o Museu? Em 1966, os serviços centrais de Lisboa mandaram para todos os delegados uma comunicação a ordenar a recolha de todo o material antigo que não estivesse ao serviço para ir para o ferro velho. Eu disse ao Domingues Vital para o fazer. Quando fui ver as peças, só dizia "isto não pode ir para o ferro velho, ponha isto lá para cima, olhe ponha mais isto e aquilo...". Eram peças muito valiosas da história do vinho.

Começaram a expor as peças? Sim. Concordámos logo que isto parecia um museu. "Vamos fazer um museu!" Não havia nenhum Museu do Vinho no País.

O Museu tinha peças de todo o País? Inicialmente eram apenas peças da região de Alcobaça, aquelas que já cá estavam. Quando isto começou a ter um certo incremento, pedi aos meus colegas que estavam espalhados por todo o País para me encontrarem peças sobre a vinha e o vinho. Eles vinham cá, chamavam-me lunático, mas traziam peças. Assim fizemos o Museu Nacional do Vinho. Um colega que era inspector-técnico mandou fazer miniaturas de tonéis de madeira e de utensílios que a Junta Nacional do Vinho tinha.

Foi difícil comprar peças? Tivemos uma dificuldade muito grande. Não podíamos comprar peças com um valor superior a quinhentos escudos, sem ir primeiro a concurso. Recordo-me que uma vez nas antiguidades dos Casais de Santa Teresa vi um centro de mesa lindo, em mármore, com uma ramagem de videira, com frutos. Pediram-me cinco contos e eu não pude comprar. Fui a Lisboa pedir autorização, mas mais uma vez chamaram-me maluco.

Perderam-se muitas peças por causa desses obstáculos? Sim. Podíamos ter comprado muito mais peças para que isto fosse um museu mais rico. Não aceito que nunca me tenham dado um subsídio para comprar peças para o Museu. Não há nada pior para este ou qualquer outro museu do que as burocracias. Quantas vezes comprei peças com dinheiro do meu bolso.

Teve o apoio necessário para fazer o Museu e comprar as peças? Ninguém me deu apoio nenhum. Arranjámos dinheiro com a venda de vinhos da adega, depois escrevi para uma série de adegas cooperativas a pedir para mandarem à consignação garrafas para vendermos. Havia situações engraçadas porque os turistas perguntavam à entrada quanto é que se pagava para visitar o Museu e eu dizia que podiam pagar à saída porque iam à adega dos tonéis e compravam garrafas.

Conseguiu muito dinheiro? Cerca de seis mil contos que foram enterrados no Museu. Todas as obras que aqui estavam até eu me ir embora foram feitas com o dinheiro da venda das garrafas de vinho, vendidas pelo triplo do preço. Lembro-me uma vez de vir aqui um casal de turistas franceses comprarem uma garrafa de vinho por 80 escudos, foram ao supermercado e estava a 75 escudos. Vieram logo reclamar. Quando lhes expliquei que era a forma de eles pagarem a entrada no Museu, gostaram da ideia e acabaram por comprar mais duas garrafas.

E a autarquia? Tive uma grande ajuda da Câmara de Alcobaça, principalmente do então presidente, Rui Coelho. Ele era amigo e ajudou-nos muito. Abrimos depósitos que estavam fechados com vinho, para fazer salas de exposições. Mas havia quem me olhasse de outra forma porque eu era regente agrícola, tinha um curso médio e os elementos das entidades oficiais tinham cursos superiores. Eu era olhado com uma certa distância.

Que recordações tem destes anos de dedicação ao Museu? Tenho muitas. Tantas que já nem me lembro. Um dia uma excursão de doze vitivinicultores alemães vieram visitar o Museu e no fim foi-lhes servido, na taberna, um beberete. Só disseram a um funcionário, que falava alemão, para dizer ao chefe que "nós conhecemos quase todos os museus do Mundo, mas este é o melhor porque está localizado no sítio próprio porque foi aproveitada a adega", enquanto os outros museus foram feitos de raiz, em cimento armado.

O Museu Nacional do Vinho está no local perfeito? O Museu está localizado num sítio onde já se fazia vinho. Lá em cima recebia as uvas tintas, depois vinha por gravidade o mosto e o bagaço. Aquele homem era excepcional. Foram estas pequenas coisas que me foram motivando. A Junta Nacional do Vinho perguntou-me porque é que eu não fiz um museu em Santarém, onde nasci. Primeiro porque já não vivia lá, segundo porque todos os edifícios da Junta foram feitos de raiz. Esta era uma adega antiga, aproveitada para um armazém. Já por si era um museu. Tinha uma história que as outras não tinham.

Como é que vê esta obra? Não está devidamente organizada porque eu não tenho qualquer noção de museologia. Muitas coisas foram colocadas de qualquer maneira. Ia-se expondo consoante se tinha.

É importante o trabalho que está a ser feito no Museu? Está-se a fazer um trabalho de museologia correcto porque disso não percebia nada. O que fiz aqui foi pôr as peças a meu belo prazer, expostas de qualquer maneira. Eu admito que amanhã eu chegue aqui e alguém me diga que as peças não deviam estar no sítio em que estão e eu concordo. Não concordava era que me proibissem de comprar fosse o que fosse para o museu, com dinheiro que tinha sido ganho por mim e por eles.

Passou aqui muito boas horas? Perdi aqui muitas horas e muitos serões, eu e o Domingues Vital que morava nesta casa. Nunca fiz nada sozinho, nem impus nada. Pedia a opinião a todos, até aos funcionários de armazém. Tive muita sorte porque tinha trabalhadores excepcionais. Todos eles têm uma adoração especial por isto. Não são devidamente compensados, mas têm uma adoração e um amor a esta casa.

Tem saudades? Recordo tudo com muita saudade. O que mais me custou foi abandonar este Museu, da maneira como fui obrigado a deixar. Muitas pessoas, que aqui vieram, me elogiaram. Gosto pouco de elogios, mas também sou vaidoso. Todo o ser humano é. Tive muita gente que me felicitou pela ideia e pela obra que aqui está.

Ficou até quando? Até 1992, altura em que me puseram na rua, não por fazer má figura mas porque era velho. Nessa altura reformei-me, com muita pena e principalmente pena disto que era o meu quarto filho. Chocou-me tudo isto e fui muito mal tratado depois de estar reformado porque eu nunca pensei abandonar o Museu.

Mas agora vem ao Museu? Felizmente agora entrou uma direcção nova, de pessoas decentes, dignas e pelas quais eu tenho a maior consideração. Pediram-me que desse uma ajuda para organizar o museu. Disse logo que sim, sem qualquer proveito porque só me pagam as despesas de deslocação e alimentação. Tudo porque adoro isto. Isto é a paixão do Paixão! Os dias da semana em que eu vivo mais satisfeito são passados aqui.

Valeu a pena todos os dias que aqui passou? Valeu a pena. Percorri todo o País pela grande parte das casas de velharias e antiguidades à procura de peças. Sempre tive a mania dos museus. Se não me tivesse vindo embora, tinha feito um museu em Santarém, com um colega meu, o Celestino Graça. Seria o Museu da Agricultura em Santarém. O antigo matadouro é muito engraçado e muito antigo e é um espaço excelente para se fazer um museu. Mas depois vim para aqui.

Como é que olha para o Museu em Alcobaça? Houve um período em que olhei com muita tristeza porque fui posto na rua, sem me perguntarem nada. Estive oito anos sem vir aqui. Depois da obra feita todos são capazes de fazer, mas antes é mais complicado. O que me entristeceu muito foi dizerem-me que estava proibido de comprar fosse o que fosse para o Museu, no dia em que eu trazia um quadro para oferecer. Foi o que mais me custou. Nunca esperei que me dissessem isto. Agora olho com mais satisfação.

O que deseja para o futuro deste espaço? Muita coisa, muita, muita. Falta uma biblioteca, que já está a ser montada. Falta muita peça que se está a perder por essas aldeias. Falta, acima de tudo, uma pessoa que esteja à frente disto com conhecimentos. Os que aqui estão agora fazem o seu trabalho e um dia vão-se.

Já alguma vez quiseram fechar o Museu do Vinho? No início do Museu vieram uns engenheiros agrónomos de Lisboa, recomendados pela Junta Nacional do Vinho, ver se este museu podia ir para Colares. Como eu tinha uma certa confiança com eles, disse-lhes que só se fosse por cima do meu cadáver. Lisboa já tem muito museu e não precisa de mais para atrair os turistas. Temos de descentralizar. Alcobaça tem o Mosteiro que é o ex-libris da cidade, mas se tiver o Museu do Vinho também não faz mal porque é uma das regiões mais antigas de vinho e está num circuito turístico importante, o de Lisboa, Nazaré, Alcobaça, Batalha e Fátima

Defina o Museu. É difícil. Diria que, sendo Portugal um País por excelência vinícola, mal estaria se não tivesse um Museu do Vinho. Se me perguntar se não havia de ter havido outro antes deste. Sim, claro. Seria o do Vinho do Porto, mas do Douro, na Régua porque têm condições para o fazer. É praticamente o único vinho português conhecido no Mundo inteiro. Lá, devia ter sido o primeiro. Não o fizeram, agora façam-no.

Como convidaria alguém a visitar o Museu? Fui cicerone durante todos estes anos, nunca precisei do pergaminho para explicar nada a ninguém. Portugal é o País que melhores vinhos tem no Mundo e com maior diversidade. Portugal tem o vinho verde que até há pouco tempo era o único no Mundo, tem o vinho do Porto que é o único daquele tipo no Mundo, tem vinhos comuns em Trás-os-Montes que são muito bons, nas Beiras, no Dão, na Bairrada, na região Oeste. Temos ainda os vinhos do Ribatejo, do Alentejo e até os algarvios têm vinhos maravilhosos. Portugal é um País vinícola por excelência. Se as produções de vinho fossem bem controladas e feitas com um certo rigor chegava para nós vivermos.

Como é que era a vinicultura antiga? Hoje a rapaziada moderna não faz ideia do que era a vinicultura. Julgam que era tudo um mar de rosas. A agricultura está a ser abandonada porque ninguém quer trabalhar no campo, todos querem trabalhar na cidade. Andar com a canhota (enxada) pesa um bocadinho e cansa. O trabalho de uma vinha era árduo, toda a agricultura era árdua. Agora tudo é mecanizado, passa a ser uma brincadeira. É necessário que os novos e os vindouros se apercebam de como, antigamente, se trabalhava. **Se não houver um museu com umas fotografias que mostrem às pessoas como era há cinquenta anos, perde-se a história de Portugal.”**
254

A entrevista é de tal forma clara que não precisa de comentários, apenas sublinhar a última frase pela oportunidade e actualidade.

3.2- A criação do Museu Nacional do Vinho

Neste contexto, o Museu Nacional do Vinho encontra-se instalado em Alcobaça, nos antigos Armazéns da JNV. As instalações são constituídas por uma antiga Adega que José Eduardo Raposo de Magalhães mandou edificar, em 1875, com o objectivo de desenvolver a vinicultura da região.

Alcobacense ilustre, de índole generosa e personalidade multifacetada, este vitiviniculor licenciou-se em Engenharia Militar, na Escola do Exército de Lisboa; formou-se também em Filosofia e Matemática, em Coimbra. Dedicou-se à música como amador, mas foi a sua dedicação à Agricultura que o notabilizou na região.

²⁵⁴ Patrícia Leal, “Paixão Marques, fundador do Museu do Vinho” in www.tintafresca.net acedido 20 de Março de 2007.

Responsável pela fama e desenvolvimento da vitivinicultura de Alcobaça, aplicou a tecnologia mais avançada do seu tempo na construção da sua adega, patente ainda hoje na qualidade dos materiais, na racionalidade dos espaços e nas condições de higiene preconizadas.

Em 1948, a Junta Nacional do Vinho adquiriu aos herdeiros de José Eduardo Raposo de Magalhães a referida adega, bem como os terrenos adjacentes, onde passaram a funcionar a Adega Cooperativa e os Armazéns da Junta Nacional do Vinho. Estes últimos foram devidamente modernizados e ampliados, com a construção de depósitos tipo “*airform*”, em Alcobaça.

A partir de 1968, por causa do encerramento de alguns dos armazéns, o delegado da Junta Nacional do Vinho em Leiria, Manuel Augusto Paixão Marques, pessoa de grande sensibilidade para a conservação patrimonial, foi encarregado de dar início à recolha de material vinário disperso nos vários serviços, ao longo de todo o país. Este funcionário rapidamente se apercebeu do valor museológico de algumas peças, razão pela qual e também por razões logísticas as foi reunindo em Alcobaça, dando início à formação do Museu.

Mais tarde, ao tomar conhecimento da existência de alguns caixotes no Armazém de Braço de Prata com os objectos provenientes do apelo feito à vitivinicultura nos anos de 1939 e 1940, através do semanário *Informação Vinícola*, incorporou no Museu as peças encontradas. Devido à falta de condições, muitas das peças tinham-se deteriorado, como foi o caso dos trajos regionais. Outras peças de maior valor, mencionadas nas listas de ofertas, não apareceram.

Em 1976, com a passagem da adega cooperativa para as novas instalações e correspondente desactivação das adegas e depósitos, por iniciativa própria, Paixão Marques, procedeu à organização dos diversos espaços museológicos. Ciente do valor histórico, científico e etnográfico das peças que constituíam o espólio das próprias instalações e das peças reunidas, foi dando início a uma colecção única e preciosa,

enriquecida com doações e material posteriormente adquirido em antigas adegas e antiquários, que sistematicamente percorreu e investigou, em permanente busca, como todo o verdadeiro colecionador deve fazer.

Embora sem abertura oficial, o Museu abriu as suas portas aos visitantes em 1983, data em que iniciou o livro de presenças.

A partir de 1986, com a Organização Comum do Mercado do Vinho resultante da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, foi criado o Instituto da Vinha e do Vinho, organismo que herdou o património da extinta Junta Nacional do Vinho. É então que o Museu Nacional do Vinho, em Alcobaça, abrirá as suas portas ao público de forma oficial, ocupando um núcleo de edifícios de indiscutível interesse arquitectónico e reunindo o mais importante espólio vitivinícola existente em Portugal.

Este espólio, cujo estudo e tratamento museológico se encontra por fazer,²⁵⁵ representa o testemunho da evolução do sector vitivinícola de grande parte do último século.

Numa exposição de carácter permanente, conta com um acervo constituído pelas pré-existências do museu e de outras peças recolhidas, compradas ou oferecidas, num total de cerca de dez mil peças distribuídas pelas várias instalações coevas da primitiva adega, tais como: Adega dos Balseiros, Adega dos Depósitos, Adega dos Vinhos Brancos, Adega dos Vinhos Tintos, Adega dos Tonéis e Destilaria. Existem ainda nos chamados anexos, uma Abegoaria, Oficina de Tanoaria, uma antiga Casa da Malta e uma Taberna.

Adega dos Balseiros: nesta Adega existem catorze balseiros, construídos entre 1947 e 1948, com capacidades compreendidas desde os 9.300 a 15.300 litros, que durante três décadas foram utilizados na fermentação de uvas tintas recebidas pela

²⁵⁵ Com excepção de cerca de 600 peças tratadas e informatizadas por estagiários de museologia contratados no âmbito do protocolo com o IIEFP durante os anos de 2000 a 2003.

Adega Cooperativa de Alcobaça. Neste espaço existem ainda duas prensas móveis, um esgotador horizontal, duas balanças de armazém, uma balança de pesar cascos e um filtro de placas.

Adega dos Depósitos: esta Adega é constituída por dezoito depósitos em cimento armado, com capacidades entre os 19.000 e 50.000 litros, e que foram abertos para se criarem espaços expositivos. Assim, este percurso inicia-se com a representação de uma “meia laranja” ribatejana,²⁵⁶ constituída por enxadas, ancinhos, algumas cepas, panelas, gamela, canecos, entre outros objectos.

Nos dois espaços contíguos destacam-se algumas peças destinadas ao tratamento das vinhas, tais como: sulfatadores, torpilhas e enxofradores de fole. O núcleo seguinte é dedicado ao material de laboratório e finaliza com a mostra de uma colecção de material vinário em miniatura.

Este sector abre-se para um corredor, onde se destacam, entre outros objectos, onze talhas alentejanas em barro, sendo as mais antigas datadas de 1828 e 1858. Estas talhas são originárias de casas agrícolas da região de Reguengos de Monsaraz;²⁵⁷ existem ainda várias tesouras de poda de diferentes modelos, vários utensílios de laboratório, dois cartazes emblemáticos do Estado Novo, com os famosos slogans de propaganda “*Beber Vinho é dar pão a um milhão de portugueses*” e “*Comam uvas, bebam vinho. Quem beber vinho contribui para o pão de mais de um milhão de portugueses*”;²⁵⁸ uma placa de sarro extraída de um tonel que conteve 25 colheitas sem ser descerrado.

Ainda neste espaço encontra-se em exposição uma moto de marca *Harley Davidson* de 1939,²⁵⁹ conforme descrita no capítulo anterior referente ao serviço de fiscalização da ex-Junta Nacional do Vinho, transportando uma mala devidamente

²⁵⁶ Designação atribuída devido à forma dada ao espaço onde as peças se encontra.

²⁵⁷ Sabe-se apenas a região. As talhas pertencem às pré-existências da adega uma vez que já faziam parte das instalações quando a JNV as adquiriu.

²⁵⁸ Figs. 1 e 3, do Anexo I – Propaganda.

²⁵⁹ Figs. 3-4, do Anexo II – Museu.

equipada com utensílios enológicos que serviam para a detecção de anomalias ou fraudes dos produtos vínicos. Esta peça representa um pólo de atracção para os visitantes do museu, com especial destaque para os *motards*.

Adega dos Tonéis: esta Adega conta com um conjunto de dezassete tonéis, na sua maioria construídos em madeira de carvalho, cujas capacidades variam entre os 2.500 e 23.577 litros, utilizados na conservação e envelhecimento de vinhos especiais. Existe ainda um conjunto de filtros de diversos modelos, em que o mais antigo, do tipo Gasquett, data do início do século XX.

Adega dos Vinhos Brancos: possui um lagar de grandes dimensões que recebia as uvas brancas e eram encaminhadas para um esmagador. Tem também um pequeno lagar utilizado para a esprema de bagaços. Aqui encontram-se expostos, entre outros objectos, mais um conjunto de cinco talhas em barro alentejanas, utilizadas em operações de fermentação e na conservação dos vinhos, contendo, a mais antiga, a data marcada pelo oleiro de 1620,²⁶⁰ bem como duas prensas manuais com cincho de madeira, uma prensa de vara e fuso, duas prensas hidráulicas, um elevador de cascaria que tem a particularidade de ser modelo único porque construído para funcionar nesta adega, e ainda um esmagador-desengaçador, exemplar raro e muito antigo.²⁶¹

Adega dos Vinhos Tintos: instalada no piso superior, a fim de aproveitar o declive, esta Adega possui cinco lagares construídos em alvenaria. Cada um possui uma janela por onde eram descarregadas as uvas tintas para um esmagador-desengaçador móvel. Este encontra-se instalado sobre duas vigas de madeira, a fim de permitir a recepção de uvas nas várias janelas para aquele ou qualquer dos outros lagares. O mosto corria, por força da gravidade, para tonéis instalados na dependência inferior. Os bagaços eram lançados da mesma forma através de uma prensa construída propositadamente.

²⁶⁰ Mesmo que nota antepenúltima.

²⁶¹ Como já se disse o tratamento das peças encontra-se por fazer e por isso não existe indicação da proveniência, mas como se tratam de peças muito antigas depreende-se que sejam anteriores à aquisição das instalações pela JNV.

Neste local, existem, ainda, um par de alambiques de fabrico nacional, sendo o mais antigo datado do século XVIII, uma colecção de canjirões em cerâmica também de fabrico nacional e alguns de Columbano Bordalo Pinheiro, centenas de garrafas oferecidas pelos produtores, grande parte com mais de 70 anos. Um conjunto de medidas antigas de metal, provenientes do Arsenal Real do Exército, datadas de 1818 e mandadas fazer no reinado de D. João VI, aquando da uniformização de pesos e medidas portuguesas, e ainda uma mesa com vários arrolhadores acoplados.

Destilaria: este edifício foi concebido para receber os aparelhos de destilação, meios indispensáveis para o complemento das acções da Junta Nacional do Vinho no descongestionamento das colheitas superabundantes e também para a produção de aguardentes, que se destinavam ao benefício da produção do vinho do Porto. Assim, nesta estrutura com grandes janelas que lhes confere uma luminosidade intensa, podemos observar duas caldeiras de destilação com as respectivas colunas de rectificação. Este local tem boas características que poderiam ser aproveitadas para ser instalada uma sala de degustação.

Abegoaria: é um anexo que contempla uma colecção de veículos antigos de tracção animal, constituída por galeras de tracção bovina, muar ou cavalar utilizados no transporte de uvas, do vinho e de trabalhadores rurais. Representam a memória de uma época caracterizada pelas dificuldades de acesso e dureza dos caminhos e que levaram à sua utilização, quase até aos nossos dias. Para além desta colecção, contempla também algumas alfaias agrícolas, tais como arados de vários tipos utilizados nos granjeios da vinha, e um aranhol utilizado no transporte de cascos, na região do Ribatejo.

Tanoaria: também parte do anexo, onde se encontram expostas diversas ferramentas usadas pelos tanoeiros no fabrico de vasilhas e tonéis. Contém uma cisterna, que quando aquecida servia para mergulhar as madeiras e torná-las maleáveis. Existem ainda algumas aduelas e fundos de cascos, uma colecção de arcos de diversas

medidas, bem como plainas, bigornas, bancos de raspilha, um baixete e um macaco de bastir.

Casa da Malta: mantém as características do início do século XX, altura em que recebia os trabalhadores sazonais oriundos de outras regiões, e que se deslocavam em ranchos para participarem nas vindimas. Contém duas tarimbas com palha, que serviam de dormitório, e um considerável conjunto de peças do quotidiano. Tem, igualmente, diversas alfaias agrícolas inerentes a estes imigrantes sazonais, nomeadamente, enxadas, ancinhos, gadanhas, etc.

Taberna: trata-se de um espaço fresco e escuro, praticamente sem janelas. A taberna era o local de sociabilidade por excelência, onde se conversava, se bebia, e se jogava, nomeadamente, às cartas, ao dominó e às damas. Trata-se de uma recriação das antigas tabernas portuguesas. Aqui encontram-se reunidas inúmeras peças que fazem parte do próprio imaginário, tais como, as mesas compridas e os tonéis de onde se servia o vinho.

Destaca-se, de entre as peças expostas, um quadro de um abade cozinheiro cisterciense cuja Ordem estava sedeadada no Mosteiro de Alcobaça, onde desde cedo, os monges se dedicaram à viticultura e enologia na região, fazendo com que os seus vinhos ganhassem fama «extra-muros».

3.3 - Os edifícios também são património

Os próprios edifícios que integram o Museu Nacional do Vinho²⁶² fazem parte do espólio patrimonial. Como já foi referido, estes edifícios foram mandados construir por José Eduardo Raposo Magalhães em 1875, e constituem um testemunho da traça arquitectónica da época e uma autêntica obra de engenharia civil, pela inovação do aproveitamento dos espaços para um determinado objectivo.

²⁶² Ver fotografia da 1ª página do Anexo IV – Museu

Para além dos espaços que já foram descritos para as diversas funções, importa salientar o aproveitamento do declive natural do terreno para a construção de lagares na parte superior, os quais foram protegidos com um lambrim em azulejo para uma maior higienização. Para o mesmo efeito foram instaladas torneiras de água em todas as dependências, com as correspondentes pias em alvenaria. As extremidades das traves mestras das adegas dos tonéis e balseiros foram aproveitadas para a colocação de roldanas e peleias laterais que permitiam escorrer obliquamente as mangueiras de trasfega e evitar que prejudicassem o acesso às portas situadas na parte inferior.

A água utilizada nas caldeiras provinha do rio Alcoa. Dada a necessidade dos rescaldos das destilações terem de ser diluídos para evitar a poluição das águas do rio, foi construído um poço situado a cerca de 100 metros do mesmo servindo de reservatório de água e que corria por um canal ligado à conduta dos esgotos das caldeiras e adegas. Desta forma, os produtos poluentes diluíam-se na água que vinha do depósito e só depois eram lançados ao rio.

3.4 - Espólio e futuro do Museu

O espólio do museu é constituído por peças de cariz etnográfico e de arqueologia industrial, como são os diversos equipamentos tecnológicos relativos à produção e transformação de vinho, como por exemplo, as destilarias, os concentradores de mosto, os esgotadores, etc.

Actualmente fazem parte do Museu Nacional do Vinho as peças que já se descreveram, as quais na sua grande maioria, se encontram situadas nos locais da adega onde desempenharam as funções originais, o que facilita a sua compreensão. Por isso, ao colocar as peças *in-situ*, considera-se este Museu um local de história e de memória viva na lembrança de quem lá trabalhou e até de quem hoje o visita, pois é notória a

interacção da exposição com o público que “demonstra um inequívoco saber prático em relação às peças que em tempos foram instrumento do seu trabalho.”²⁶³

Paralelamente, existem outras peças oriundas de praticamente todo o país, o que lhe confere um carácter nacional pela sua representatividade. Além disso, contempla várias peças de cariz histórico já mencionadas, tais como as medidas de metal (ou canadas) de 1818, ou a colecção de talhas alentejanas, sendo que a mais antiga datada de 1620. Possui, ainda, um espólio de milhares de rótulos de todo o país de diversas marcas e regiões, do qual foi cedida uma colecção de rótulos de vinhos do Porto para o Museu do Vinho do Porto entretanto constituído, no âmbito municipal. Existem reproduções de quadros alusivos à vinha e ao vinho sem autoria, vários exemplares de diplomas de vinhos premiados muito antigos, para além de inúmeros objectos, máquinas e equipamentos, que não podemos descrever no âmbito deste trabalho.

Em conclusão, este foi um dos primeiros museus ligados à vinha e ao vinho, a abrir as suas portas ao público. É um museu temático com um dos acervos mais ricos do país, que já serviu para doar, ceder ou emprestar a outros museus regionais que, entretanto, se foram fundando um pouco por todo o país.

Apesar do seu património constituir uma componente importante da memória da vitivinicultura nacional de um determinado período histórico, o IVV pouco investiu neste projecto.

Por falta de recursos humanos, a grande maioria das suas peças encontram-se por inventariar, apesar da existência de um programa informático adquirido para esse efeito. O Museu também nunca teve uma existência formal. Existe de facto mas não está contemplado na lei orgânica do organismo a que pertence. As várias presidências que passaram pela instituição nunca assumiram verdadeiramente o museu, pois isso implicaria a alteração da lei orgânica, a constituição de um quadro específico e,

²⁶³ Alberto Damas Guerreiro, Susana Agostinho, *Museu Nacional do Vinho: Relatório Preliminar: o ponto da situação*. Alcobaca, 2002, p.32.

logicamente, também de um orçamento. Mas também não tinham a coragem para o fechar.²⁶⁴

A sua criação foi fruto do acaso e sobreviveu devido à dedicação dos funcionários, visto que o apoio tem sido escasso por parte do organismo que o herdou. Com o PRACE,²⁶⁵ o Museu fechou as portas, acontecendo aos funcionários o mesmo destino que aos outros ligados ao arquivo e à biblioteca.

4. – Património edificado

O património imóvel herdado pelo IVV foi construído pela Junta Nacional do Vinho para o desempenho cabal das funções que lhe estavam atribuídas conforme análise do capítulo anterior. A preocupação de adquirir e/ou construir este vasto património remonta à criação da Federação de Vinicultores do Centro e Sul de Portugal (FVCSP) e encontra-se registada nos diversos livros de actas do Conselho Geral e do Conselho Administrativo, bem como nas Actas do Conselho Técnico e da Comissão de Obras, no que se refere à aquisição, construção e apetrechamento dos edifícios.

Na sequência do processo de adesão de Portugal CEE – Comunidade Económica Europeia, o património edificado pela JNV, foi perdendo utilidade e, de forma gradual, foi desactivado, e abandonado.

Neste contexto, o conjunto de edifícios criado com um determinado objectivo, que desempenhou uma função técnico-científica ao contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de um dos poucos produtos viáveis nacionais, perdeu a sua utilidade.

²⁶⁴ Quando questionados sobre o assunto diziam que o “IVV não tinha vocação para ter um museu.”

²⁶⁵ O PRACE deu-lhes finalmente o pretexto para o encerramento do museu.

O abandono e a degradação fazem parte das notícias regionais.²⁶⁶ As instalações são constantemente vandalizadas, o que obrigou o IVV a intervir e mandar proceder ao desmantelamento das peças de maior valor, como foi o caso das destilarias que, face ao valor do cobre, material de que são feitas, atraíam a cobiça dos “amigos” do alheio.

Nestas circunstâncias, embora se reconheça que nem tudo pode ser reutilizado e/ou qualificado como património, pensamos que seria importante salvaguardar parte deste património em memória do seu passado, como por exemplo, através das hipóteses de utilização que o projecto de Almeirim reapresenta.

4.1 – Hipóteses de requalificação e reutilização

Ao longo dos anos foram surgindo hipóteses pontuais para a requalificação e reutilização de determinados edifícios do património herdado da JNV, mas nenhum projecto com uma visão de conjunto.

As soluções têm andado ao sabor da visão política dos governantes que, ora se interessam pelo assunto do património tentando dar-lhe um rumo, ora se desinteressam, sem chegar a lado nenhum.

Encontram-se neste caso os projectos de reutilização de algumas instalações do IVV, que assumem o carácter de cripto-projectos, servindo, no entanto, como hipótese para a requalificação e reutilização deste património.

Assim, nos finais dos anos 90 o IVV, politicamente mais sensibilizado para os problemas patrimoniais e culturais decidiu preservar e tornar disponível o valioso espólio herdado da JNV.

²⁶⁶ Ver Recortes de Imprensa no Anexo VI.

Nesse sentido, foi concebido um projecto global que visava criar vários núcleos ou centros históricos vitivinícolas que esperava implementar em zonas de forte tradição nesse sector. Com esse objectivo tornava-se necessário que houvesse uma convergência de factores, tais como a existência de instalações com características arquitectónicas que o justificassem e entidades locais interessadas no desenvolvimento do projecto.

Encontravam-se nesta situação os armazéns de Almeirim, cujas instalações remontam à data da FVCSP. Assim, foi naquele local que se procurou implementar o primeiro caso concreto do projecto referido, que se decidiu chamar: O Centro Histórico Vitivinícola Nacional de Almeirim²⁶⁷.

4.2. – Centro Histórico Vitivinícola Nacional de Almeirim

O projecto do Centro Histórico Vitivinícola previa a constituição de um conjunto de quatro núcleos fundamentais: Museu, Centro de Documentação Histórica, Enoteca e Oficina.

I – O Museu:

Seria o núcleo central deste conjunto e ocuparia grande parte do armazém central das instalações. Este núcleo desenvolver-se-ia, fundamentalmente, a partir da reconstituição de uma das primeiras adegas cooperativas, construída pela FVCSP em 1935, e que ali funcionou. Esta seria uma das componentes regionais mais importantes a explorar no contexto histórico da evolução do sector.

Teria como principal objectivo a preservação e divulgação do património que o iria constituir. Possibilitaria também a dinamização de uma série de outras actividades paralelas, tais como as exposições temporárias, e/ou acções de carácter pedagógico, entre outros eventos.

²⁶⁷ Projecto apresentado em Março de 1999, onde a autora deste trabalho esteve presente.

II – O Centro de Documentação Histórica:

Para este centro, estava previsto o tratamento do arquivo do IVV, (outro problema pendente) incluindo a herança documental dos organismos que o precederam (FVCSP e JNV, para além de outra documentação oriunda dos grémios da lavoura e organismos, entretanto extintos, com competência na área da vinha, como o caso do ex-IGEF) de que resultaria um arquivo histórico do sector vitivinícola, de grande valor.

III – Enoteca:

Este núcleo situar-se-ia junto do Museu e destinar-se-ia à promoção e divulgação dos vinhos portugueses, com representação nacional de todas as regiões vitivinícolas. Teria as funções de degustação e venda, o que iria, certamente, constituir um forte pólo de atracção por parte do público.

IV – Oficina e Pólo de Formação Profissional:

A localização deste núcleo foi prevista para o armazém onde funcionou uma destilaria de aguardente bagaceira. As funções a desempenhar seriam as de manutenção e recuperação de peças deste e de outros museus, podendo ainda prestar serviços a terceiros. Desta forma, poderia constituir uma fonte de receitas e contribuir para a viabilização do projecto.

Considerando que se tratava de uma actividade bastante especializada, poderia haver a hipótese de desenvolver uma outra vertente: a da formação profissional. Esta actividade seria possível através da celebração de protocolos com outras entidades, públicas ou privadas, designadamente, o IEFP- Instituto de Emprego e Formação Profissional.

4.3 - Justificação do projecto de Almeirim

Foi em Almeirim que, em 1935, se fundou uma das primeira adegas cooperativas no âmbito da política sócio-económica do Estado Novo, no tempo da FVCSP, em cujos terrenos a JNV veio a construir, em 1940, os armazéns que seriam utilizados neste projecto.

Além disso, o concelho de Almeirim, no centro do Ribatejo, tem uma economia que gira em torno da agricultura, onde se destaca a cultura da vinha e a produção do vinho, como elementos económicos fundamentais.

O próprio conjunto de edifícios, construídos numa época de grande lançamento de infra-estruturas em Portugal, apresenta uma tipologia arquitectónica própria do Estado Novo: rectilíneo, com um desenho austero e ausência de elementos decorativos, para além das tradicionais grelhas cerâmicas. A fachada tem o típico «escudo nacional» e todo o conjunto denota uma preocupação funcional, através de amplos espaços interiores. Tem uma área coberta de 3.780 m² e uma área descoberta de 1.220 m². A área coberta contempla:

- o armazém principal construído no início dos anos 40 a partir do edifício da adega cooperativa;
- a casa do guarda, constituída por uma pequena moradia de dois andares e alçado;
- um armazém, que funcionou como destilaria de aguardente bagaceira,
- um edifício de dois andares, onde funcionou uma serralharia, no rés-do-chão, e os serviços administrativos, no primeiro andar.

A musealização destes espaços seria feita através de uma exposição de carácter permanente. Esta seria realizada *in situ* respeitando as antigas funções dos edifícios e utilizando o acervo original constituído por maquinaria e equipamentos usados na época, em paralelo com documentos fotográficos e painéis descritivos. Desta forma, pretendia-se fazer a reconstituição de uma das primeiras adegas cooperativas e ilustrar as antigas funções, procurando representar a política vitivinícola do regime do Estado Novo, inserindo-a no contexto regional do Ribatejo.

Este projecto integrado que, em princípio, tinha viabilidade, deu origem a um outro estudo de remodelação das instalações. Este novo projecto foi efectuado por uma

equipa de arquitectura da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), de modo a corresponder às necessidades previstas para o Centro Histórico Vitivinícola Nacional de Almeirim.

Com o objectivo de gerir este Centro formou-se uma Associação sem fins lucrativos, constituída por representantes do IVV, da Câmara Municipal de Almeirim, da Região de Turismo do Ribatejo, da Comissão Vitivinícola Regional Ribatejana e da Associação da Rota da Vinha e do Vinho. A constituição da associação, designada por Associação do Centro Histórico Vitivinícola Nacional de Almeirim (ACEVA) foi celebrada em cerimónia pública, no ano de 1999, tendo estado presente o próprio Ministro da tutela.

Mas, à semelhança do que tinha sucedido com o projecto relacionado com o Arquivo, nada disto se concretizou. Mudaram-se os governantes e os projectos ficaram sem efeito. Assim, este património que um dia foi o orgulho de uma época, tal como se encontra documentado na obra panegírica do regime de Salazar intitulada *30 Anos de Estado Novo*,²⁶⁸ encontra-se hoje totalmente ao abandono.

A situação é de tal forma grave que, para evitar perdas maiores, o próprio IVV procedeu ao desmantelamento das peças mais valiosas que constituíam o vasto equipamento tecnológico das instalações de Almeirim, como por exemplo as caldeiras e destilação feitas em cobre, entretanto guardadas em local mais seguro, na esperança de que um dia possam ser expostas ao público.

²⁶⁸ F. Matos Gomes, *30 Anos de Estado Novo*, Lisboa, Gráfica Boa Nova, Lda., 1957, pp.376-377.

5 - Sugestões finais

No actual contexto de contenção orçamental e da reforma da administração pública em curso, e perante a perspectiva da dispersão e alienação do património da JNV de reconhecido valor histórico para a vitivinicultura nacional tememos que este espólio não seja devidamente preservado e musealizado com vista à formação das novas gerações e à conservação dos registos e das memórias de um passado recente.

Neste contexto, resta-nos apelar para o sector e outras entidades ligadas à cultura (Direcção-Geral de Arquivos, Ministério da Cultura, Universidades) para a possibilidade deste facto e possam contribuir para a sua salvaguarda, pois ficou suficientemente constatada a inoperância e incapacidade do IVV para tratar destas questões.

Por ser um espólio muito específico, o sector vitivinícola poderia ser o mais interessado. Assim sendo, porque é que não aproveita a oportunidade para reclamar um património que também lhe pertence?

Para esse efeito poderia reactivar a ACEVA já constituída e prosseguir com o projecto de Almeirim, tal como tinha sido pensado. Caso não fosse possível poderiam criar uma fundação, com o IVV e várias entidades do sector, do turismo, das rotas de vinho e das autarquias, a fim de permitir a gestão de todo o património: Museu, Arquivo e Biblioteca.

Para o efeito poderiam aproveitar instalações desactivadas, actualmente incluídos nas listas de edifícios do Governo para alienação ou qualquer outro destino,

que tivessem maior representatividade da acção vitivinícola e mais equipamentos tecnológicos, como são os casos de Almeirim, Bombarral e Mealhada.

Posteriormente, criar-se-iam equipas multidisciplinares e estabelecer-se-iam protocolos de colaboração com a Direcção Geral de Arquivos (ex-IAN-TT) e com a Rede Portuguesa de Museus, respectivamente para o tratamento arquivístico e museológico dos respectivos espólios a fim de permitir as finalidades primordiais de qualquer património: conservação, exposição, acção cultural e investigação.

O Museu manteria as portas abertas ao público, com os espaços e peças devidamente organizados, mantendo a exposição permanente das pré-existências, mas reservando espaços para colecções de reservas destinadas a exposições temporárias, e outros eventos de animação cultural, de outros pólos a criar noutras regiões, ou de outras entidades.

No museu, os espaços como a destilaria ou a adega dos tonéis, considerando o potencial disponível, poderiam continuar a receber eventos alugando o espaço, tal como se praticava anteriormente.

A Cafeteria poderia ser aberta, funcionando em complemento com a loja, rentabilizando o espaço e aproveitando as obras realizadas nesta estrutura. A loja poderia disponibilizar outros produtos para além do vinho, aguardente e livros, estabelecendo protocolos com fábricas de cerâmica (existem várias na região), de vidro (Atlantis) e de pequenas lembranças ligados à arte de fazer e beber vinho. O Centro de Documentação deveria funcionar em complemento com o de Lisboa e disponibilizá-lo à cultura e à investigação.

A divulgação do Museu e de outros pólos far-se-ia através das regiões de turismo (rotas de vinho/enoturismo), de outros museus similares, das próprias câmaras municipais, de associações do sector e de Lisboa.

Em Lisboa, e dada a sua localização muito acessível para os turistas nacionais e estrangeiros, poderia funcionar como pólo dinamizador de todo este património em colaboração com as entidades mencionadas, as universidades etc., angariando visitas turísticas e culturais ou de estudos, promovendo percursos ligados ao enoturismo, realizando provas de vinho, formais ou informais, ou mesmo a realização de cursos de provas.²⁶⁹

Para esse efeito poderiam aproveitar um ou dois dos edifícios da sede, em Lisboa (é constituído por três edifícios, como foi oportunamente descrito), pois a nova estrutura do IVV, com cerca de 70 pessoas, pode ocupar apenas um deles. Assim, o palacete poderia manter a documentação histórica, a biblioteca e uma livraria temática, permitindo o seu acesso à investigação e à informação dos interessados.

Em complemento poder-se-iam promover eventos ligados ao vinho, realizar exposições temporárias com peças oriundas do museu e/ou com fotos do arquivo fotográfico, aliadas com publicações antigas. O próprio pátio tem espaço e estrutura para expor peças etnográficas e tecnológicas mais pesadas ligadas à produção e transformação do vinho, podendo constituir um pólo de atracção.

No anexo que se situa em frente ao portão, poderia funcionar uma enoteca com a exposição de peças museológicas e garrafas representativas de cada região, onde se fariam degustações e venda de vinho.

²⁶⁹ Pela experiência da autora deste trabalho, adquirida ao longo de mais de 30 anos, este projecto é perfeitamente viável pois são inúmeros os turistas nacionais e estrangeiros que procuram pelas mais diversas informações e, logicamente pelas possíveis provas de vinho.

Neste contexto, o património da JNV poderia ser salvaguardado, sem perder a sua identidade, cumprindo a missão de todo o património histórico: colocar-se ao serviço da comunidade, da cultura e do lazer.

Ao mesmo tempo seria um factor de extrema importância para a divulgação e promoção do próprio sector vitivinícola, numa época em que a concorrência é cada vez maior com a emergência dos “novos países vitivinícolas”. Se nos faltarem os elementos que fazem parte da tradição, da nossa memória colectiva, da nossa história, o que é que nos distinguirá de outros povos?

CONCLUSÃO

A história da vitivinicultura nacional do século XX passa obrigatoriamente pelos documentos, objectos e edifícios deixados pela Junta Nacional do Vinho, considerando que, este organismo de coordenação económica, alicerçou o edifício corporativo durante o Estado Novo conduzindo o sector vitivinícola durante décadas. Neste contexto, a perspectiva deste património não ser devidamente salvaguardado, poderá causar graves lacunas na memória colectiva do sector vitivinícola e na de todos nós.

Resta-nos, portanto, chamar a atenção para essa possibilidade e denunciar as circunstâncias que conduziram à situação de degradação actual, protagonizadas pelo Instituto da Vinha e do Vinho. Com essa finalidade elaborámos o presente trabalho.

Neste contexto, embora a acção e o património da Junta Nacional do Vinho, organismo de coordenação económica de 1937 a 1986, sejam o centro da investigação deste estudo, houve a necessidade de recuar ao início do século quando surgiram os excessos de produção e o início da organização do sector. Da investigação efectuada pode-se concluir o seguinte:

As circunstâncias ocorridas na segunda metade do século XIX, designadamente, as pragas que atacaram a vinha e a instauração do Ensino Técnico em Portugal, permitiram criar condições para o desenvolvimento do sector vitivinícola em geral e para a crescente importância económica do vinho comum, entretanto inserido no circuito do comércio internacional.

Em contrapartida, esta situação de grande desenvolvimento do sector deu origem, nos finais do século XIX e primeiras décadas do século seguinte, a produções muito acima da média que, por circunstâncias diversas, o comércio interno e externo não conseguiram absorver. Consequentemente, o sector vitivinícola era atravessado por crises quase constantes devido à falta de escoamento. Este problema era agravado pela desorganização do mercado interno, onde imperava uma concorrência feroz, que nada contribuía para a estabilização do sector.

Face a este contexto e para resolver a velha questão vinícola, o Estado Novo englobou o sector nas medidas de coordenação económica, e criou a Junta Nacional do Vinho com a finalidade de regularizar a produção e o comércio.

A Junta Nacional do Vinho, no âmbito das suas competências, desenvolveu as actividades nos campos da disciplina, da fiscalização, da assistência técnica, da propaganda e da regularização de mercado, através da política de condicionamento de preços. Para este último objectivo, a JNV intervinha no mercado em anos de grandes produções de vinho, fazendo a retirada dos excessos da produção através da compra de vinhos a preços médios, e guardando-os para os lançar no mercado em anos de colheitas mais fracas.

Esta função reguladora da JNV, deu origem à aquisição de infra-estruturas de norte a sul do país, constituídas pelos armazéns, depósitos e equipamento tecnológico, permitindo-lhe acumular, tratar e transformar o vinho excedentário.

No entanto, a JNV não conseguiu resolver a questão do equilíbrio entre a oferta e a procura, pautando-se a sua actuação pelo aumento crescente da capacidade. Regra geral continuou a produzir-se muito e de fraca qualidade.

Por outro lado, o facto da vinha ter estado sob a alçada de outros serviços, que não da JNV, pode ter contribuído para o adiamento da solução que apenas surgiram com as regras comunitárias.

O condicionamento da plantação da vinha, várias vezes anunciado, não teve efeitos práticos. Além disso, não houve a necessária reestruturação da vinha, o que poderia ter contribuído para a melhoria da qualidade e, garantir novos mercados. Mas os rendimentos provenientes do negócio do vinho não eram suficientes para motivar o viticultor. A plantação da vinha, com castas adequadas, implicava um investimento considerável cerca de cinco anos para começar a render e mais de cinco anos para se conseguir um rendimento pleno.

Face a esta situação, a qualidade do vinho, em geral, não permitia ganhar novos mercados nem concorrer com outros países vinícolas. A reestruturação da vinha só se concretizou após a adesão de Portugal à CEE com o apoio de programas comunitários.

No entanto, a actuação da JNV foi decisiva para a criação de uma rede de adegas cooperativas, o que permitiu registar alterações consideráveis ao nível da transformação e socialização dos processos produtivos conduzindo a uma maior homogeneização e qualidade do vinho, pois as adegas foram apetrechadas com o melhor equipamento disponível na época. Por outro lado, este facto pode ter dificultado a criação de vinhos diferenciados devido ao modelo de vinificação seguido que consistia na junção de todas as uvas que recebiam.

Na propaganda, a JNV exerceu um papel fundamental na promoção e divulgação do vinho nacional. As iniciativas levadas a efeito, designadamente os cartazes, as provas de vinhos, concursos, participações em feira, são acções que, devidamente actualizadas ao nosso tempo, ainda hoje se praticam por quem desempenha a função de promoção e divulgação dos vinhos nacionais.

No âmbito da disciplina e organização do sector, a JNV contribuiu para a produção de inúmeros diplomas legislativos que constituíram a base do sector vitivinícola actual.

Relativamente ao património, considerando que este representa o testemunho histórico de uma actividade essencial em Portugal, o IVV como entidade responsável pelo legado deveria ter tido o cuidado da sua preservação, ou pelo menos, ter tentado fazê-lo de forma mais consistente.

Para além de outras possíveis soluções, o projecto para Almeirim poderia ter sido uma boa solução para a salvaguarda dos vestígios da actividade desenvolvida pela da JNV, quer no que se refere ao Museu, ao Arquivo, à Biblioteca e à história da própria instituição.

Como consideração final pode-se afirmar que a JNV foi um elemento fundamental para a construção do sector vitivinícola actual. Os objectivos que foram estabelecidos no diploma que a criou, nem sempre foram conseguidos, como foi o caso da regularização de mercado.

No entanto a sua actuação, no geral, pauta-se pela positiva, pois foi o sustentáculo do sector durante décadas, permitindo a sobrevivência de vitivinicultores que sem a intervenção da JNV estariam condenados, bem como permitiu o alargamento dos conhecimentos técnicos sobre vitivinicultura, a adaptação a novas técnicas de fabrico vinícola, o desenvolvimento do sector e a adaptação rápida às regras comunitárias.

Em relação à situação em que se encontra o património da JNV, ela deve-se, em grande parte, à falta de sensibilidade e preparação ao nível dos dirigentes, motivada pela falta de uma política concertada e coerente, no que se refere à preservação da memória, do património e da cultura em geral, por parte dos governantes.

ANEXOS

ÍNDICES DOS ANEXOSⁱ

Propaganda:

- Fig.01 – Cartaz de propaganda da JNV “Quem beber vinho é dar de comer a 1 milhão de portugueses”
- Fig.02 – Cartaz de propaganda da JNV “Uvas fonte de saúde e de alegria”
- Fig.03 – Cartaz de propaganda da JNV “Beber vinho é dar de comer a 1 milhão de portugueses”
- Fig.04 – Cartaz propaganda do GAV
- Fig.05 – Desfile em Lisboa (festa do Outono/vindimas)
- Fig.06 – Carta de Vinhos
- Fig.07 – Carta de Vinhos
- Fig.08 – Mapa Roteiro de Vinhos
- Fig.09 – Mapa das Regiões Vinícolas
- Fig.10 – Taberna
- Fig.11 – Taberna
- Fig.12 – Desfile das Brigadas de Fiscalização
- Fig.13 – Desfile das Brigadas de Fiscalização

Património edificado:

- Fig.1 – Evolução cronológica da construção dos armazéns da JNV
- Figs. 2 e 3 – Edifícios da sede da JNV em Lisboa
- Fig. 4 – Anexo da sede da JNV, em Lisboa
- Fig. 5 – Mapa Geográfico das delegações e armazéns da JNV
- Figs. 6 e 7 – Delegação de Trás-os-Montes
- Figs. 8, 9 e 10 – Armazéns de Valpaços
- Figs. 11 e 12 – Delegação de Vila Nova de Gaia
- Figs. 13 e 14 – Delegação do Vale do Vouga e de Moimenta da Beira
- Figs. 15 e 16 – Delegação de Pinhel
- Figs. 17 e 18 – Delegação da Mealhada
- Figs. 19 e 20 – Delegação da Mealhada (laboratório)
- Figs. 21 e 22 – Delegação da Mealhada (Depósitos em inox e tipo *airform*)
- Figs. 23 e 24 - Delegação da Mealhada (vários tipos de depósitos)
- Figs. 25 e 26 - Delegação da Mealhada (Depósitos e armazém com tonéis)
- Fig. 27 - Delegação da Mealhada – Ala dos Depósitos
- Fig. 28 – Instalações do Museu do Vinho, em Alcobaça
- Figs. 29 e 30 – Museu do Vinho e Depósitos, em Alcobaça
- Figs. 33 e 34 - Delegação de Leiria
- Figs. 35, 36 e 37 – Delegação do Bombarral (instalações e depósitos)
- Figs. 38 e 39 – Delegação do Bombarral (destilarias)
- Figs. 40-41 - Depósito de Bombarral e armazéns da Lourinhã

Figs. 42-43 - Armazéns do Vilar
Fig. 44 – Delegação de Santarém
Figs. 45 e 46 – Armazém e depósitos de Rio Maior
Fig. 47 – Delegação de Almeirim
Fig. 48 - Serviços Administrativos de Almeirim
Fig. 49 Armazém e depósitos de Benfica do Ribatejo
Figs. 50 e 51 – Delegação de Torres Vedras
Figs. 52 e 53 – Armazéns do Carrascal e de Sobreiro Curvo (T. Vedras)
Figs. 54 e 55 - Armazéns de S. Mamede de Ventosa e de Curvel (T. Vedras)
Figs. 56 e 57 - Armazém e depósitos de Aveiras de Cima e de Ribeira do Cartaxo
Figs. 58 e 59 – Armazéns de Ribeira do Cartaxo e de Pontével
Fig. 60 – Armazém do Carregado
Figs. 61 e 62 - Armazém e depósitos de Aldeia Galega – Merceana
Figs. 63 e 64 – Delegação de Lagoa (Algarve)

Museu do Vinho

Figs. 1 e 2 – Instalações do museu
Figs. 3 e 4 – Mota Harley Davidson e mala-laboratório
Figs. 5 e 6 – Talhas alentejanas e tanoaria
Fig. 7 e 8 Alambique em cobre sécs. XVIII-XIX e adega dos balseiros
Fig. 9 – Filtro para vinho, de marca alemã, Seitiv Werke, de 1928
Fig. 10 – Rolhador em ferro e madeira
Fig. 11 – Pulverizador
Fig. 12 – Torpilha
Figs. 13, 14 e 15 – Adega dos vinhos brancos e dos depósitos
Fig. 16 – Bomba de trasfega
Fig. 17 – Destilaria móvel

Biblioteca e Arquivo Fotográfico

Fig. 1 – Instalações da biblioteca na sede do IVV, em Lisboa
Figs. 2 e 3 - Depósitos em Braço de Prata
Figs. 4 e 5 – Depósitos em Braço de Prata
Figs. 6 e 7 - Depósitos em Braço de Prata
Fig. 8 - Depósitos em Braço de Prata

Arquivo Fotográfico (Trabalhos na vinha):

Figs. 1 e 2 – Empa da vinha
Figs. 3 e 4 - Cava e enxertia da vinha
Fig. 5 – Sulfatagem da vinha
Fig. 6 – Vindima na região de Palmela (fotos promocional)
Fig. 7 – Transporta de uvas em carro de bois, na região do moscatel de Setúbal

Arquivos

Figs. 1 e 2 – Santarém (documentação no vão de escada e antiga cascaria)

Figs. 3 e 4 – Cartaxo

Figs. 5 e 6 – Carregado (documentação no chão)

Figs. 7 e 8 – Azeitão (documentação desaparecida)

Figs. 9 e 10 – Bombarral (documentação para venda)

Figs. 11 e 12 – Bombarral (documentação em tulha)

Figs. 13 e 14 – Chaves

Figs. 15 e 16 – Pontével

Figs. 17e18 – Santarém

Figs. 19 e 20 – Vila Nova de Gaia

Figs. 21 e 22 – Bombarral

Recorte de Imprensa

Público, de 28 de Dezembro de 1996

Público, de 24 de Janeiro de 1998

Expresso, de 3 de Janeiro de 2004

Roteiro de Alcobaca, de 26 de Março de 2004

ⁱ Nota:

- As imagens dos Anexos *Propaganda, Museu do Vinho e Arquivo Fotográfico*, pertencem ao Arquivo fotográfico do Instituto da Vinha e do Vinho, IVV, Lisboa.
- As do *Património Edificado* foram retiradas do Álbum de fotografias de Delegações do Instituto da Vinha e do Vinho, IVV (Presidência), Lisboa.
- As fotografias relativas à *Biblioteca e aos Arquivos* foram produzidas pela autora da presente dissertação.

ANEXO I
PROPAGANDA



Fig.1 – Cartaz de Propaganda da JNV
Edição: Junta Nacional do Vinho
Autor: Mário Costa
Data: 1938
Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV, nº 2139



Fig. 2 - Cartaz de Propaganda da JNV
Edição: Junta Nacional do Vinho
Autor: Mário Costa
Data: 1938
Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV, nº 2184

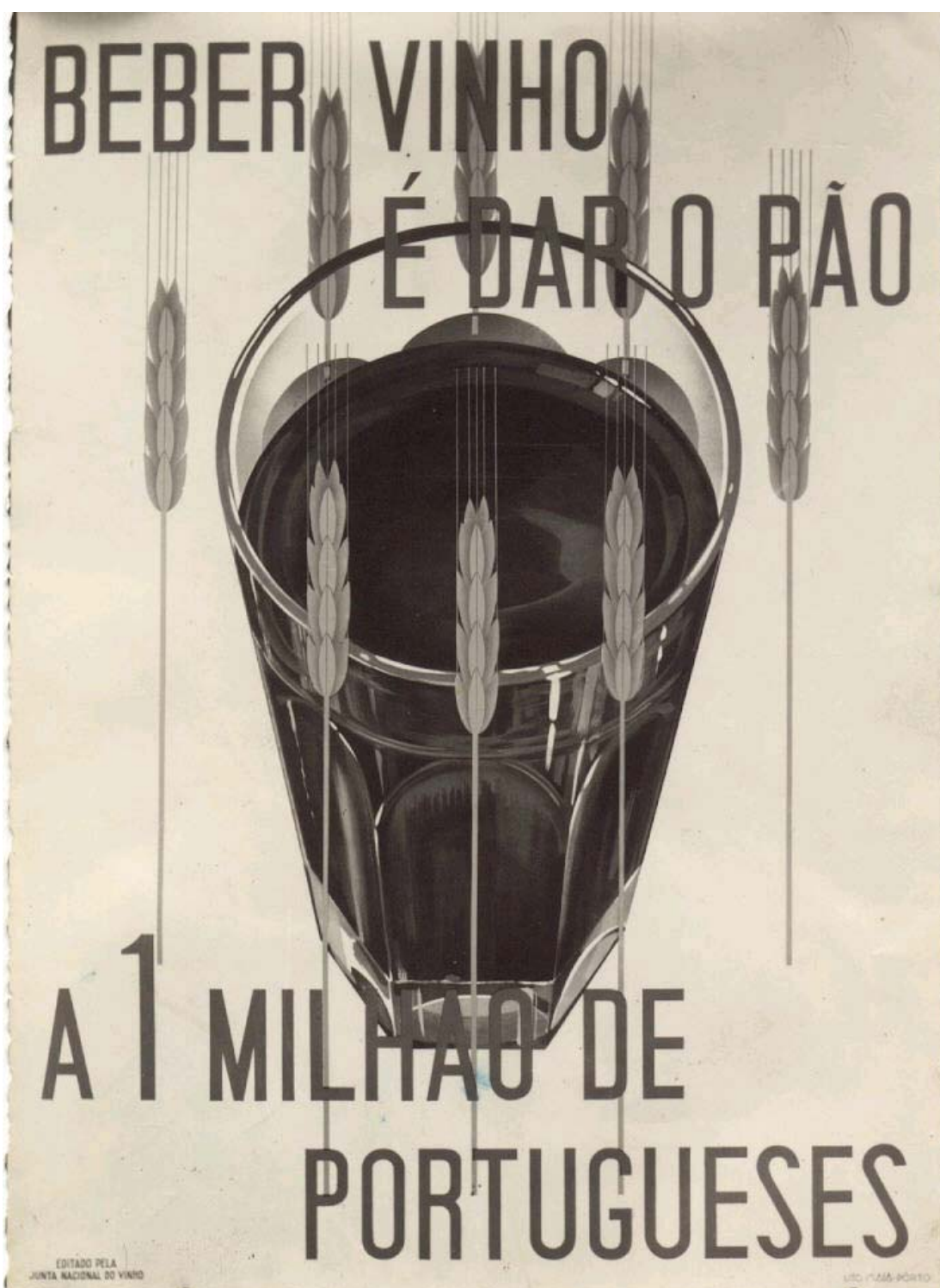


Fig. 3 - Cartaz de propaganda da JNV
Autor: Mário Costa
Data: 1938
Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV, nº 2183

"O VINHO É A MAIS SãE HIGIENICA DAS BEBIDAS
PASTEUR

UM LITRO DE VINHO DE 10:
 ALEM DAS SUAS QUALIDADES
 COMO BEBIDA HIGIENICA E
 ESTIMULANTE, CORRESPONDE
 COMO ALIMENTO A

90 cl. de leite
370 gr. de Paó
585 gr. de Carne
5 Ovos

CONFORME LOEBER DECRET VIREZ
 PARECER DOS SEGUINTE PROFESSORES:
 DA FACULDADE DE MEDICINA DE PARIS
 DA ACADEMIA DE MEDICINA DE MADRID
 DA FACULDADE DE MEDICINA DE MONTPELLIER

O ALCOOLISMO É COMBATIDO PELO CONSUMO DO VINHO'
 DR. BERTILLON

PROPAGANDA DO GRÉMIO DOS ARMAZENISTAS DE VINHOS.

Fig. 4 - Propaganda do GAV
 (Cartaz encontrado nos Arquivos do IVV – Depósito do Bombarral)



Fig. 5 – Propaganda da JNV - Cortejo das Festas do Outono em Lisboa (Campo Grande) em 21.10.1956

Autor: Edmundo Rosa Duque

Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV n.º 1620 e 1621.

VINHO - ALEGRIA - SAÚDE

O vinho é a mais salutar das bebidas e, também, o complemento indispensável duma boa refeição.

Para bem o saborear, é, contudo, necessário escolher o tipo de vinho de harmonia com o prato da ementa e respeitar certas normas que constituem a arte de beber.

No sentido de esclarecer o consumidor sobre as marcas de vinhos mais representativas, a JUNTA NACIONAL DE VINHO, em colaboração com os organismos das regiões demarcadas e do comércio da especialidade, realiza periodicamente um «Concurso» em que são apreciados todos os elementos que contribuem para a valorização deste produto.

Para assegurar ao consumidor que os vinhos comerciais correspondem aos premiados, foi criada para as medalhas de ouro (a mais alta classificação do Concurso) um selo comprovativo, devidamente numerado, que é apostado nas garrafas que fazem parte dos lotes previamente observados.

Na sequência do referido certame elaborou-se ainda uma CARTA DE VINHOS que contém a lista das marcas premiadas e muitas outras indicações de grande interesse para os bons apreciadores, e que foi remetida a todos os hotéis, restaurantes e outros estabelecimentos de venda de vinhos engarrafados do País.

Fig. 6 – Carta de Vinhos
Edição: Junta Nacional do Vinho
Autor: Filmarte
Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV, nº 1589

O VINHO DE CADA PRATO

COMO APERITIVOS

Vinhos generosos e outros licorosos (muito secos)
Vermutes

COM ACEPIPES

Vinhos de mesa brancos
Vinhos espumantes naturais (brutos ou secos)

COM PEIXES E MARISCOS

(*Cozidos, com molhos de manteiga ou brancos*)

Vinhos doces de mesa

(*Gratinados e assados*)

Vinhos de mesa brancos

(*Guisados e de caldeirada*)

Vinhos de mesa tintos

COM ENTRADAS

Vinhos de mesa palhetes e tintos

COM ASSADOS E CAÇA

Vinhos de mesa tintos, de preferência velhos
Vinhos espumantes naturais (brutos ou secos)

COM DOCES E FRUTAS

Vinhos generosos e outros licorosos (meio-doces ou doces)
Vinhos doces de mesa,
Vinhos espumantes naturais (meio-secos, meio-doces ou doces)

COM QUEIJO

Vinhos generosos e outros licorosos, ou,
Se o queijo for servido antes dos doces e das frutas
Vinhos de mesa tintos, velhos

COM CAFÉ

Aguardentes velhas

ALGUNS CONSELHOS

Beba à temperatura ambiente os vinhos generosos e outros licorosos, os vinhos de mesa tintos, bem como as aguardentes.

Ligeiramente frios, beba os vinhos de mesa brancos e palhetes e os tintos «Verdes».

Bastante frios ou quase gelados, beba os vinhos doces de mesa e os espumantes naturais.

Em caso algum adicione gelo ao vinho.

Ao deitar os vinhos nos copos, evite agitar a garrafa; tratando-se de vinhos tintos velhos, se for possível, decante com todo o cuidado.

Deixe sempre um espaço no copo por encher, para melhor apreciar o aroma do vinho.

(Extracto da «Carta de Vinhos» editada pela Junta Nacional do Vinho)

Fig. 7 – Carta de Vinhos

Edição: Junta Nacional do Vinho

Autor: Filmarte

Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV, nº 1588



Fig. 8 - Roteiro do Vinho (Década de 40)

S/autor

Edição: Junta Nacional do Vinho

Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV, (s/nº)

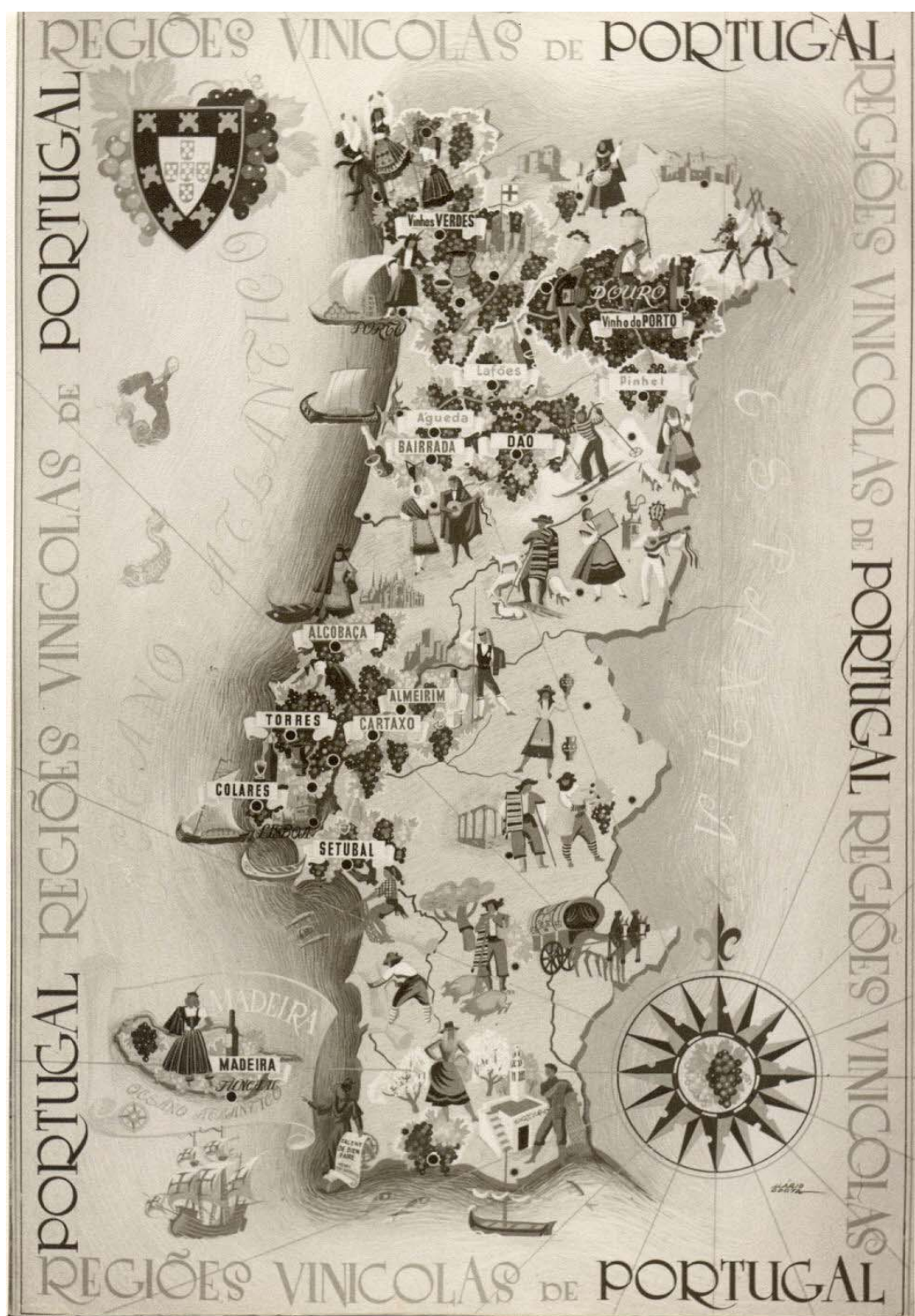


Fig. 9 – Mapa das Regiões Vinícolas
Autor: Mário Costa
Edição: Junta Nacional do Vinho
Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV, nº 1590



Fig. 10 - Adega Triunfo – Rua dos Bacalhoiros, 129
Autor: Francisco Assis
Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV, nº 1140

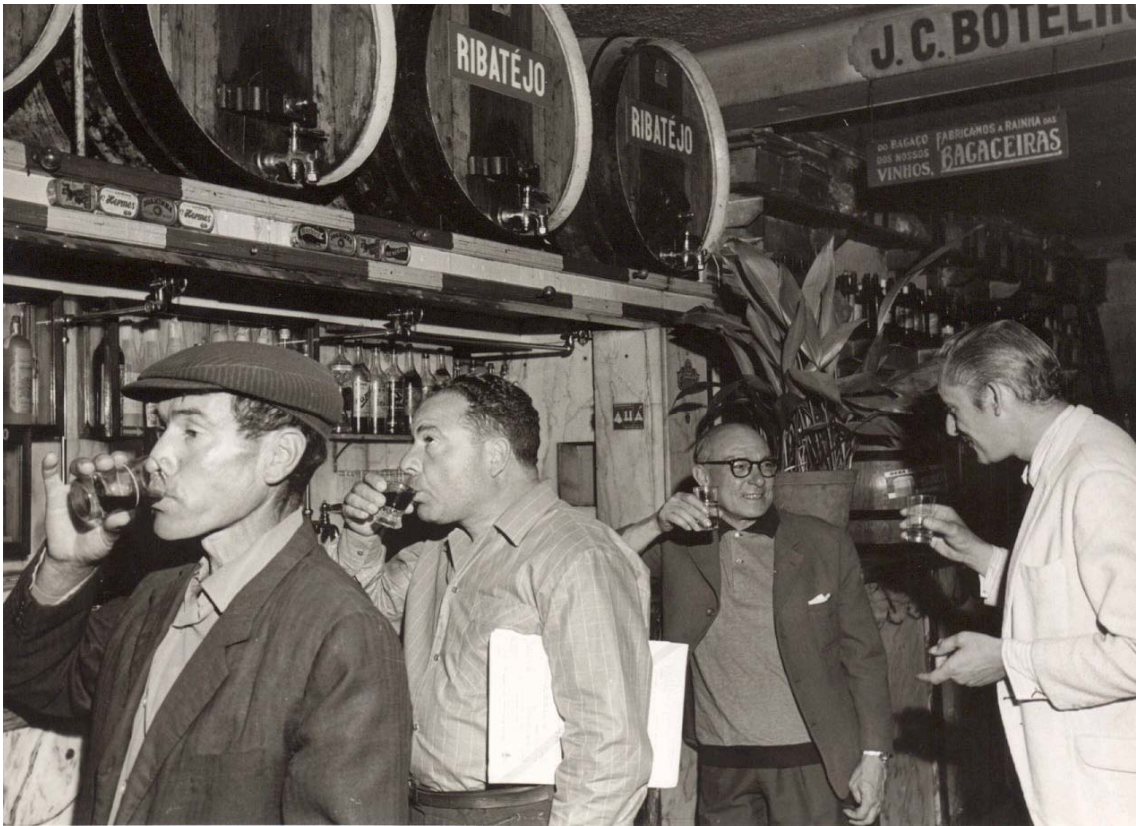


Fig. 11 - Adega Triunfo – Rua dos Bacalhoiros, 129
S/Autor
Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV, nº 1140



Fig.12 -13 – Brigadas de Fiscalização da JNV (desfile na Praça do Comércio)

Autor: s/autor e s/data;

Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV n.ºs. 2189 e 2190



Fig. 14 - Brigadas de Fiscalização da JNV (mala com instrumentos laboratoriais para fiscalização dos produtos v\u00ednicos)

Fotos: s/autor e s/data;

Fonte: Arquivo Fotogr\u00e1fico do IVV, n\u00b0 2203

ANEXO II
PATRIMÓNIO EDIFICADO

Fig.1 – Evolução cronológica da construção de armazéns da JNV

EVOLUÇÃO CRONOLÓGICA DA CONSTRUÇÃO DOS ARMAZÉNS

N.º	ARMAZÉNS	COMPRAS DE INÍCIO DA CONSTRUÇÃO		AMPLIAÇÕES												CAPACIDADE TOTAL ACTUAL (hl)			
		ano		1.ª FASE			2.ª FASE			3.ª FASE			4.ª FASE				5.ª FASE		
		capacidade (hl)	ano	capacidade (hl)	ano	capacidade (hl)	ano	capacidade (hl)	ano	capacidade (hl)	ano	capacidade (hl)	ano	capacidade (hl)	ano		capacidade (hl)	ano	capacidade (hl)
1	ARIBAGADA	3 050	1975																3 050
2	A-DOS-CUNHADOS (S. CURVO)	31 110	1958																31 110
3	A-DOS-FRANCOS	1 400	1947																1 400
4	AGUEDA	16 275	1954																16 275
5	ALCOBAÇA	68 035	1934																68 035
6	ALMEIRIM	32 700	1957																32 700
7	ALPARÇA	31 550	1958																31 550
8	AZEIRAS DE CIMA	49 225	1963																49 225
9	AZEIRA	29 475	1957																29 475
10	BATALHA	29 325	1957																29 325
11	BENFICA DO RIBATEJO	57 850	1952																57 850
12	BOMBARRAL	13 805	1956																13 805
13	BRACO DE PRATA	50 000	1965																50 000
14	CACHÃO	1 750	1948																1 750
15	CADAVAL	27 300	1957																27 300
16	CANTANHEDE	38 825	1964																38 825
17	CARRAGEDO - ST. ESTEVO	31 180	1962																31 180
18	CARTAXO	26 120	1960																26 120
19	CATUJAL	5 150	1962																5 150
20	CHAVES	39 875	1958																39 875
21	CURVEL (CARVOEIRAL)	50 275	1961																50 275
22	DOIS PORTOS	12 150	1961																12 150
23	LEIRIA	54 860	1957																54 860
24	LOURINHÃ	32 120	1968																32 120
25	MEALHADA	58 275	1957																58 275
26	MERCEANA	22 000	1950																22 000
27	MOGOFORES	28 810	1964																28 810
28	MOIMENTA DA BEIRA	31 850	1964																31 850
29	OLHALVO	1 000	1946																1 000
30	FINHEL	60 950	1960																60 950
31	PONTEVEL	31 000	1959																31 000
32	RIO MAIOR	68 860	1964																68 860
33	SANTARÉM	36 795	1956																36 795
34	S. MAHEDE DA VENTOSA	1 000	1945																1 000
35	TORRES VEDRAS	10 450	1962																10 450
36	VALPAÇOS	18 900	1962																18 900
37	VILA FRANCA DAS NAVES	1 500	1937																1 500
38	VILA NOVA DE GAIA	40 650	1958																40 650
39	VILVAR																		

Fonte: Joaquim Cabral Caldeira, *Os Armazéns da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa, s.ed., 1985

Figs. 2 e 3

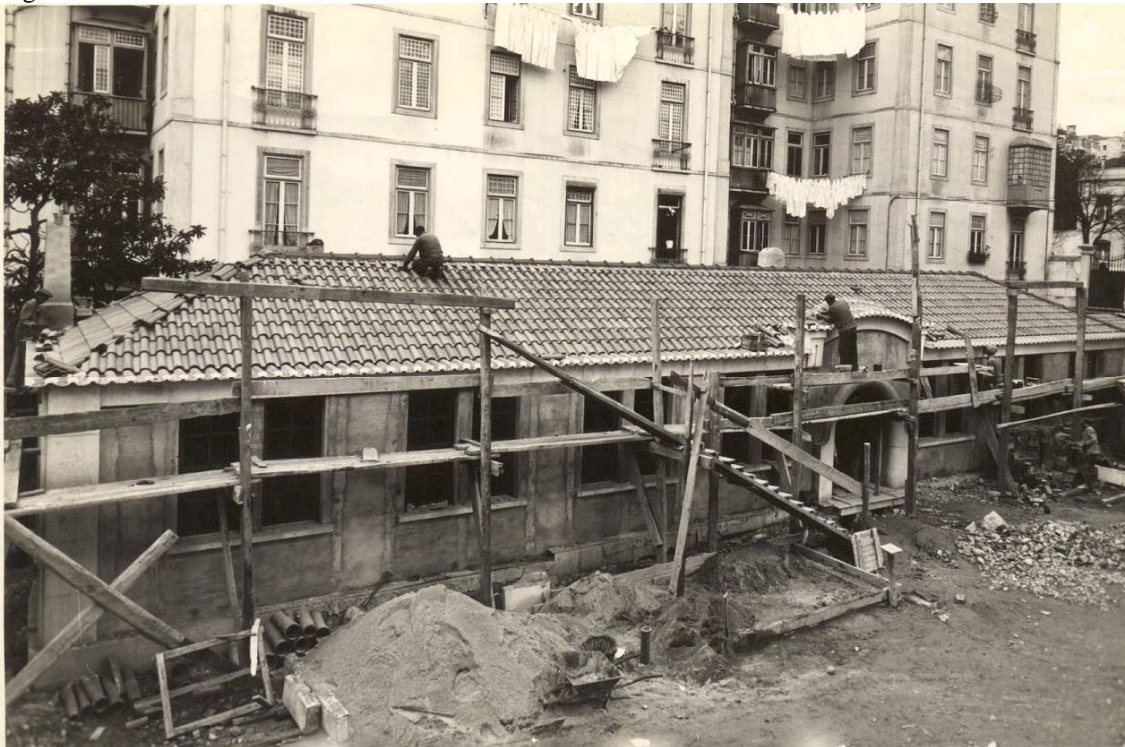


Sede da JNV. 1º Edifício
Rua Mouzinho da Silveira, 5 - Lisboa



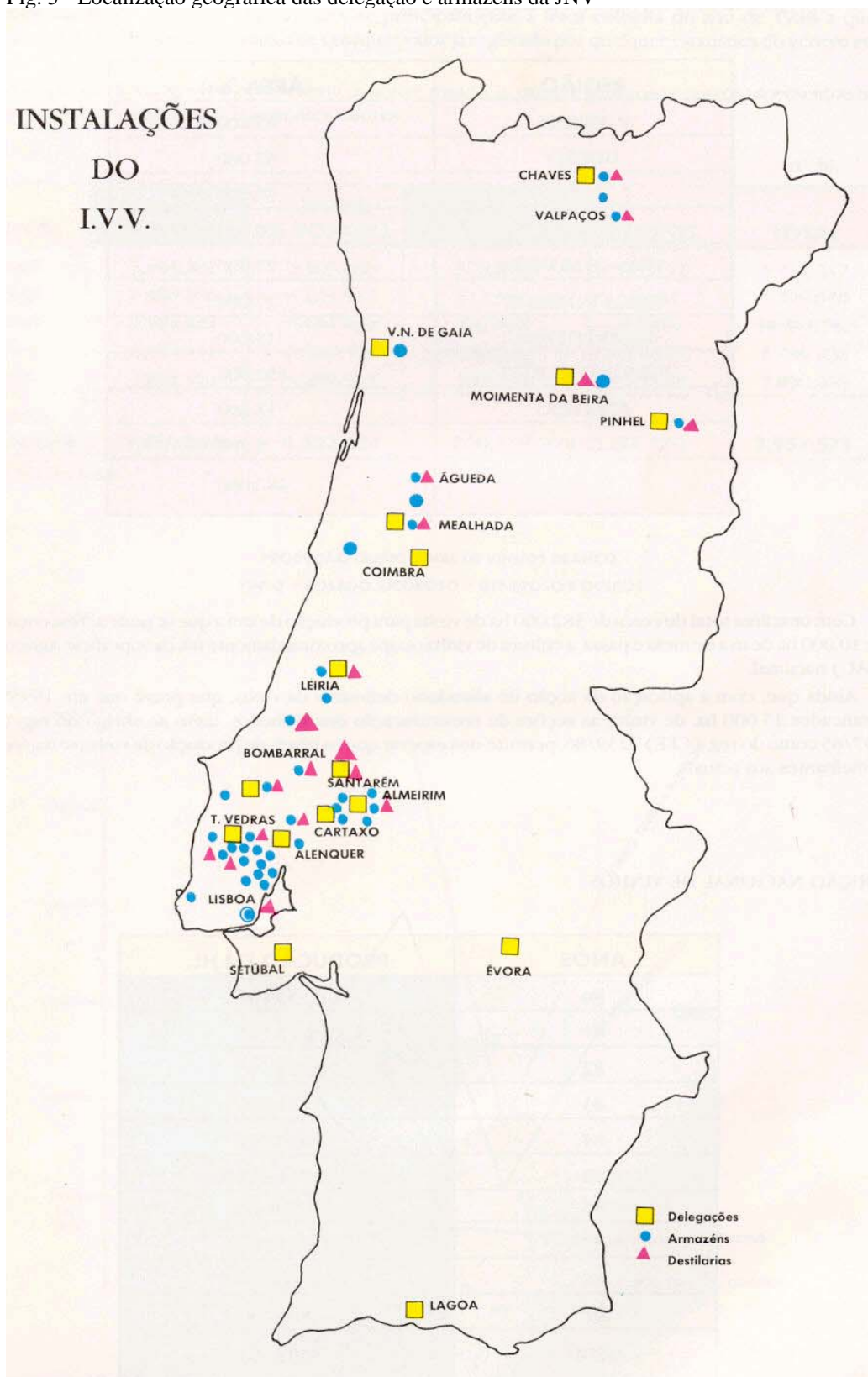
Sede da JNV – Edifício “Cassiano Branco”
Rua Mouzinho da Silveira/Rua Rosa Araújo
Lisboa

Fig. 4



Sede da JNV (Anexo) – Edifício João Seabra
Rua Mouzinho da Silveira, 5 - Lisboa
Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV, nº 2139

Fig. 5 - Localização geográfica das delegação e armazéns da JNV



Fonte: IVV, *Vinhos e Aguardentes de Portugal – Anuário*, Lisboa, 1990, p.15.

Figs. 6-7 - Delegação de Trás-os-Montes



Armazém de Chaves – Bairro de S. Bento

Figs. 8-9 -10: Delegação de Trás-os-Montes



Armazéns de Valpaços – Sítio do Sardão

Figs. 11-12:Delegação de Vila Nova de Gaia



Rua Serpa Pinto – Vila Nova de Gaia

Figs. 13-14:Delegação do Vale do Vouga



Armazéns de Moimenta da Beira

Figs. 15-16: Delegação de Pinhel



Sítio de Frades– Armazéns e depósitos

Figs. 17-18: Delegação da Mealhada



Estrada Nova - Mealhada

Figs. 19-20: Delegação da Mealhada



Instalações e Laboratório

Figs. 21-22: Delegação da Mealhada



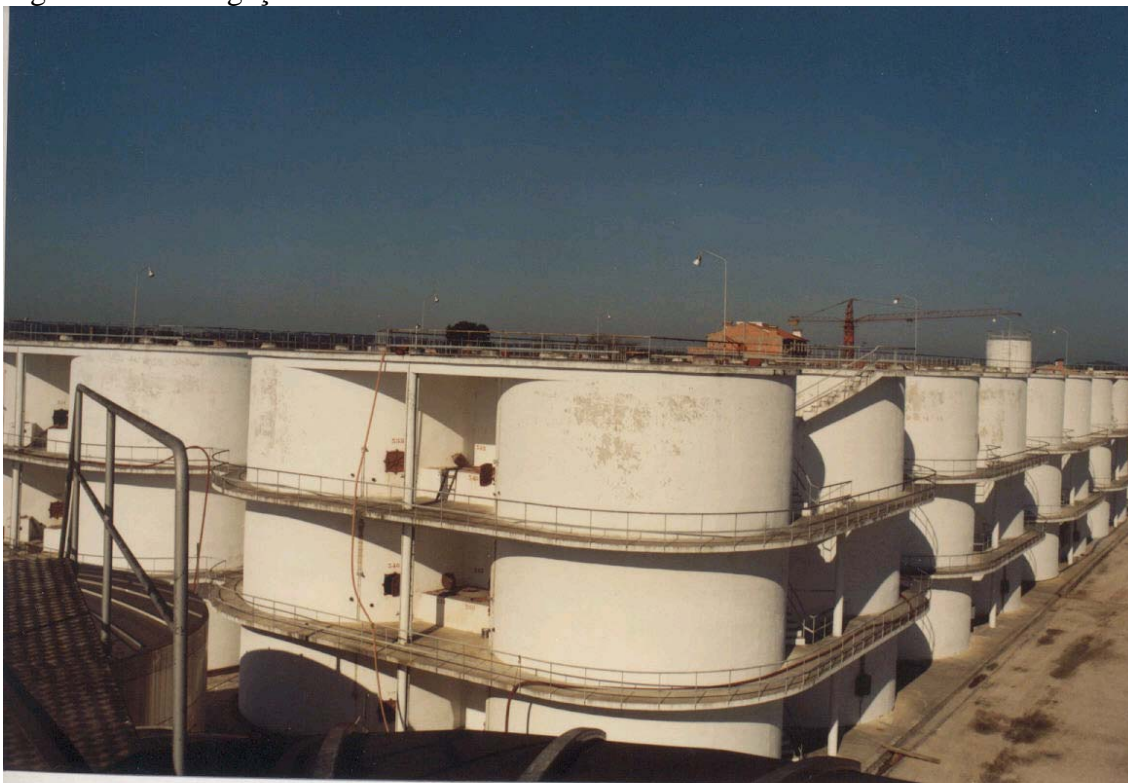
Depósitos em inox e tipo *airform*

Figs. 23-24: Delegação da Mealhada



Vários tipos de depósitos

Figs. 25-26: Delegação da Mealhada



Depósitos e toneis

Fig. 27: Delegação da Mealhada



Armazém - Ala dos Depósitos (estrutura comum a vários armazéns)

Fig. 28: Área de Jurisdição da Delegação de Leiria



Museu do Vinho
(Funciona em instalações datadas de 1875 e adquiridas pela JNV em 1948)
Rua de Leiria – Alcobaça

Figs. 29-30: Área de Jurisdição da Delegação de Leiria



Museu do Vinho
Armazéns e Depósitos tipo “airform” em Alcobaça

Figs. 31-32: Área de Jurisdição da Delegação de Leiria



Armazém e Depósitos da Batalha -

Figs. 33-34: Delegação de Leiria – (Sítio das Sesmarias)



A foto superior apresenta ainda a designação de “Armazém Regulador” da JNV

Figs. 35-36-37: Delegação do Bombarral



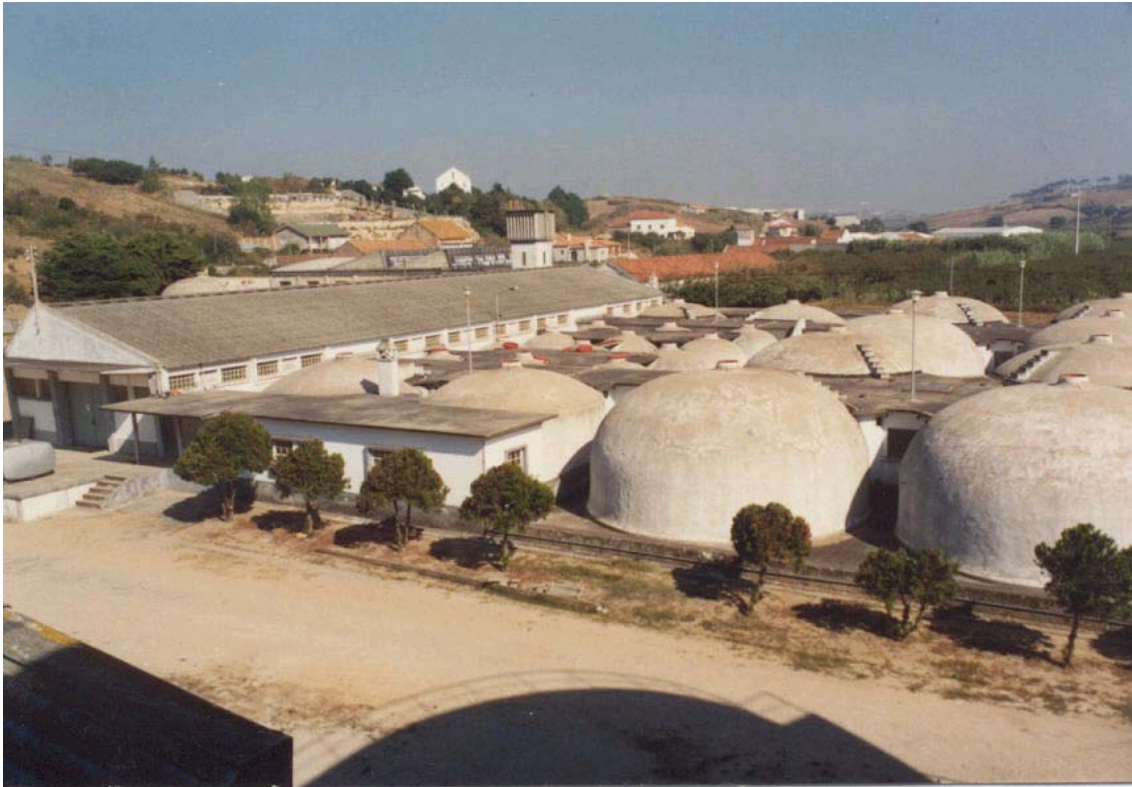
Cinrão - Bombarral

Figs. 38-39: Delegação de Bombarral



Destilarias ainda existentes (foto de 2007)

Figs. 40-41:Área de jurisdição da delegação de Bombarral



Armazéns da Lourinhã – Av. de Moçambique

Figs. 42- 43: Área de jurisdição da delegação do Bombarral



Vilar - Armazéns e depósitos tipo *airform* vistos de cima.

Fig. 44: Delegação de Santarém



S. Pedro - Delegação e Armazéns em Santarém

Figs. 45-46: Área da jurisdição da delegação de Santarém



Armazéns e Depósitos de Rio Maior

Fig. 47: Delegação de Almeirim



Rua de Coruche - Almeirim
(Instalações onde foi previsto funcionar o Centro Histórico Vitivinícola Nacional)

Fig. 48: Delegação de Almeirim



Edifício onde funcionavam os serviços administrativos
Rua de Coruche – Almeirim

Fig. 49: Área de jurisdição da delegação de Almeirim



Armazém e depósitos de Benfica do Ribatejo

Figs. 50-51: Delegação de Torres Vedras



Rua Cândido dos Reis – Torres Vedras

Figs. 52-53: Áreas de jurisdição da delegação de Torres Vedras



Armazém do Carrascal



Armazém de Sobreiro Curvo

Figs. 54-55: Área de jurisdição da delegação de Torres Vedras



Armazém de S. Mamede da Ventosa



Armazém de Curvel

Figs. 56-57: Área de jurisdição da delegação do Cartaxo



Armazém e depósitos em Aveiras de Cima



Depósito tipo *airform* em Ribeira do Cartaxo

Figs. 58-59: Delegação do Cartaxo



Armazém da Ribeira do Cartaxo



Área de Jurisdição da delegação do Cartaxo - Armazém de Pontével

Fig. 60: Delegação de Alenquer



Armazém do Carregado.

Figs. 61-62: Área de jurisdição da delegação de Alenquer



Armazém e depósitos de Aldeia Galega - Merceana

Figs. 63-64: Delegação do Algarve – Lagoa



Estrada 125 - Lagoa

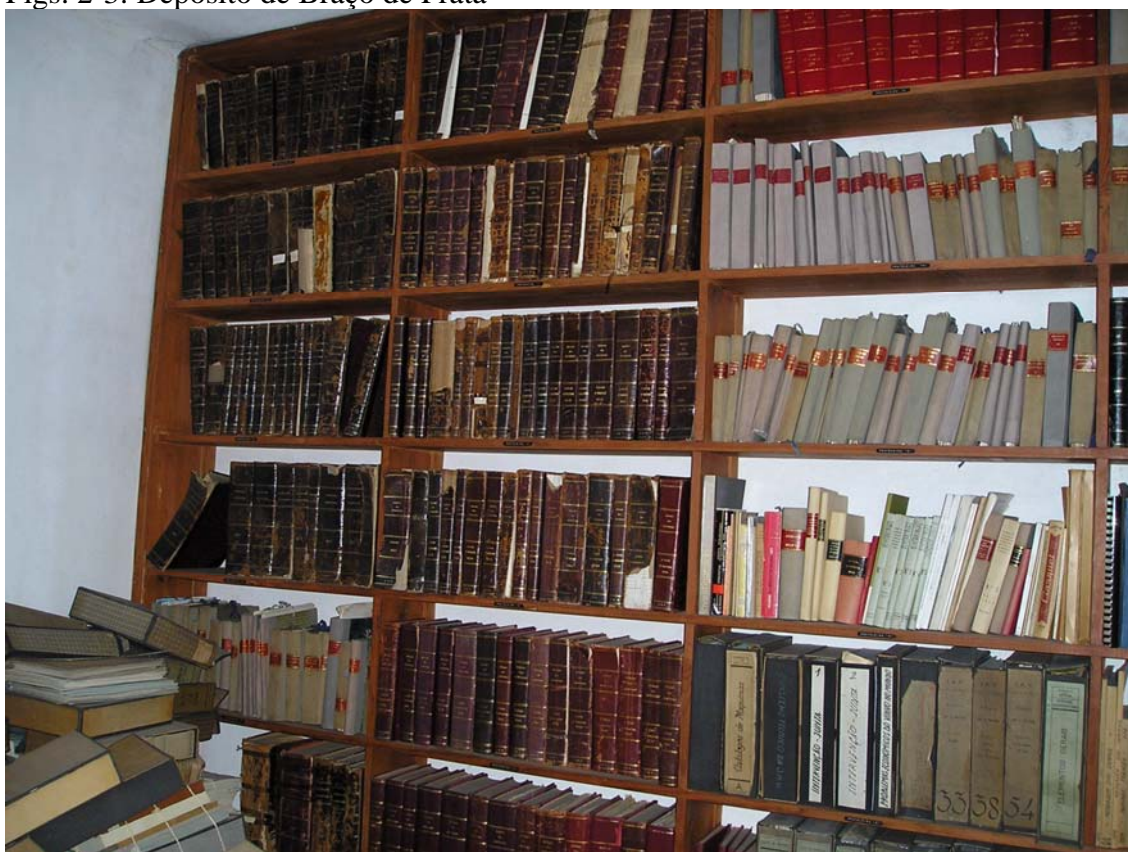
ANEXO III
BIBLIOTECA
E
ARQUIVO FOTOGRÁFICO

Mediateca/Biblioteca do IVV



Fig. 1: Aspecto das instalações remodeladas em 1997. Em 2004, este espaço foi ocupado pelos funcionários do serviço de Recursos Humanos, mantendo-se no entanto o serviço de Biblioteca, cujos técnicos foram deslocados para o 2º andar de outro edifício. Depreendia-se deste tipo de atitude a intenção de extinguir este serviço como se veio a confirmar na reestruturação concluída em 2007. A nova estrutura do Instituto da Vinha e do Vinho, I.P., publicada através da Portaria nº 219-H/2007, de 29 de Fevereiro, não contempla o serviço de Biblioteca ou quaisquer outros ligados aos aspectos culturais e patrimoniais.

Figs. 2-3: Depósito de Braço de Prata



Colecção de Diários do Governo desde 1850 e outras publicações e documentos dispersos (2007)



Diversas obras colocadas no chão. (2007)



Figs. 4-5: Depósito de Braço de Prata (2007)



Figs. 6-7: Depósito de Braço de Prata



Fig. 8: Depósito de Braço de Prata

Arquivo Fotográfico



Fig. 1: Empa/condução da vinha c/tutor, na região de Alenquer

Autor: Artur Pastor, s/data

Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV, nº 81

FEDERAÇÃO dos VINHOS do D.O.C.



Fig. 2: Empa em vinha aramada

Autor: Alvão, s/data

Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV, nº 431



Fig. 3: Cava da Vinha na região de Merceana – Torres Vedras
Autor: Artur Pastor, s/data
Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV, nº 433



Fig. 4: Enxertia da vinha na região do Dão
Autor: Alvão, s/data
Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV, nº 431



Fig. 5: Sulfatagem da vinha na Região do Dão
Autor: Alvão, s/data
Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV, nº 82

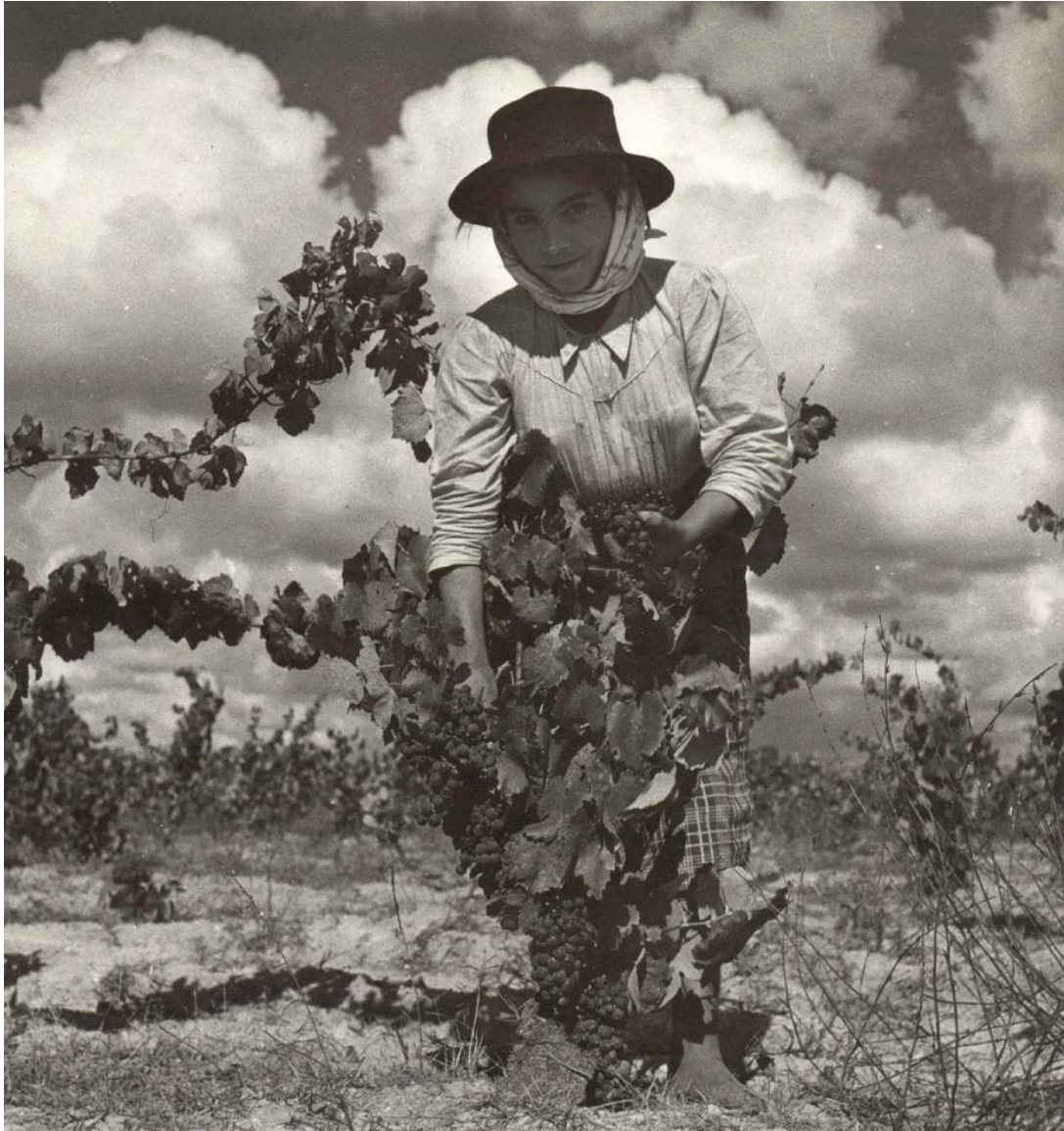


Fig. 6: Vindima na Região de Palmela (Foto promocional)
Autor: Benoliel, s/data
Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV, nº 432



Fig. 7: Transporte de uvas na região do moscatel de Setúbal

Autor: Benoliel, s/data;

Fonte: Arquivo Fotográfico do IVV, nº 1013

ANEXO IV

MUSEU



Figs. 1-2: Museu do Vinho / Museu Nacional do Vinho
Rua de Leiria – Alcobaça



Figs, 3-4: Mota Harley Davidson, matrícula LI-30-31, pertencente à Brigada de Fiscalização da JNV) Ao lado tem uma mala com um mini laboratório que servia para a realização de análises.



Fig. 5: Talhas Alentejanas: séculos XVII-XIX
Foto: Egídio Santos
Museu Nacional do Vinho - Alcobaça



Fig. 6: Tanoaria do Museu
Foto: Egídio Santos
Museu Nacional do Vinho - Alcobaça



Fig. 7: Alambique em cobre: Séculos XVIII-XIX.
S/Origem.
Foto: S/autor.
Museu Nacional do Vinho.



Fig. 8: Adega dos Balseiros
Foto: s/autor.
Museu Nacional do Vinho.



Fig. 9: Filtro para Vinho. Marca Seivt Werke de origem alemã e datado de 1928.

Doação de Carvalho Ribeiro & Ferreira ao Museu Nacional do Vinho.

Foto: Egídio Santos

Actualmente, esta peça encontra-se em exposição na Sala Ogival da Viniportugal, sita na Praça do Comércio em Lisboa.



Fig. 10: Rolhador/Arrolhador em ferro e madeira. S/marca; s/origem; s/data.
Foto: Egídio Santos
Museu Nacional do Vinho – Alcobaça
(A Junta Nacional do Vinho adquiriu vários exemplares deste tipo de utensílio)



Fig. 11: Pulverizador (Sulfatador) em cobre, ferro e madeira. Marca Lena, de origem nacional (Batalha), s/data.

Nº 3 (Inventário da JNV)

Foto: Egídio Santos

Museu Nacional do Vinho



Fig. 12: Torpilha em cobre e latão. S/marca, de origem nacional, s/data
Foto: Egídio Santos
Museu Nacional do Vinho



Fig. 13: Adega dos Vinhos Brancos



Fig. 14: Adega dos Depósitos



Fig. 15: Adega dos Depósitos
Fotos: s/autor; s/data



Fig. 16: Bomba de trasfega em ferro. S/marca; s/origem; s/data.
Foto: Egídio Santos
Museu Nacional do Vinho – Alcobaça
(A Junta Nacional do Vinho possuía vários exemplares deste tipo de bomba)



Fig. 17: Destilaria móvel
Origem nacional, s/marca; s/data

Anexo V – Arquivos



Fig. 1: Santarém: vão de escadas (1999)



Fig. 2: Santarém: antiga cascaria (1999)



Figs. 3-4: Instalações do Cartaxo (1999)



Figs. 5-6: Instalações do Carregado (1999)



Figs. 7-8: Instalações de Azeitão (1999)
(Em 2007, toda a documentação desapareceu. Supõe-se que foi vendida como papel)



Figs. 9-10: Bombaral (2001). Em 2007 este depósito ficou praticamente cheio para venda do papel.



Figs. 11-12: Bombarral (2006) – Arquivo Geral (a documentação da JNV foi retirada das estantes e colocada em tulha para ser vendido o papel ao quilo). A tulha foi entretanto desmanhada e retirada a documentação considerada de interesse.



Figs. 13-14: Instalações de Chaves (1999)



Figs. 15-16: Pontével – Rio Maior (1999)



Figs. 17-18: Instalações de Santarém (1999)



Figs. 19-20: Instalações em Vila Nova de Gaia (1999)



Figs. 21: Bombarral: antiga garagem (1999)



Fig. 22: Bombarral: antiga tanoaria (1999)

ANEXO VI

RECORTES DE JORNAIS

CULTURA

Património documental do Instituto da Vinha e do Vinho está ao abandono

História do vinho em risco de se perder

Isabel Braga

Roida pelos ratos, inundada e destruída pelas cheias, à chuva, a monte pelo chão, coberta de pó e totalmente por estudar e tratar, a documentação que o Instituto da Vinha e do Vinho herdou da extinta Junta Nacional do Vinho pode desaparecer para sempre. Com ela, desaparecerá também a possibilidade de se fazer a história de um sector básico da economia portuguesa no último século.

CARLOS LOPES



Instituto da Vinha e do Vinho tem a sua documentação dispersa e por tratar

Os arquivos do Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), contendo documentação referente à actuação dos organismos cooperativos e de coordenação do sector vitivinícola nos últimos 70 anos em Portugal, correm o risco de se perder definitivamente, embora sejam um património insubstituível para a história de um dos sectores mais importantes da economia portuguesa ao longo deste século. História que se encontra por fazer.

A documentação está ao abandono, grande parte a monte, no chão, misturada com entulho e ferro velho, em instalações desactivadas do IVV espalhadas por todo o país, entre elas os armazéns de Braço de Prata, do Bombarral e do Catujal, perto de Sacavém, e de Vila Nova de Gaia.

Nos armazéns do IVV no Bombarral, num edifício onde entra água, há documentos dos anos 30 a 60 referentes à sede e a várias delegações da antiga Junta Nacional do Vinho — organismo antecessor do IVV. No Bombarral, num outro armazém gigantesco, por entre quatro metros de pó e entre as

actas das reuniões de direcção e das assembleias gerais do Grémio dos Armazenistas de Vinho, os únicos documentos conhecidos que restam da actividade deste organismo, dos mais importantes na execução da política vitivinícola do país entre 1930 e 1970.

No mesmo armazém, igualmente a monte, encontra-se o registo dos viticultores que em 1933 pagaram a primeira contribuição para a Federação dos Viticultores do Centro e Sul de Portugal. Registo esse que é a relação mais completa que se conhece dos produtores de vinho comum — incluindo o nome e local de residência —, a partir da qual se pode reconstituir a história social e política dos viticultores e vitivinicultores portugueses, nomeadamente através de cruzamentos com outros arquivos, como os da PIDE/DGS e da União Nacional. Outra documentação abandonada nos armazéns do Bombarral são os estudos e plantas das adegas cooperativas criadas a partir dos anos 50.

Alguns dos armazéns do Catujal foram inundados pelas cheias do último Inverno

que destruíram para sempre o espólio removido em 1991 e 1992 da biblioteca do IVV, na sede da instituição, que também funcionava como arquivo: dezenas de caixas de documentação cujo conteúdo se desconhece, à excepção do facto de parte dela remontar ao século XIX, inícios do século XX, e de alguma estar relacionada com o fabrico de vinhos, aguardentes e licores no século passado. No Catujal, foram ainda destruídos pela água os relatórios dos grémios dos Armazenistas e Comércio de Exportação de Vinho.

Em riscos de desaparecer definitivamente estão, ainda no Catujal, os registos que restam — já desapareceram os mais antigos, dos anos 30 e 40 — dos manifestos dos viticultores, os impressos onde os produtores declaravam a produção de cada ano, com o respectivo nome e morada e a identificação do vinho produzido — incluindo a área de produção, os tipos de solos, as castas, etc. E ainda os contratos que a Junta Nacional de Vinho fazia para financiamento à viticultura.

Se toda esta documentação se perder, um país que teve no vinho um dos seus

mais importantes recursos — lembre-se o "slogan" do Estado Novo de que "beber vinho contribui para o pão de mais de um milhão de portugueses" — não poderá fazer a história das grandes questões político-sociais e económicas a ele ligadas e que outros países já fizeram, como a Espanha, a Itália, a Bélgica e a França. Em Portugal, à excepção do Vinho do Porto, nem sequer se conhece a história das regiões demarcadas.

Biblioteca fechada

Uma aluna de mestrado na Universidade Nova de Lisboa, Dulce Freire, dedicou a sua tese a um tema inovador: "A Vitivinicultura no Estado Novo". Foi ela a primeira pessoa a pedir para consultar a documentação da ex-Junta Nacional do Vinho. Mas o estado em que encontrou este acervo gigantesco leva-a a recuar que, quando a sua tese ficar concluída, a documentação que citou já tenha sido deitado de existir. Se assim for, "ninguém poderá confirmar o que eu digo", lamenta-se.

Em 11 de Novembro, a biblioteca do IVV, na sede da

instituição, em Lisboa — dirigida por uma chefe de divisão sem qualquer formação na área de arquivos ou bibliotecas —, fechou para remodelação, e na leva de obras retiradas para os armazéns de Braço de Prata, sem quaisquer condições para receber papéis e inacessível ao público, incluíam-se algumas publicações antigas, portuguesas e estrangeiras, sobre a vinha e o vinho que mais nenhuma instituição do país possui.

O PÚBLICO confrontou a direcção do IVV com esta situação. O vice-presidente da instituição, Egídio Barbeiros, tentou minimizá-la, dizendo que "a biblioteca está em mudança de instalações para um local mais condigno", dentro da sede, negando que haja documentos em risco de se perder. Mas, nos últimos dias, a direcção do IVV contactou os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo pedindo apoio técnico para tratar da sua documentação. A reunião está marcada para o dia 11 e poderá incluir-se a operação de salvamento dos documentos que restam para contar a história do vinho e da vinha em Portugal. ■

tora do gueiredo

BEL Seruya, professora da Faculdade de da Universidade i, é a nova directo-stituto de José de lo, o instituto de do Estado, substi-na Paula Abran-nciada em Física e a pela Universidu-ndres, Ana Isabel laborou na expos-suscitar a Obra (1933) e leccionou rio de Arqueome-estrado em Pré-e Arqueologia da e de Letras de Lis-ontra-se ligada a cto de colaboração SCR, o Museu de e o Museu Mon-le Conimbriga. É i (com D. F.) do livro "Science sake — An intro-to analytical in Art and Ar-".

de ologa...

EBRE arqueóloga Mary Leaky, autotas descobertas som-rameros homini-reu ontem com 83 sua casa nos ure-Nairobi. O marido, ak, também um gy de renome, fale-1972. Mary Leaky o Quênia pela pri- em 1935. Celebri-1949, ao descobrir óceânicos (terrenos yna Ilha Itasinga, Vitória. Dez anos em o marido, en-er crãee do austro-antropo, prima- de com cento de es de anos, na Tan-59 anos e já viúva, as impressões fos- de três hominídeos milhões de anos, na Tanzânia. ■

e escritor

10 ER romeno Mu- que foi minist-ura entre 1993 e eos: no domingo, nos, vítima por se hepática. Ga- em 1991 com o arcano Herder de pelo conjunto da plicou o seu pri- "Só entre os em 1994. Em 1968, e escrever para as sem abandonar "Luzes d'Almas", alegro- e uma bíblia do egado por uma e Primo Shakes- "A terceira Apos- e duas outras pe- rano, a ditadura dest. Em 1992, e membro da Acu- e, um ano e, o título minist- rano do Governo est. ■

Entrevista com Bernardo Vasconcelos e Sousa, novo director da Torre do Tombo

O guardião dos arquivos

Isabel Salema

Muito brevemente, sairá o primeiro guia dedicado aos fundos da Torre do Tombo. Ao mesmo tempo, a aplicação informática para utilizar nos arquivos históricos ficará operacional. É a finalização destes projectos que fez Bernardo Vasconcelos e Sousa aceitar subir de posto: de subdirector para director da Torre do Tombo.



Vasconcelos e Sousa: o contraste entre "o culto da história-pátria e o desleixo pelos arquivos"

Onovo director do Instituto dos Arquivos Nacionais-Torre do Tombo, Bernardo Vasconcelos e Sousa, vem, como ele próprio sublinha, da antiga direcção de José Mattoso. "É evidente que haverá novidades, algumas das quais já estavam em maturação, mas que só agora são anunciadas." Foi para poder continuar esses projectos que, já, aceitou a direcção, onde immete pensar mais como arquivista do que como investigador de história. Um deles, fundamental, é a publicação do primeiro guia dos fundos da Torre. Porque sem conhecer um arquivo é impossível tomar decisões e definir prioridades que não passam apenas pela vontade de procurar os documentos.

Sobre o destino do arquivo do ex-Secretariado Nacional da Informação acha que deve ir para a Torre do Tombo: "Do mesmo ponto de vista, pode entrar mas a decisão terá de ser superior. Não sei se há algum projecto de criar um arquivo ligado ao Estado Novo. Julgo que não, com a escassez de meios que o país tem e havendo espaço aqui, o destino natural dessa documentação será a

Torre do Tombo." **PÚBLICO** — O que é que vai ser a Torre do Tombo, a partir de agora?

BERNARDO VASCONCELOS E SOUSA — Assumimos sempre, fiz questão de sublinhar isso, uma continuidade com a direcção presidida por José Mattoso. Não só pela referência que representa, mas porque estive implicado nessa direcção, como subdirector. Não vai haver mudanças substanciais na política geral de arquivos. É evidente que haverá novidades, algumas das quais já estavam em maturação, mas que só são agora anunciadas. Talvez a razão mais forte para ter aceite o lugar tenha sido precisamente o recar que uma alteração radical na direcção da Torre do Tombo pudessem secundarizar uma série de questões bastante importantes (ver caixa).

P. — Dentro das obrigações, perfeitamente definidas na lei orgânica, qual é a sua visão sobre a função dos arquivos nacionais?

R. — Uma das coisas fundamentais é um arquivo conhecer-se, haver uma imagem transversal dos fundos que existem. Em segundo lugar, os

grandes desafios de uma política de arquivos passam, também, pela gestão de uma massa imensa de documentação que é produzida pela administração pública. Apesar das alterações tecnológicas, como a introdução da informática, a produção documental em papel não diminuiu, continua a aumentar, por mais paradoxal que isso pareça.

P. — Porquê? As pessoas não têm confiança no documento digital?

R. — Não é uma questão de confiança. É de hábito, de tradição e, para além disso, a documentação electrónica levanta alguns problemas. O que é mais dramático em relação à documentação electrónica é que o desenvolvimento das tecnologias está muito avançado em relação à legislação sobre a autenticidade, o armazenamento. No caso português, não existe nenhuma tradição de acompanhamento do ciclo de vida desse documento, desde a altura em que é produzido até ao momento em que é remetido, quando se justifica, para um arquivo definitivo. Esse desafio não se vence de um dia para o outro.

P. — Qual é a relação

dos portugueses com a memória, ao nível dos arquivos produzidos pelas instituições ou dos arquivos pessoais? Os portugueses gostam de guardar documentos?

R. — Nos últimos 15 anos, é inegável que há uma grande sensibilização, nem sempre pelas boas razões, em torno da questão geral do património cultural. Repercutiu-se nos monumentos, no património móvel, na paisagem e em relação à documentação. Não deixa de ser curioso que tenha havido durante anos um paradoxo muito grande em Portugal: o culto da história-pátria, a evocação dos oito séculos de história, feita à esquerda e à direita, que contrastava vivamente com o desleixo absoluto dos arquivos.

Hoje as necessidades são imensas, os meios continuam a ser escassos. E mesmo que os arquivos tenham uma visibilidade diferente dos museus e dos monumentos construídos há já uma sensibilização sobre a necessidade de os preservar. É uma conquista importante do país.

P. — Qual é o estado dos arquivos institucionais?

R. — Falta uma cultura de

acompanhamento dos documentos desde que são produzidos até à sua entrada em arquivo definitivo. Há muita documentação que poderá não existir daqui a meia dúzia de anos se nada for feito a curto prazo — a do Estado Novo, por exemplo.

Temos algumas experiências positivas. O Instituto do Vinho e da Vinha tem tomado medidas para salvaguardar e preservar a sua documentação. Por mais pontuais que sejam, são exemplos porque apontam um caminho. A dificuldade, muitas vezes, é conseguir ter verbas nos orçamentos das instituições para tratar dos arquivos. É também uma questão de mentalidades: em Portugal, os arquivos continuam muitas vezes a ser associados a papéis velhos, aos métodos em ca-

ves ou em armazéns onde, de preferência, chova bastante para resolver o problema da selecção... É o sítio onde se põe um funcionário de "castigo", onde se mete alguém incompetente.

P. — Como é que gere essa massa enorme de documentação?

R. — A Torre do Tombo incorpora documentação que é estabelecida normalmente pela legislação (notários, conservatórias, registo civil, tribunais) ou de organismos extintos, caso da ex-Mocidade Portuguesa, da ex-PIDE/DGS. Relativamente aos organismos que deixaram de existir, mas cujas competências foram herdadas por outros existentes, a nossa política é sensibilizá-los para tratarem dos seus arquivos. É preferível eliminar documentação racionalmente, com critérios técnicos, do que ter uma política de destruição e deixar que a documentação seja eliminada por selecção natural.

P. — Mas houve arquivos, mesmo de organizações extintas, que levaram 20 anos a incorporar, como o da Mocidade Portuguesa (MP)?

R. — Esses anos são muitas

vezes o sinal da tal incuria ou da falta de meios. Sabíamos da situação da MP e foi possível, através da colaboração com o Instituto Português do Património Arquitectónico, incorporar muito rapidamente essa documentação. Outro exemplo em que a documentação nem sequer foi incorporada na Torre do Tombo: havia, desde 75, documentação de um organismo ligado às ex-colónias que estava num sótão — o Gabinete dos Negócios Políticos do Ultramar. Essa documentação, com alguma confidencialidade, foi integrada, há dois ou três meses, no Arquivo Histórico Ultramarino, onde está muito bem. Não tivemos qualquer política de apropriação.

P. — É possível ser o guardião da memória e não cair na tentação de fazer história?

R. — A função do Instituto dos Arquivos Nacionais não é fazer história, mas guardar, preservar e comunicar os testemunhos históricos a esse nível, o da memória. As pessoas que têm responsabilidades na política arquivística têm que perceber que a sua função enquanto arquivistas e responsáveis pela política arquivística não é fazer história. Estou particularmente à vontade para dizer isto porque sou um investigador de história e tenho a noção clara do que se me pede neste lugar — não é que faça história. A nossa função é criar condições para que outros possam investigar a documentação e eles, sim, fazer história.

P. — Como é que se gere a pressão dos investigadores?

R. — Não é fácil. Se há fundos que são mais pedidos do que outros, é evidente que, em termos de prioridade, tentaremos responder a essa pressão. Mas não pode ser o único critério de gestão. Exactamente para haver a definição de prioridades que não ao sabor da procura é que é necessário saber o que é que há cá para depois optar por onde começar na inventariação. Essa escolha estratégica só pode ser feita quando se tiver uma perspectiva de conjunto de todos os fundos aqui existentes. ■

O primeiro guia dos fundos da Torre do Tombo

SÃO QUATRO os projectos principais a que o novo director do Instituto dos Arquivos Nacionais-Torre do Tombo se vai dedicar nos tempos mais próximos: uma aplicação informática para utilizar nos arquivos históricos, a edição do primeiro guia dedicado aos fundos da Torre do Tombo, o apoio aos arquivos municipais e a continuação da publicação de um outro guia — uma iniciativa herdada do ex-Instituto Português dos Arquivos — desta vez dedicado às fontes importantes para a história da África, da América Latina e da Ásia.

A aplicação informática a utilizar nos arquivos institucionais foi desenvolvida internamente na Torre do Tombo por um técnico informático e por outros arquivistas, a partir de normas internacionais do Conselho Internacional de Arquivos. Chama-se Arquiv, utiliza as normas do Conselho Internacional de Arquivos, e já está

em fase de testes. Ao novo director cabe elaborar um caderno de encargos para a abertura do concurso público, "porque agora é preciso dar o salto para uma coisa mais profissionalizada". A ideia é estabilizar a aplicação para a poder exportar para os 15 arquivos distritais que dependem da Torre do Tombo. Depois, qualquer arquivo irá poder utilizá-la em modalidades a definir. "O problema da venda não se põe para os arquivos distritais, para outras entidades é um caso a estudar. As coisas têm custos e precisam de ser rentabilizadas."

O segundo projecto citado por Bernardo Vasconcelos e Sousa, previsto na lei orgânica do instituto, é o apoio aos mais de trezentos arquivos municipais, que este ano tem uma verba de 140 mil contos inscrita no PIDDAC (Plano de Investimentos e Desenvolvimento da Administração

Central). "Todas as câmaras em princípio têm um arquivo, que depende da autarquia: não quer dizer que esteja a funcionar, que seja um arquivo histórico ou um serviço autonomizado. Há situações muito diferentes. As verbas que dispomos são escassas, mas há pequenas coisas que podem ser feitas, como a aquisição de equipamentos ou a orientação técnica para a construção. Haverá a abertura de candidaturas, mas ainda não sabemos quando vai acontecer. Uma verba desta ordem não dá para fazer milagres, mas é um princípio que seria bom desenvolver."

O terceiro projecto diz mais respeito à Torre do Tombo propriamente dita e passa pela edição de um guia geral dos fundos do arquivo "A Torre do Tombo é um dos arquivos mais ricos e antigos do mundo, mas não existe uma descrição geral dos fundos existentes. Nunca existiu. A ideia

é fazer uma descrição, mesmo que muito sumária. Isso não é fácil quando se tem 40 quilómetros lineares de documentação e há fundos que praticamente nunca foram mexidos", diz o director. O primeiro volume a sair, já em fase de revisão, abarcará as instituições da Idade Média até ao final do Antigo Regime.

O quarto e último projecto é também no campo da edição e trata-se de retomar a publicação do guia dos fundos para a história das nações, uma iniciativa de José Mattoso ainda a frente do antigo Instituto Português de Arquivos, numa colaboração com a UNESCO e com o Conselho Internacional dos Arquivos. "Estão previstos três volumes para a África, três volumes para a América Latina e três volumes para a Ásia. Já saíram dois da África e o terceiro será da América Latina." ■ I.S.

Estado abandonado arquivos centrais

Os arquivos do Estado estão em estado «catastrófico». São quilómetros de memórias deixadas ao abandono

GRAÇA ROSENDO

NUMA ZONA central da cidade de Lisboa, uma enorme subcave, construída por baixo de um parque de estacionamento, sem equipamento para regular a humidade, a exposição à luz ou a protecção contra os insectos, está sobrelotada com toneladas de papel aparentemente sem importância.

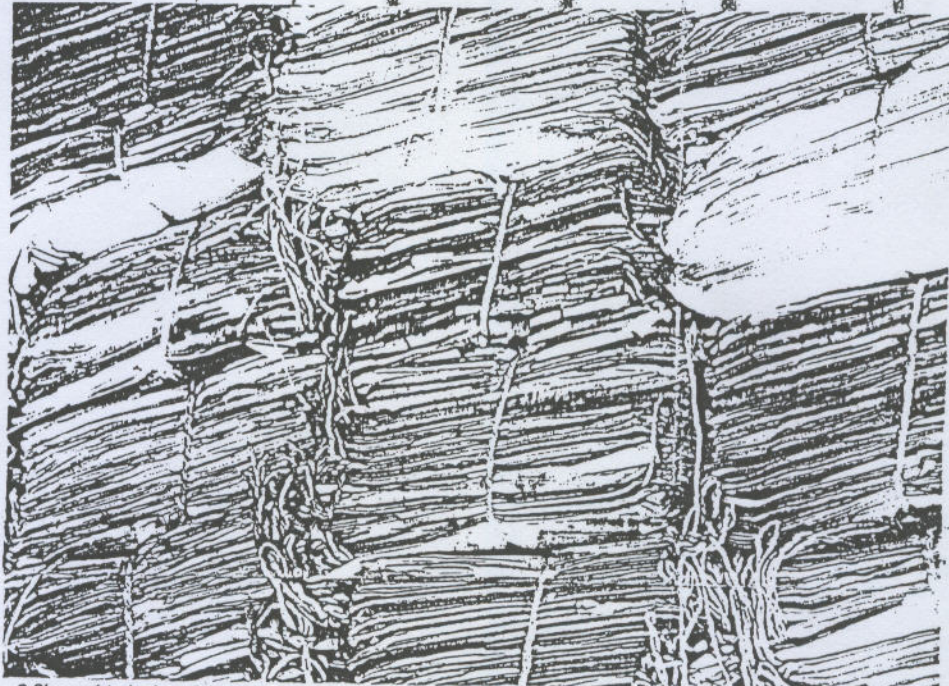
Noutro local da cidade, num edifício público há um enorme armário, atrás do qual se escondem a porta que dá acesso a outra cave, igualmente lotada de papel, onde estavam escondidos documentos do século XVIII que, há muito, se tinham dado como perdidos. Ao lado deles, há também várias colecções de «Diários da República» e as listas telefónicas desactualizadas das últimas décadas.

Hoje há quase 700 quilómetros de documentação proveniente dos serviços centrais do Estado, armazenados em depósitos sem condições, que ninguém avalia, selecciona e arquiva como deve ser. Está o retrato «catastrófico» dos arquivos da Administração Central, feito por uma equipa de investigadores do Observatório das Artes Culturais (OAC), e que é divulgado na próxima semana.

A «preservação da memória dos tempos presentes», afirma a professora Miriam Halpern Pereira, está «dramaticamente» em causa. «É preciso que o Governo assuma esta situação e tome medidas». O apelo da directora-geral do Instituto dos Arquivos Nacionais (IAN), da Torre do Tombo — de quem partiu a iniciativa deste estudo — não podia ser mais directo e mais preocupante. Afinal, o que foi encontrado neste «Diagnóstico dos Arquivos Intermediários da Administração Central» revela, acima de tudo, a «total insensibilidade» dos decisores políticos perante a memória histórica da Administração Central. «Esta não tem sido, de facto, uma prioridade dos Governos. Em nome, até, da modernização administrativa, é preciso que esta atitude mude», acrescenta Miriam Pereira.

Em terra de ninguém

«Esta documentação intermédia parece, por vezes, perdida numa terra de



O Observatório das Artes Culturais descobriu que os arquivos do Estado estão espalhados por mais de 700 depósitos em condições

Perto de 700 km de documentos da Administração estão armazenados em depósitos sem condições

ninguém — nem está em utilização nem passou ao estatuto de arquivo histórico», diz, na introdução deste estudo, Maria de Lurdes Lima dos Santos, presidente do OAC. E o que isto significa tem, de acordo com os resultados apurados pelos investigadores do Observatório, uma amplitude muito maior do que a do mero abandono de papéis num lugar esquecido.

O estudo centrou-se nos serviços de «topo» da Administração Central: gabinetes ministeriais, direcções-gerais, institutos públicos, entre outros; So-

bre os seus «arquivos intermédios» — processos, dossiês — estudos, leis, pastas, fotografias, jornais, livros, vídeos, CDs, etc. —, foram inquiridos 645 organismos, tendo-se obtido 73% de respostas ao estudo.

Destas respostas, foi possível concluir que esta documentação é guardada em 758 depósitos e espaços de depósito, tendo sido identificados 392 fundos documentais específicos (por exemplo, ficou a saber-se onde está e quem guarda a documentação da antiga Obra das Mães pela Educação Nacional ou da Mocidade Portuguesa).

Os resultados globais do estudo referem ainda que existem, nestes depósitos, 681 quilómetros lineares de documentação — um valor muito elevado, até porque é um cálculo por defeito, tendo em conta que se refere apenas a uma parte da Administração

Central», dizem os investigadores, que acrescentam: «Comparativamente com a Torre do Tombo, significa cinco vezes a sua capacidade total».

Por outro lado, 91,4% dos 758 depósitos não possuem qualquer regulamento de acesso — o que significa que a documentação ali guardada está, de facto, esquecida. Pior foi a descoberta de que 41% destes depósitos não têm um único

funcionário, sendo os depósitos meros espaços onde se acumula papel. Porque, na verdade, é de papel que se fala, quando se analisa esta documentação: oito dos ministérios inquiridos declararam ter 100% de documentação em papel, sendo o Ministério da Educação aquele que menos suporte em papel tem («apenas» 85%).

É provável, acrescentam ainda os investigadores, que entre 50 a 60% desta documentação «seja lixo». Mas «enquanto não for feita a sua selecção e avaliação, o que for sendo guardado manter-se-á como arquivo intermédio», explicam José Neves e Maria João Lima.

Além disso, em 27% dos depósitos, as condições ambientais, físicas e de conservação dos documentos foram consideradas «más ou muito más», havendo nisto uma percentagem (6%) de depósitos de organismos da Administração Central, onde se reconheceu que a documentação se encontra «em tumba», ou seja, nem sequer está acumulada em armários, arquivadores ou estantes.

Lotação esgotada

Ainda em relação aos depósitos, os investigadores apura-

ram que estes têm uma capacidade para 748 quilómetros de documentação e, neste momento, já se verifica uma ocupação da ordem dos 80% — aliás, 13 dos 15 ministérios inquiridos revelam ter depósitos com índices de ocupação superiores aos 74%. O facto de não haver serviços de arquivo e de, na maior parte dos casos, não serem adoptadas medidas, mesmo que básicas,

«A preservação da memória está dramaticamente em causa», diz a directora-geral da Torre do Tombo

de gestão documental, faz prever que esta lotação rapidamente se esgote.

O problema agrava-se ainda mais, alertam os investigadores, quando se sabe que 56% dos depósitos onde está guardada a documentação da Administração Central se encontram na região de Lisboa — e uma percentagem considerável destes está no centro da capital, ocupando edifícios nas zonas velhas da cidade.

Mas nem o argumento financeiro inverte esta tendência para o desleixo: é que quase 30% destes depósitos são arrendados, sendo que 22% pertencem mesmo a privados. O Estado, apuraram os investigadores, gasta cerca de um milhão de euros por mês na renda dos espaços onde acumula os «seus» papéis. Os Ministérios da Segurança So-

cial das Finanças e da Sald são os que mais gastam nestes arrendamentos. Só as Finanças são responsáveis por quase metade deste valor — 48% da verba gasta em arrendamentos é da sua conta.

Estes depósitos, entretanto, não estão descritos com meros barracões. 46,8% são salões dos próprios edifícios onde estão instalados os organismos do Estado e 41% são caves e sótãos. Descobriu-se ainda que há documentação «guardada» em corredores e escadas.

Sem obrigações

A descrição dos depósitos da Administração Central já dá uma boa ideia do estado em que se encontra a capacidade e a iniciativa arquivística do Estado. Mas, na verdade, e à medida que se avança neste estudo, o retrato só piora.

Para começar, está o facto de se ter descoberto que estes arquivos intermédios estão, muitas vezes, combinados com os arquivos correntes (aqueles cuja consulta seria necessária ao dia-a-dia dos serviços públicos) e com os históricos (aqueles sobre os quais se deveria ter tomado a decisão de pertencerem, de facto, a um arquivo nacional).

Por outro lado, sabe-se que nem todos os Ministérios têm arquivo histórico, nem tão pouco portaria para regulamentar a gestão dos documentos e o respectivo arquivamento. Será por isso que, segundo o estudo, em 58% dos serviços de arquivo analisados não se faz qualquer descrição da documentação que é enviada para depósito; em 47% não há inventários do que é posto em depósito; e 42% dos organismos que enviam a documentação para ser «guardada» nunca tiveram acompanhamento técnico do Instituto dos Arquivos Nacionais.

Na verdade, até cabe ao Instituto, por lei, a competência para avaliar todos os arquivos nacionais. Mas a falta de recursos torna essa prerrogativa legal quase impossível: neste momento, o IAN tem cinco técnicos superiores e um técnico profissional.

Também nos organismos da Administração Central onde é suposto ser feito o arquivamento e o depósito da documentação do Estado, o cenário não é melhor no que diz respeito à escassez de pessoal e à sua preparação para estas funções. Na esmagadora maioria dos organismos inquiridos neste estudo, os responsáveis por estes serviços são funcionários administrativos. Apenas em 3%, essa responsabilidade cabe a técnicos superiores de arquivo. E 41% nem sequer têm funcionários.

Finalmente, revela Miriam Halpern Pereira, da Torre do Tombo, «Portugal é o único país da União Europeia em que não existe uma lei de incorporação obrigatória da documentação da Administração Pública central». Isto significa que ninguém tem, na verdade, que reportar nada, em matéria de arquivo, à Torre do Tombo. O decreto que, finalmente, assumirá essa obrigação está pronto para ser aprovado em Conselho de Ministros. Desde o Verão.

condomínio de santa maria
viva com tradição de bem-viver
vira

História viva às portas de Alcobaça

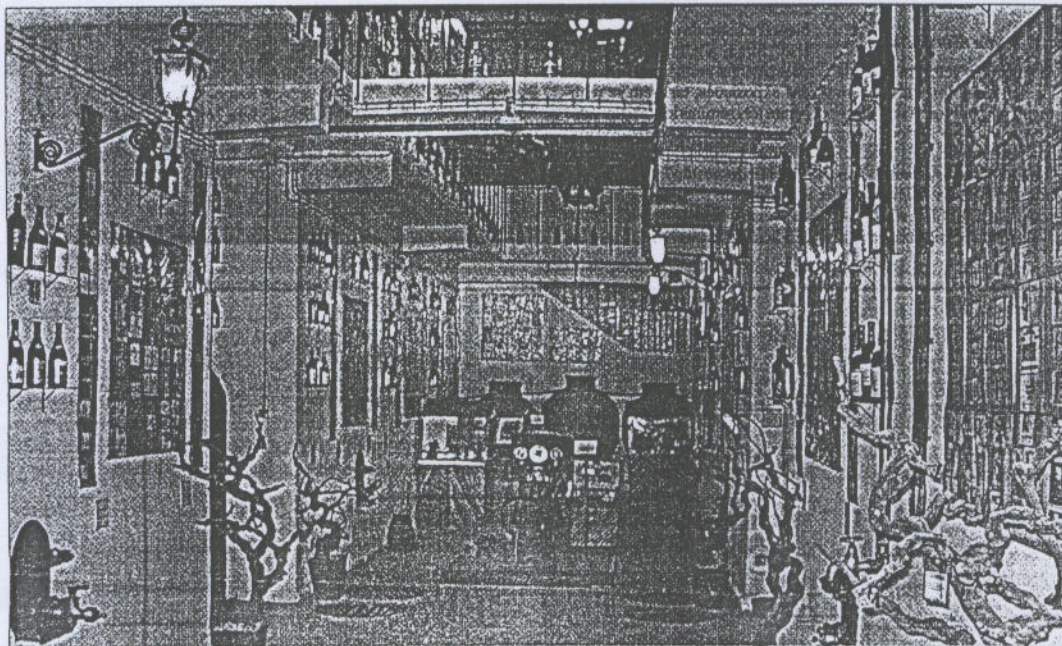
O Museu Nacional do Vinho de Alcobaça, reúne o mais importante espólio vitivinícola existente em Portugal, desde o fim do século passado, num espaço que já funcionou como adega.

Nuno Jesus

Quem passa por Alcobaça, salvo informação, não imagina a história que se encontra no espaço que em tempos foi a adega de José Magalhães, criada em 1975 para implementar e desenvolver a viticultura da região. Em 1948, a Junta Nacional do Vinho, organismo corporativo e de coordenação económica, adquire a referida adega e os terrenos adjacentes, passando desde então a funcionar como Adega Cooperativa e armazém de vinhos de Alcobaça, devidamente modernizados e ampliados.

Em 1966, após o encerramento de alguns dos Armazéns da Junta Nacional do Vinho, iniciou-se a recolha de material vinário disperso nas suas várias delegações. Exercendo funções de Delegado da Junta Nacional do Vinho em Leiria, Manuel Marques, cedo se interessou pelo espólio que se adensava e que, por razões logísticas, ia sendo reunido em Alcobaça. Assim, ciente do valor histórico e etnográfico das peças em questão, foi dando início a uma colecção única e preciosa, enriquecida com doações e material posteriormente adquirido em antigas adegas e antiquários.

A partir de 1986, com a Organização Comum do Mercado do Vinho, resultante da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, foi criado o Instituto da Vinha e do Vinho, organismo que herdou o património já existente, abrindo as portas do Museu Nacional do Vinho de Alcobaça, assumindo-se como o local que congrega o maior espólio relacionado com

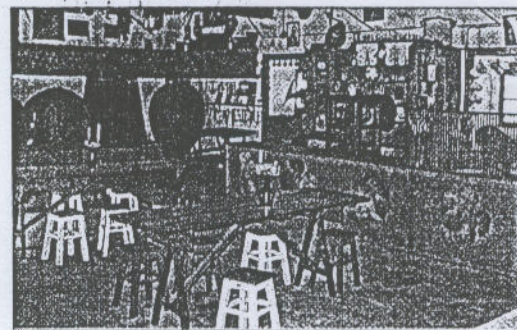
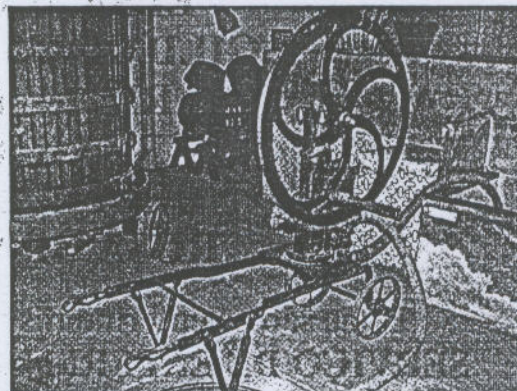


Museu Nacional do Vinho de Alcobaça, uma visita à história vitivinícola de Portugal

a actividade vinícola em Portugal.

Testemunho da história e da evolução do sector, o Museu conta com um acervo de cerca de 10.000 peças distribuídas pelas diversas salas desta antiga adega que passaremos a descrever. Temos a **Adega dos Balseiros** que contém 14 balseiros, construídos em 1947 e 1948, com capacidades compreendidas entre 9.300 a 15.300 litros, utilizadas para

fermentação das uvas tintas que chegavam à adega; A **Adega dos Depósitos**, que tem 18 depósitos em cimento armado, com capacidades entre 19.000 e 50.000 litros, abertos de forma a criar espaços expositivos, onde estão contempladas inúmeras alfaías agrícolas, material de laboratório, cartazes do tempo do Estado Novo, uma placa de sarro extraída de um tonel que contém 25 colheitas sem ser descerrado, uma moto Harley Davison, de 1939, utilizada pelos serviços de fiscalização da ex-Junta Nacional do Vinho e cerca de 2500 garrafas e 5000 rótulos de diferentes vinhos; Poderá ainda visitar a **Adega dos Vinhos Tintos e a dos Vinhos Brancos** que mostram as diferentes formas de fazer estes vinhos; a **Adega dos Tonéis**, com um conjunto de 17 tonéis em madeira de carvalho, utilizados na conservação e envelhecimento de vinhos especiais; No espaço contíguo a estes edifícios existe ainda uma **Abegoaria**, onde estão expostos carros antigos usados no transporte de uvas, de vinho e de trabalhadores, com galeras de tracção bovina, muar ou cavalari, um aranhol utilizado no transporte de cascos. Alguns carros de bois, uma carroça e algumas alfaías agrícolas, nomeadamente arados, temos também uma **Oficina de Tanoaria**, onde estão expostas várias ferramentas utilizadas pelos tanoeiros, no fabrico de vasilhas e tonéis. Recorde-se que Alcobaça chegou a ter 22 tanoeiros; Temos ainda a **Casa da Malta**, onde pmoitavam os trabalhadores que se deslocavam de rancho em rancho para ganhar a vida no campo, onde se

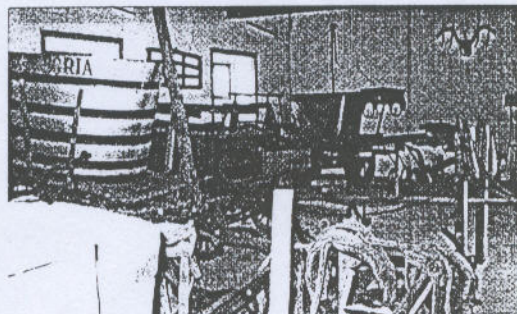
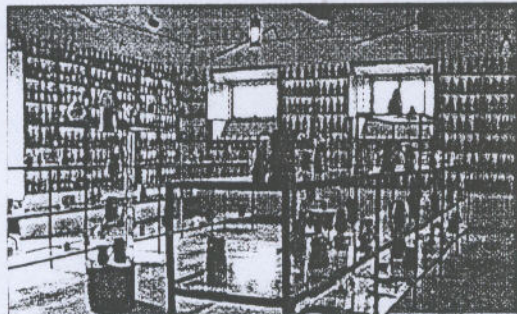


podem ver duas tarimbas com palha que serviam de dormitório e um conjunto de alfaías agrícolas utilizadas no quotidiano do campo.

Para terminar esta visita da melhor forma temos uma **Taberna** à antiga, em que a disposição, os car-

tazes e os objectos procuram retratar o mais fielmente possível como eram as tabernas de antigamente.

Aconselha-se uma visita com tempo a este museu, até agora único no país, que recebe cerca de 8.000 visitas por ano. §



FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

GAV, *Actas do Grémio de Armazenistas de Vinhos.*

FVCSP, *Livro nº 1 de Actas do Conselho*

JNV, *Livros nº 1 a 6 de Actas do Conselho Administrativo.*

JNV, *Livros nº 1 a 6 de Actas da do Conselho Geral.*

JNV, *Livros nº 1 e 2 Actas do Conselho Técnico.*

JNV, *Livros nº 1 e 2 Actas da Comissão de Obras e Apetrechamento.*

JNV, *Livros nº 1 e 2 de Actas da Comissão de Instalação e Apetrechamento das Adegas Cooperativas.*

FONTES IMPRESSAS: (Nacionais e Estrangeiras)

AAVV, *Le Vin dans la Diététique des Maladies de la Nutrition*, Alençon, Imprimerie Alençonnaise, [s.d.].

AAVV, *Lexique de La Vigne et Du Vin*, Office International de la Vigne et du Vin, Paris, 1963.

AGUIAR, António Augusto de, *Conferências Sobre Vinhos*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências, 1876.

AZEVEDO, Manuel Pacheco de, *Guia do Adegueiro para a Conservação e Tratamento das Vasilhas*, Separata do Boletim da Casa do Douro, Régua, 1948.

BARROS, Henrique de, *A Região de Colares*, Ministério da Agricultura- Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Repartição de Estudos, Informação e Propaganda, Lisboa, Lucas & C.^a, 1938.

BRITO, F. d'Almeida e, *A Vinha Portuguesa*, 18 Vols., Revista mensal de viticultura, Lisboa, Tip. Elzeviriana, 1886-1907.

BURGUETE, Adriano, *O Vinho que devemos beber e como devemos bebê-lo*, (Separata do II Congresso Internacional Médico para o Estudo Científico do Vinho e da Uva), Lisboa, Editorial Império, 1938.

COELHO, Luís da Câmara Pinto, “As Cooperativas e o Regime Corporativo”, in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Vol. V, Lisboa, Junta Nacional do Vinho, 1953, pp.29-52.

CONGRESSO Vitícola Nacional de 1895, (2.Vols.), Lisboa, Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, Imprensa Nacional, 1896.

CONGRESSO Vinícola Nacional em 1900 – Relatório Geral, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902.

CORVO, Luiz de Andrade, *A Tuberculose da Vinha*, Lisboa, Typographia Castro Irmão, 1881.

COSTA, António L. Pinto da, “O destino do Alto Douro (1900-1930)” in *História*, (Nova Série) Ano XIX, nº 35/Outubro, 1997, pp.32-49.

COSTA, B.C. Cincinnato da, *O Portugal Vinícola*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900.

CUNHA, D. Salvador da, *O Vinho na alimentação da criança*, Separata do II Congresso Internacional Médico para o Estudo Científico do Vinho e da Uva), Lisboa, Editorial Império, 1938.

DOURACHE, Léon, (Directeur de l'Office International du Vin) «Propagande Sous Toutes Ses Formes – Rapport Général» in *V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho*, Tomo IV, Lisboa, Editorial Império, 1938.

ESAGUY, Augusto de, *O Vinho refaz o homem: palestra*, Lisboa, Editorial Império, 1936.

EXPOSIÇÃO de Vinhos Portugueses em Berlim em 1888 – Relatórios dos Delegados de Lisboa e Porto, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria – Direcção Geral de Agricultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

FERREIRA, Armando Pinto Morais, “Cooperativismo Vitivinícola (Área da JNV) in *Jornadas Vitivinícolas 1962*, II Vol., Anais da JNV, pp.73-79.

FONSECA, Heitor da, *O Vinho em Cirurgia*, (Separata do II Congresso Internacional Médico para o Estudo Científico do Vinho e da Uva), Lisboa, Editorial Império, 1938.

FRANCO, Rafael da Cunha, *O Vinho na colecistografia*, (Separata do II Congresso Internacional Médico para o Estudo Científico do Vinho e da Uva), Lisboa, Editorial Império, 1938.

GAMA, Luiz, (Dir.) *Cartilhas do Lavrador*, [vários números], Porto Edição da Enciclopédia da Vida Rural, 1938.

GARCIA, José Penha, “Cooperação Vitivinícola” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Vol. III, Lisboa, 1951, pp.5-20.

JNV, *A Depuração das Águas Residuais das instalações tecnológicas da Junta Nacional do Vinho*, (texto policopiado) Estudo da Comissão nomeada por portaria de 7 de Maio de 1956 publicado no Dário do Governo nº 113, II Série, de 11 de Maio.

MAIA, Samuel, *O Vinho. Propriedades e Aplicações, Resumo de Comunicações e Pareceres nos Últimos Congressos Médicos*, Lisboa, Imprensa Portugal-Brasil, 1936.

MARQUES, Barbedo, “Política Nacional do Vinho” in *Jornadas Vitivinícolas*, Vol. II (1ª. Secção) Lisboa, Junta Nacional do Vinho, 1962, pp.192-201.

MIGUEL, Américo C., GODINHO, Mário Falcão, “Carta Vinícola de Portugal” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Vol. II, Vol. V, Lisboa, Junta Nacional do Vinho, 1950, pp.301-316.

MIGUEL, Américo C., OLIVEIRA, Rogério V. de, “Solução Cooperativista do Problema da Armazenagem de Vinhos”, in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Vol. IV, Lisboa, Junta Nacional do Vinho, 1952, pp.43-93.

MIGUEL, Américo C., OLIVEIRA, “Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas para a Área de Jurisdição da Junta Nacional do Vinho”, in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Vol. IV, Lisboa, Junta Nacional do Vinho, 1952, pp.95-363.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, *A Intervenção na Campanha Vinícola de 1965-66*, Lisboa, Ministério da Economia, 1966.

OLIVEIRA, Mário Morais de, “A Cooperação e o Corporativismo”, in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Vol. I, Lisboa, Junta Nacional do Vinho, 1949, pp.23-34.

OLIVEIRA, Mário Morais de “A Nação e o Estado Corporativos na Vida Económica”, in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Vol. VIII, Lisboa, Junta Nacional do Vinho, 1956, pp.183-202.

OLIVEIRA, Mário Morais de “A Cooperação Vitivinícola”, in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, 1954-55 Vol.VI-VII, Lisboa, Junta Nacional do Vinho, 1955.

PENHA-GARCIA, José, OLIVEIRA, Mário Morais de, FREITAS, António Guedes Barjona de, (Conselho Administrativo da JNV) “O Problema das Adegas Cooperativas. Sua Determinação e Perspectivas”, in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Vol. IV, Lisboa, Junta Nacional do Vinho, 1952, pp.6-42.

PENHA-GARCIA, José, OLIVEIRA, Mário Morais de, FREITAS, António Guedes Barjona de, (Conselho Administrativo da JNV), “Política Internacional do Vinho”, in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Vol. I, Lisboa, Junta Nacional do Vinho, 1949, pp.7-22.

PENHA-GARCIA, A Unificação dos Processos de Elaboração das Cartas Vitivinícolas” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Vol. II, Lisboa, Junta Nacional do Vinho, 1950, pp.5-12.

PENHA-GARCIA, “A Cooperação Vinícola” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Vol. III, Lisboa, Junta Nacional do Vinho, 1951, pp.5-20.

PENHA-GARCIA, “A Cooperação Vinícola” in *Anais da Junta Nacional do Vinho*, Vol.V, Lisboa, Junta Nacional do Vinho, 1953, pp.6-29.

PESSANHA, Sebastião, “A Etnografia no Museu Português do Vinho” in *Jornadas Vitivinícolas 1962*, Vol.V, Edição dos Anais da J.N.V., Lisboa, 1962, pp.279-282.

PUNTONI, Vittorio, *Le vinisme et l'alcoolisme*, , (Separata do II Congresso Internacional Médico para o Estudo Científico do Vinho e da Uva), Lisboa, Editorial Império, 1938.

RAVAZ, VIALA e, *A Vinha Americana*, tradução de D. Luiz de Castro, Lisboa, M. Gomes, 1897.

REIS, António Batalha, *A Acção da Junta Nacional do Vinho*, Lisboa, Editorial Império, 1938.

REIS, António Batalha, *Principais Atribuições da Junta Nacional do Vinho*, (Publicação Ilustrada) Lisboa, Editorial Império, 1938.

REIS, António Batalha, *Organização da Viti-Vinicultura – Estudo da Organização Corporativa Portuguesa*, Lisboa, Editorial Império, 1938.

REIS, António Batalha, *Roteiro do Vinho Português*, Lisboa, Edição SNI, 1945.

REIS, Batalha, *A Vinha e o Vinho em 1872*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

RICO, J. Toscano, *Acção de alguns ésteres sobre diversos órgãos isolados*, (Separata do II Congresso Internacional Médico para o Estudo Científico do Vinho e da Uva), Lisboa, Editorial Império, 1938.

ROMA, Ernesto, *O Vinho nos Diabetes*, (Separata do II Congresso Internacional Médico para o Estudo Científico do Vinho e da Uva), Lisboa, Editorial Império, 1938.

ROSA, Mário, *Papel Fisiológico do Vinho e da Uva no Metabolismo Humano*, (Separata do II Congresso Internacional Médico para o Estudo Científico do Vinho e da Uva), Lisboa, Editorial Império, 1938.

SALVADOR, A. R. Nunes, F.F. Franco Frazão, “Ensaio prévio para o estabelecimento do das características dos vinhos portugueses” in *Anais da JNV*, Vol. I, Lisboa, 1949, pp.123-139.

SANTOS, Raul Esteves dos, *O Vinho de Colares*, Adega Regional de Colares, 1938.

S. ROMÃO, Visconde Vilarinho, *Viticultura e Vinicultura*, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria – Direcção Geral de Agricultura – Serviços Ampelográficos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

S. ROMÃO, Visconde Vilarinho, *Flagellos da Videira*, Porto, Livraria Universal, 1891.

SILVA, José Veríssimo Alvares da, *Memórias da Agricultura Premiadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa em 1787 e 1788*, Lisboa, 1789.

VASQUES, Victor Hugo (org.), *Riqueza de Portugal – Os Vinhos Portugueses*, Lisboa, Editorial Império, 1940.

VILLA MAIOR, Visconde de, *Manual de Vitivinicultura Prática*, 2ª ed., Porto, Ernesto Chardron, 1881.

VILLA MAIOR, Visconde de, *Tratado de Vinificação para Vinhos Genuínos*, 2.ª ed., Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências, 1883.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

- GAV, *Relatório e Contas do Exercício de 1939*
- JNV, *Relatório e Contas dos Exercícios dos Anos*, 20 Vols, Lisboa, 1937-1983.
- JNV, *Anais da Junta Nacional do Vinho*, XIII Vols. + Separatas, Lisboa, anos de 1940 a 1961.
- JNV, *Jornadas Vitivinícolas*, 4 Vols., Lisboa, 1962.
- JNV, *Informação Vinícola*, – Boletim Mensal de informação Geral e Divulgação Técnica da Junta Nacional do Vinho, Lisboa, anos de 1938 a 1962.
- JNV, *Vinho, Semanário Viti-vinícola*, s.e., Lisboa, 1935-1936.
- JNV – *V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho* [1938], JNV, Lisboa, 1938.
- Semanário “Notícias” Agrícola, Lisboa, Diário de Notícias, anos de 1938 a 1945.
- IVV, *Vinhos e Aguardentes de Portugal – Anuário*, Lisboa, 1990-1991.

LEGISLAÇÃO

Diplomas do *Diários do Governo*, I Série, Imprensa Nacional, Lisboa:

- Decreto de 14 de Junho de 1901, *D.G.*, nº 131 de 15 de Junho
- Decreto nº 1 de 10 de Maio de 1907, *D.G.*, nº 104 de 11 de Maio.
- Lei de 2 de Dezembro de 1907, *D.G.*, nº 275
- Decreto nº 16 684, de 22 de Março de 1929, *D.G.*, nº 81 de 30 de Março.
- Decreto nº 21 455 de 4 de Julho de 1932, *D.G.*, nº 157.
- Decreto nº 21 883, de 18 de Novembro de 1932, *D.G.*, nº 272.
- Decretos nºs 22 460 e 22 461, de 10 de Abril de 1933, *D.G.*, nº 82.
- Decreto-Lei nº 23 184, de 28 de Outubro de 1933, *D.G.*, nº 264
- Decretos-Lei nºs 23 230, 23:231 e 223:232 de 17 de Novembro de 1933, *D.G.*, nº 263.
- Decreto-Lei nº 23 880, de 21 de Março de 1934, *D D.G.*, nº 229.
- Decreto-Lei nº 24 979, de 28 de Janeiro de 1935, *D.G.*, I Série, nº 22.
- Lei nº 1890 de 23 de Março de 1935, *D.G.*, I Série, nº 67.
- Decreto-Lei nº 27 977, de 19 de Agosto de 1937, *D.G.*, I Série, nº 193
- Decreto nº 32 275, de 19 de Setembro de 1942, *D.G.*, I Série, nº 220.

Diplomas do *Diários da República*, I Série, Imprensa Nacional, Lisboa:

- Decreto-Lei nº 443/74 de 12 de Setembro, *D.R.*, I Série, nº 213.
- Decreto-lei nº 47/2007 de 27 de Fevereiro, *D.R.*, I Série, nº 41.
- Portaria nº 219-H/2007 de 28 de Fevereiro, *D.R.*, I Série -Suplemento, nº 42.

ESTUDOS

AAVV, *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios da Administração Central*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, 2003.

ALARCÃO, Alberto de, “A Vinha e o Vinho em Portugal, e no Ribatejo” in *O Vinho, a História e a Cultura Popular – Actas do Congresso*, Lisboa, ADISA- Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior de Agronomia, 1994, pp.387-409.

ALVES, António Monteiro, LOURENÇO, Fernando de Sousa, *Aspectos recentes da evolução do mercado do vinho em Portugal*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro de Estudos de Economia Agrária, 1972.

AMARAL, José Duarte, *O Grande Livro do Vinho*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1994.

AMARAL, Luciano, FREIRE, Dulce, “Vinho”, in BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena, (Coord.), *Dicionário de História de Portugal* Vol. IX, Lisboa, Figueirinhas, 1999, pp.594-597.

AMARO, Pedro, “A Protecção das Plantas” in *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, Instituto Português de Museus, Ministério da Cultura, 1996.

ÁVILA, Armando, *Salazar Perante o Mundo*, 2.^a ed., Lisboa, Grafitécnica, 1954.

BELCHIOR, A. P., CARNEIRO, L.C. CARNEIRO, “A Quinta da Almoinha na Ciência e Técnica Vitivinícola. Um Percurso de 85 anos” in *O Vinho, a História e a Cultura Popular – Actas do Congresso*, Lisboa, ADISA- Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior de Agronomia, 1994, pp.411-427.

BEJA-DA-COSTA, Manuel, “O aquecimento do vinho nos Meados do Século XIX in *O Vinho, a História e a Cultura Popular – Actas do Congresso*, Lisboa, ADISA- Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior de Agronomia, 1994, pp.383-385.

BAIÃO, José Augusto Simões, *Defeitos e Doenças dos Vinhos e seu Tratamento*, Lisboa, Typographia de Adolpho de Mendonça, 1898.

BAPTISTA, Alfredo, SUSPIRO, Edmundo, *O Problema Filoxérico em Portugal (Estado Actual da Sua Evolução)*, Ministério da Economia, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas - Repartição de Serviços Vitivinícolas, Lisboa, Serviço Editorial da Repartição de Estudos Informação e Propaganda, 1955.

BAPTISTA, Fernando Oliveira, *A Política Agrária do Estado Novo*, Porto, Edições Afrontamento, 1993.

BARRETO, António, “O Vinho do Porto e a intervenção do Estado” in *Análise Social*, Vol. XXIV, nº 100, [3ª Série], Instituto de Ciências Sociais da Universidades de Lisboa, 1988, pp.373-390.

CALDEIRA, Joaquim Cabral, *Os Armazéns da Junta Nacional do Vinho*, (policopiado), Lisboa., [s.ed.], 1985.

CAPELA, José, *O vinho para o preto: notas e textos sobre a exportação para África*, Porto, Afrontamento, 1973.

CARDOSO, António Barros, «Pombal e a Reforma Agrária do Douro» in *História* (Nova Série), Ano XXI, Número 17/Setembro 1999, pp.20-26.

CORPORAÇÃO DO COMÉRCIO, *As Corporações na Economia Nacional*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1971.

COSTA, Freitas da, *Salazar, Antologia – Discursos, Notas, Relatórios, Teses, Artigos e Entrevistas*, [Edição Comemorativa do Jubileu Ministerial do Professor Dr. Oliveira Salazar:27-4-1928/27-4-1953].

CRUZ, “Notas para uma caracterização política do salazarismo” in *Análise Social*, Vol. XVIII, nº 72-73-74, [3ª Série], Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1982, pp.773-794.

CURVELO-GARCIA, António Sérgio, *Controlo de Qualidade dos Vinhos – Química Enológica, Métodos Analíticos*, Lisboa, Instituto da Vinha e do Vinho, 1988.

DANTAS, Virgílio, «O estabelecimento e protecção das denominações de origem vinícolas rumo ao futuro, tendo em consideração as lições do passado» in *Enologia – Revista da Associação Portuguesa de Enologia*, nº 9 (Jan.-Jun.) pp. 17-25.

DANTAS, Virgílio, *Manual de Legislação Vitivinícola e sobre o Álcool e Produtos Alcoólicos Diversos* (3 Vols.), Lisboa, Junta Nacional do Vinho, 1971.

DANTAS, Virgílio, “Para Uma Política Nacional do Vinho. Notas Tendentes à Reestruturação da Organização Vinícola Portuguesa” in *Jornadas Vitivinícolas*, Vol. II (1ª. Secção) Lisboa, Junta Nacional do Vinho, 1962, pp.155-192.

ESTRELA, Rui, *A Publicidade no Estado Novo, (1932-1959)*, Vol. I, Coleção Comunicando, nº1, Lisboa, 2004, pp.57-69.

ESTRELA, Rui, *A Publicidade no Estado Novo, (1932-1959)*, Vol. II, Coleção Comunicando, nº1, Lisboa, 2004, pp.32-33.

FONSECA, Maria Inês, “Sociabilidades urbanas em torno do vinho” in *História*, (Nova Série) Ano XIX, nº 35/Outubro, 1997, pp.50-58.

FRANCO, António de Sousa, “Ensaio sobre as transformações estruturais das finanças públicas portuguesas: 1900-80”, in *Análise Social*, Vol. XVIII, nº 72-73-74, [3ª Série], Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1982, pp.1105-1138.

FRANCO, António de Sousa, “As Finanças na I República: a continuidade das Finanças débeis” in MEDINA, João (Dir.), *História de Portugal*, Vol. XI. Alfragide, Ediclube, 1998, pp. 228-229.

FREIRE, Dulce, CARVALHO, Maria João Vilhena de, “ A crise do vinho ou dar de comer a um milhão de portugueses” in *História*, (Nova Série) Ano XVII, nº 3/Dezembro, 1994.

FREIRE, Dulce, “Propaganda Vitícola no Estado Novo: a bebida nacional”, in *História* (Nova Série), Ano XX, nº 10/Janeiro, 1999, pp. 21-28.

FREIRE, Dulce, «Retrato (s) de um país vinícola» in *História* (Nova Série), Ano XIX, nº 35/Outubro, 1997, pp. 6-18.

FREIRE, Dulce, *Produzir e Beber. A Vinha e o Vinho no Oeste (1929-1939)*, Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX-XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, s.e.], 1997.

GARCIA, Manuela, “Guardadores da História do Mundo” in *História* (III Série) Ano XVI, nº 72/Dezembro, 2004, pp. 54-57.

GUERREIRO, Alberto Damas, AGOSTINHO, Susana, *Museu Nacional do Vinho: Relatório Preliminar: o ponto da situação*. (s.e.), Alcobaça, 2002.

GOMES, Francisco de Matos, *30 Anos de Estado Novo*, Lisboa, Gráfica Boa Nova, 1957.

GRAÇA, Laura Larcher, “Cooperativas Agrícolas” in BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena, (Coord.), *Dicionário de História de Portugal* Vol. VII, Lisboa, Figueirinhas, 1999, pp. 417-419.

IVV, *Ajudas Comunitárias no âmbito do Reg. (CEE) 355/77*, Lisboa, 1989.

JOÃO, Maria Isabel, *Os Açores no Século XIX, Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991.

JNV, *Bases de Apoio na Produção Vitícola*, Caderno de Divulgação nº 1, Lisboa, Junta Nacional do Vinho, 1980.

JUSTINO, David, “A evolução do produto nacional bruto em Portugal, 1850-1910 – algumas estimativas provisórias” in *Análise Social*, Vol. XXIII, nº 97, [3ª Série], Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987, pp.451-461.

JUSTINO, David, *A formação do Espaço Económico Nacional – Portugal 1810-1923*, Vol. I, Lisboa, Veja, 1988.

LEAL, António da Silva, “A organização do Estado depois da revolução de 1974” in *Análise Social*, Vol. XVIII, nº 72-73-74, [3ª Série], Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1982, pp.927-945.

LEAL Patrícia, “Paixão Marques, fundador do Museu do Vinho” in www.tintafresca.net acedido 20 de Março de 2007.

LUCENA, Manuel “A revolução portuguesa: do desmantelamento da organização corporativa ao duvidoso fim do corporativismo” in *Análise Social*, Vol. XIII, nº 51 [Jul.Ago.Set.], GIS- Gabinete de Investigação Social, Lisboa, 1977, pp. 541-592.

LUCENA, Manuel “Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à lavoura (I)” in *Análise Social*, Vol. XIV, nº 56 [Out.Nov.Dez.], GIS- Gabinete de Investigação Social, Lisboa, 1978, pp. 817-862.

LUCENA, Manuel “Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à lavoura (II)” in *Análise Social*, (2.ª Série), Vol. XV, nº 57 [Jan.Fev.Mar.], GIS- Gabinete de Investigação Social, Lisboa, 1979, pp. 117-167.

LUCENA, Manuel, “Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à lavoura (III)” in *Análise Social*, (2.^a Série), Vol. XV, nº 58 [Abr.Mai.Jun.], GIS- Gabinete de Investigação Social, Lisboa, 1979, pp. 287-335.

LUCENA, Manuel, “Sobre as federações de grémios da lavoura (breve resumo sobre o que fizeram e deixaram de fazer) ”in *Análise Social*, (2.^a Série), Vol. XVI, nº 64, [Out.Nov.Dez.], GIS- Gabinete de Investigação Social, Lisboa, 1980, pp. 713-744.

LUCENA, Manuel “Transformações do Estado Português nas suas relações com a sociedade civil, in *Análise Social*, Vol. XVIII, nº 72-73-74, [3^a Série], Instituto de Ciências Sociais da Universidades de Lisboa, 1982, pp.897-926.

LUCENA, Manuel “Neocorporativismo? – Conceito, interesses e aplicações ao caso português” in *Análise Social*, Vol. XXI, nº 87-88-89, [3^a Série], Instituto de Ciências Sociais da Universidades de Lisboa, 1985, pp.819-865.

LUCENA, Manuel, “Junta Nacional do Vinho” in BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena, (Coord.), *Dicionário de História de Portugal* Vol. VIII, Lisboa, Figueirinhas, 1999, pp.331-335.

LUCENA, Manuel “Organismos de Coordenação Económica” in BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena, (Coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VIII, Lisboa, Figueirinhas, 1999, pp.654-666.

MACHADO, Herlander, “O Vinho na economia portuguesa: alguns aspectos”, in *Boletim Trimestral do Banco Nacional Ultramarino*, nº 68, Lisboa, 1966.

MACHADO, José Cerqueira, *Estudo Histórico e Documental dos Vinhos de Monção*, Monção, (s.ed.) 1960.

MANSINHO, Maria Inês, “Algumas reflexões sobre a liquidação dos grémios da lavoura do Alentejo e Algarve e respectivas federações” in *Análise Social*, (2.^a Série), Vol. XV, nº 59, GIS- Gabinete de Investigação Social, Lisboa, 1979-3º, pp. 525-609.

MARQUES, António, BAIARRADA, Mário, “As Classes sociais na população activa portuguesa, 1950-70” in *Análise Social*, Vol. XVIII, nº 72-73-74, [3ª Série], Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1982, pp.1279-1397.

MARTINS, Fernando Piccarelli, *A viticultura e os porta Enxertos*, www.srjundiai.com.br/uva05.htm, acedido em 4.12.06.

MARTINS, Conceição Andrade, *Memória do Vinho do Porto*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais (ICS), Universidade de Lisboa, 1990.

MARTINS, Conceição Andrade, “Ciclos do Vinho do Porto – ensaio de periodização” in *Análise Social*, Vol. XXIV, nº 100, Lisboa, ICS, 1988, pp. 391-429.

MATA, Eugénia, VALÉRIO, *História Económica de Portugal. Uma Perspectiva Global*, Lisboa, Editorial Presença, 1994.

MATIAS, Maria Goretti, “Os Vinhos Comuns da Estremadura (Segunda metade do século XIX)” in *História*, (Nova Série) Ano XIX, nº 35/Outubro, 1997, pp.22-30.

MELO. Albano Homem de, *Assistência Técnica e o Corporativismo*, Conferência no Congresso de Ciências Agrárias, [Dactilografado] Ministério da Agricultura, Lisboa, 1943.
Idem, “A Fiscalização da Qualidade dos Vinhos para exportação”, in *Informação Vinícola*, nº 2 de 15 de Janeiro de 1940.

MENEZES (MARGARIDE), Luís J. Braancamp Cardoso de, *Sobre Viti-Vinicultura*, Santarém, [s.e.], 1970.

MOREIRA, Vital, “O sistema Jurídico-constitucional do «Estado Novo» ” in MEDINA, João (Dir.), *História de Portugal*, Vol. XII, Alfragide, Ediclube, 1998.

MURTEIRA, Mário, “Do Estado obsoleto à nação democrática (Portugal na periferia europeia na segunda metade do século XX)” in *Análise Social*, Vol. XXII, nº 91, [3ª Série], Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986, pp.259-277.

PATO, Octávio, *O Livro do Vinho: sua preparação e conservação*, Lisboa, Clássica Editora, 1998.

PEREIRA, Eduardo de Sousa, *Lisboa e Salazar*, Lisboa, Scarpa Lda., 1959.

PEREIRA, Gaspar Martins, “Vinho do Porto” in BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena, (Coord.), *Dicionário de História de Portugal* Vol. IX, Lisboa, Figueirinhas, 1999, pp.597-600.

PIMENTEL, E. Serpa, “Regulamentação das Denominações de origem dos Vinhos em Portugal” in *Denominações de Origem dos Vinhos – Conceitos e Regulamentações*, Caderno de Divulgação nº 2 – Junta Nacional do Vinho, 1984.

PINHO, A.J. Oliveira e, *Compêndio de Ampelologia*, 2 Vols., Porto, Figueirinhas, 1993.

PINTADO, Fátima, *Legislação da Vinha e do Vinho – Nacional (continente e ilhas) e Comunitária*, Europa Editora, Lda., Lisboa, 1989.

RAMOS, Rui, “O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real” in *Análise Social*, Vol. XXII, nº 90, [3ª Série], Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986, pp.109-135.

RODRIGUES, R. J. Vital, *Experiência Agrícola de Sever do Vouga – Resultados Económicos até Dezembro de 1967*, (s.l.), Shell Portuguesa, SARL, (s.d.).

SALVADOR, José A., *Portugal, Vinhos, Cultura e Tradição*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2006.

SANTIAGO, Mário Jorge, *António Augusto de Aguiar – As Conferências sobre Vinhos e a sua época*, Academia do Vinho da Bairrada, Coimbra, Imprensa de Coimbra, Lda., 2000.

SIMÕES, Orlando, *Oitenta Anos de Produção e Comercialização dos Vinhos do Dão*, (Policopiado) Tese de Mestrado em Economia, ISEG, Lisboa, 1991.

SIMÕES, Orlando *A Economia do Vinho no Séc. XX: Crises e Regulação*, (Policopiado) Tese de Doutoramento em Engenharia Agronómica, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, [s.e.], 1998.

SIMÕES, Orlando, “As Inovações Tecnológicas na Vitivinicultura do Dão: dos anos 50 à Integração Europeia, in *O Vinho, a História e a Cultura Popular – Actas do Congresso*, Lisboa, ADISA- Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior de Agronomia, 1994, pp. 477-502.

SOARES, Maria de Fátima, *Provesende: Exposição “Após a Filoxera” Um evento no âmbito da criação do Museu do Douro*, www.espigueiro.pt, acedido em 4.12.06.

TELO, António José, “O modelo político e económico da Regeneração e do Fontismo (1851-1890) ” in MEDINA, João, (Dir.), *História de Portugal*, Vol. IX, Alfragide, Ediclube, 1998, pp. 12-84.

WIARDA, Howard., “Corporativismo” in BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena, (Coord.), *Dicionário de História de Portugal* Vol. VII, Lisboa, Figueirinhas, 1999, pp. 421-425.